

município
tavira



PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TAVIRA

JUNHO 2023

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	ENQUADRAMENTO	5
2.1.	DINÂMICAS E RETRATO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO CONCELHO DE TAVIRA	5
2.2.	POLÍTICA LOCAL DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NO CONCELHO DE TAVIRA	11
2.3.	PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TAVIRA – CONTEXTO E OBJETIVOS	15
2.4.	ROTEIRO METODOLÓGICO.....	17
3.	DIAGNÓSTICO LOCAL	19
3.1.	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	19
3.2.	HABITAÇÃO E URBANISMO.....	25
3.3.	MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO.....	28
3.4.	EDUCAÇÃO E LÍNGUA	35
3.5.	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	38
3.6.	CULTURA	39
3.7.	SAÚDE.....	40
3.8.	SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL.....	47
3.9.	CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	48
3.10.	MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA.....	49
3.11.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	50
3.12.	RACISMO E DISCRIMINAÇÃO.....	50
3.13.	RELIGIÃO.....	52
4.	TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE RESIDENTE NO CONCELHO DE TAVIRA: EXERCÍCIO DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA NO HORIZONTE DE UMA DÉCADA	53
5.	SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO LOCAL	57
6.	PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (PMIM) DE TAVIRA	61
6.1.	DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PMIM.....	61
6.2.	INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	62
6.3.	DIMENSÃO OPERACIONAL DO PMIM	64
6.3.1.	OBJETIVOS OPERACIONAIS.....	64
6.3.2.	MEDIDAS DO PMIM.....	65
6.3.2.1.	EIXO I – GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO	67
6.3.2.2.	EIXO II – HABITAÇÃO	71
6.3.2.3.	EIXO III – SAÚDE E BEM-ESTAR	72
6.3.2.4.	EIXO IV – CIDADANIA, CULTURA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	74
6.3.2.5.	EIXO V – LÍNGUA E EDUCAÇÃO.....	76
6.4.	SÍNTESE GLOBAL DAS MEDIDAS DO PMIM: METAS, INDICADORES E RESPONSABILIDADES E CRONOGRAMA	77
7.	MODELO DE GOVERNAÇÃO DO PLANO	84
8.	MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	87

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população de Tavira	5
Gráfico 2. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira e no Algarve.....	6
Gráfico 3. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por país de nacionalidade	7
Gráfico 4. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por continente de nacionalidade	8
Gráfico 5. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por nacionalidade e sexo (%)	9
Gráfico 6. Evolução do número de atendimentos efetuados no CLAIM de Tavira.....	20
Gráfico 7. Concelho de residência dos utentes do CLAIM de Tavira.....	20
Gráfico 8. País de nacionalidade dos utentes do CLAIM de Tavira.....	21
Gráfico 9. Faixa etária dos utentes do CLAIM de Tavira	21
Gráfico 10. Habilitações escolares dos utentes do CLAIM de Tavira	22
Gráfico 11. Assunto que motiva os utentes do CLAIM de Tavira	22
Gráfico 12. Pessoas singulares residentes no concelho de Tavira com qualificações de trabalho (2017-2022)	29
Gráfico 13. Proporção de estrangeiros entre as pessoas singulares residentes no concelho de Tavira com qualificações de trabalho (2017-2022)	29
Gráfico 14. Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira, por secção da CAE, 2022	30
Gráfico 15. Evolução da proporção de pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira por secção CAE	30
Gráfico 16. Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira, qualificadas como trabalhadores independentes e do serviço doméstico.	31
Gráfico 17. Estrangeiros beneficiários de subsídio de desemprego residentes no concelho de Tavira	34
Gráfico 18. Evolução dos utentes com inscrição ativa nacionais e estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de utentes (%) com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira.....	41
Gráfico 19. Uteses estrangeiros com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por nacionalidade	42
Gráfico 20. Evolução da estrutura etária dos utentes estrangeiros com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira	42
Gráfico 21. Estrutura etária dos utentes com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por nacionalidades (2022).....	43
Gráfico 22. Evolução dos utentes com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por países de origem (valor discriminado reporta a 2022).....	44
Gráfico 23. Avaliação dos migrantes e das instituições locais sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes no concelho de Tavira	47
Gráfico 24. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população total residente no município de Tavira 2008-2021.....	53
Gráfico 25. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população total residente no município de Tavira 2008-2032.....	54
Gráfico 26. Evolução do peso relativo da população residente no Algarve em Tavira face à população total residente no Algarve segundo um cenário tendencial (%)	55
Gráfico 27. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no município de Tavira 2008-2032.....	55

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1. Número de turmas e formandos de cursos de PLA realizados, entre 2018 e 2022. no concelho de Tavira, promovidos pelo IEF/ Serviço de Formação Profissional de Faro	37
Quadro 2. Matriz síntese de análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças	58
Quadro 3. Eixos e objetivos estratégicos do PMIM de Tavira	62
Quadro 4. Eixos e objetivos estratégicos do PMIM de Tavira e respetivos indicadores estratégicos	63
Quadro 5. Medidas do PMIM de Tavira	66
Quadro 6. Quadro-síntese das Medidas do PMIM de Tavira, respetivas metas, indicadores e responsabilidades	78
Quadro 7. Cronograma das Medidas do PMIM de Tavira	82
Quadro 8. Critérios e questões de avaliação do PMIM de Tavira	88
Figura 1. Estrutura e composição do GTTM	14
Figura 2. Eixos de Intervenção do PMIM de Tavira	61
Figura 3. Modelo de Governação do PMIM de Tavira	85
Figura 4. Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM de Tavira	87
Figura 5. Principais momentos e calendário da monitorização e avaliação do PMIM de Tavira	89

EQUIPA TÉCNICA

Técnicos	Formação	Funções
Pedro Quintela (Consultor-coordenador)	Licenciatura em Sociologia Mestrado em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas Doutoramento em Sociologia	Coordenação global do trabalho
Carlos Fontes (Técnico)	Frequência Curso de Gestão de Empresa	Gestão de questionários e inquéritos
Filipa Barreira (Consultora-coordenadora)	Licenciatura em Sociologia Pós-Graduação em Análise de Dados	Recolha, análise e tratamento de informação quantitativa / estatística Projeções socioeconómicas e demográficas
Leonor Rocha (Consultora-coordenadora)	Licenciatura em Ciências Sociais / História Mestrado em Educação Doutoranda em Educação	Apoio na validação de aspetos específicos relacionados com as questões de Educação, Formação e Mercado de Trabalho.
Patrícia Amaral (Consultora)	Licenciatura em Sociologia Mestrado em Educação e Sociedade Doutoranda em Sociologia	Diagnóstico Local Sistema de monitorização e avaliação do Plano.
Andreia Magalhães (Consultora externa)	Licenciatura em Geografia Mestrado em Planeamento Regional e Urbano	Diagnóstico Local Plano Municipal de integração de Migrantes

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) de Tavira, cujo contrato de prestação de serviços foi oportunamente contratualizado entre a Câmara Municipal de Tavira (doravante CMT) e a Quatenaire Portugal (doravante QP) a 6 de junho de 2022, contou com um conjunto alargado e diversificado de contributos resultantes da participação de diversas entidades do concelho de Tavira e do distrito de Faro, incluindo aquelas que têm assento no Conselho Local de Ação Social (CLAS) e do Grupo de Trabalho Temático na área das Migrações (GTTM) e ainda a um conjunto de cidadãos migrantes residentes em Tavira. Deste modo, procurou-se assegurar o cumprimento de um pressuposto muito importante para o desenvolvimento deste Plano: garantir uma participação pública tão alargada e diversificada quanto possível, assente numa lógica *bottom-up*, de acordo, de resto, com as próprias orientações técnicas e metodológicas propostas no *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes* (ACM, 2015).

Em abril de 2023 foi submetida uma primeira versão preliminar do PMIM de Tavira ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), entidade que analisou e emitiu um parecer positivo à referida versão, tendo sido introduzidos pequenos ajustamentos e melhorias ao documento, em função dessa análise. Seguidamente, a versão final deste PMIM foi apresentada ao CLAS, em reunião realizada a 24 de maio, e posteriormente submetida a apreciação e mereceu a aprovação em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Tavira n.º 14/2023, realizada a 12 de junho, sob a Proposta n.º 183/2023/CM.

Este plano contempla duas componentes essenciais: o diagnóstico local e a estratégia e programa de ação a implementar ao longo do próximo triénio.

Na primeira parte apresenta-se uma versão definitiva, já validada e atualizada, do diagnóstico das dinâmicas de acolhimento e integração de cidadãos migrantes no concelho de Tavira, resultante da análise técnica realizada, mas também da auscultação de diferentes entidades e individualidades locais. Este exercício de discussão, auscultação e validação do diagnóstico local permitiu ainda testar e validar junto destes diferentes interlocutores objetivos, eixos de intervenção e prioridades estratégicas para este PMIM. Adicionalmente, foi desenvolvida uma análise das perspetivas de evolução da população migrante residente no concelho de Tavira até 2032. Esta primeira parte conclui-se com a apresentação, sob a forma de matriz de análise SWOT, de uma síntese do diagnóstico local, nas suas componentes interna e externa.

Na segunda parte do documento apresentam-se os eixos de intervenção estratégica e operacional do PMIM de Tavira, incluindo os principais objetivos e indicadores estratégicos e operacionais. A proposta de medidas de intervenção a incluir no PMIM aqui elencada foi construída a partir das discussões e dos contributos recolhidos junto da CMT, do GTTM e de alguns outros *stakeholders* locais.

Finalmente, os dois últimos capítulos concretizam o modelo de governação deste Plano, o qual pretende valorizar as estruturas de diálogo e concertação já existentes no concelho, designadamente o CLAS da Rede Social de Tavira e, muito especialmente, o GTTM, bem como o modelo de monitorização e avaliação do PMIM, que se entende ser fundamental para assegurar a boa implementação do Plano, bem como para garantir a criação de uma dinâmica regular de monitorização e reflexão, operacional e estratégica, mobilizando os diversos *stakeholders* locais.

2. ENQUADRAMENTO

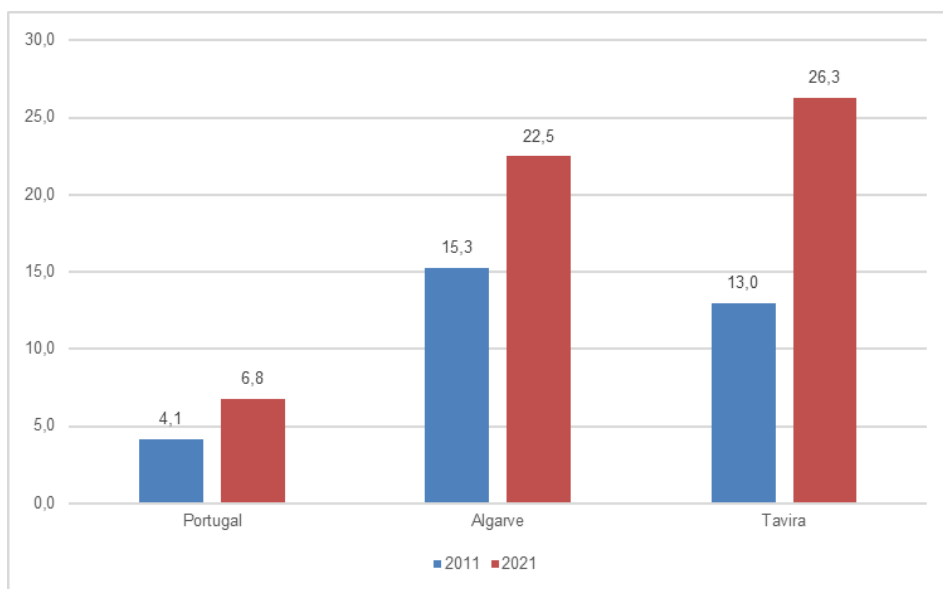
2.1. DINÂMICAS E RETRATO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO CONCELHO DE TAVIRA

Nos últimos anos temos vindo a assistir a um **incremento do número de cidadãos estrangeiros residentes em Tavira**, acompanhando a dinâmica de evolução dos fluxos migratórios em Portugal e, em particular, no Algarve. Aquele incremento traduziu-se também no aumento do seu peso na população total do concelho.

De acordo com as estatísticas oficiais disponíveis (SEFSTAT, relativos a dezembro de 2021), serão **7.238 os estrangeiros com estatuto legal de residente** (ou seja, com Títulos de Residência e Vistos de Longa Duração) neste concelho. Este valor corresponde a **26,3% do total da população residente** no concelho, uma proporção bastante superior à registada ao nível nacional, onde os cidadãos estrangeiros correspondem a cerca de 6,8% da população total, e mesmo à proporção de estrangeiros no Algarve, que se situa nos 22,5%.

Com efeito, a evolução dos últimos 10 anos evidencia um incremento muito significativo da proporção de estrangeiros em Tavira, nomeadamente em relação ao incremento já relevante registado ao nível quer regional, quer nacional. Se, em Tavira, o número de estrangeiros mais que duplicou desde 2011, no Algarve o aumento foi de cerca de 50%. Assim, se os estrangeiros residentes em Tavira, em 2011, correspondiam “apenas” a cerca de 1/8 da população, proporção inferior à registada no Algarve (quase 1/6 da população), em 2021 ultrapassavam 1/4 do total de residentes, valor superior ao registado na região (pouco mais de 1/5). Em Portugal, apesar de se registar igualmente um aumento da proporção de estrangeiros entre os residentes, este não foi tão expressivo (de 4,1% para 6,8%).

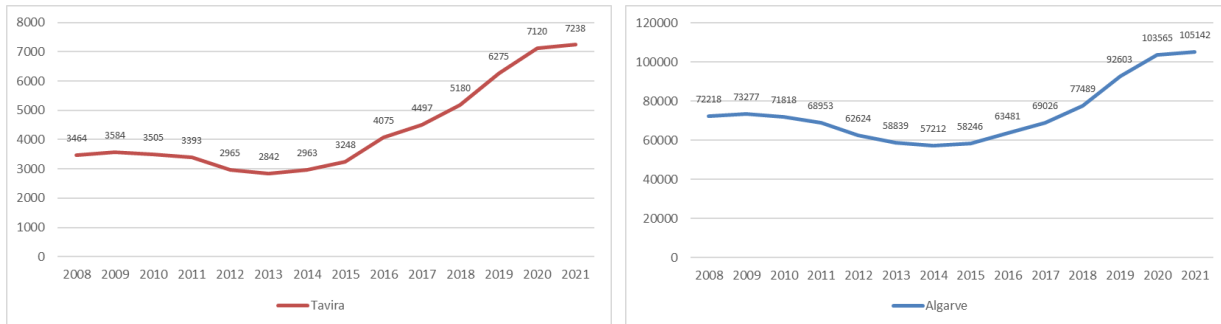
Gráfico 1. Proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população de Tavira



Fonte: INE, Censos 2011 e 2021; SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2022).

Se observarmos os valores registados ano a ano, é evidente que o **incremento de estrangeiros residentes em Tavira se verifica sobretudo a partir de 2013**. Nesse ano, e após uma fase de relativo decréscimo do número de estrangeiros, iniciou-se um período de contínuo incremento dos estrangeiros residentes que se manteve até 2021, apenas com uma ligeira desaceleração no último ano (em virtude, certamente, dos impactos da crise pandémica na mobilidade residencial). Este perfil de evolução coincide em grande medida com o da região, onde os últimos oito anos foram também de incremento persistente do número de estrangeiros residentes.

Gráfico 2. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira e no Algarve

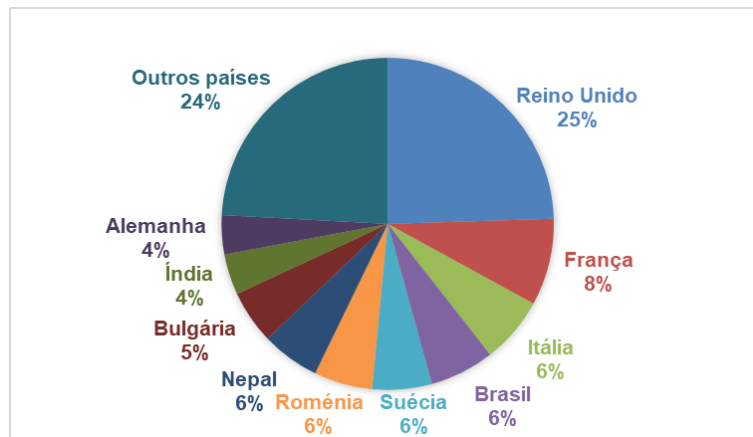


Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2022).

Verifica-se, pois, um **reforço progressivo da representatividade dos estrangeiros na população residente em Tavira** que, a manter-se a tendência, irá continuar nos próximos anos. As respostas ao inquérito às instituições locais aplicado no âmbito do PMIM de Tavira confirmam uma perceção generalizada de aumento dos fluxos migratórios no concelho (75% dos respondentes consideram que “tem havido um aumento da população migrante”),

Os estrangeiros residentes em Tavira em 2021 distribuem-se por **79 nacionalidades** sendo os cidadãos com **origem no Reino Unido claramente predominantes: 25% dos estrangeiros**. Esta posição da comunidade oriunda do Reino Unido (a segunda mais representada ao nível nacional) mantém-se desde que estão disponíveis os dados do SEF (2008). Em termos de nacionalidades presentes, seguem-se, muito distanciadas daquela, as comunidades provenientes de França (8,5%), Itália (6,5%) e só depois do Brasil, comunidade mais expressiva ao nível nacional, mas que, em Tavira, tem atualmente uma expressão relativamente diminuta (6,3%). Seguem-se mais dois países europeus, Suécia e Roménia, e depois um país asiático, o Nepal (os três países próximos dos 6% dos estrangeiros).

Gráfico 3. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por país de nacionalidade



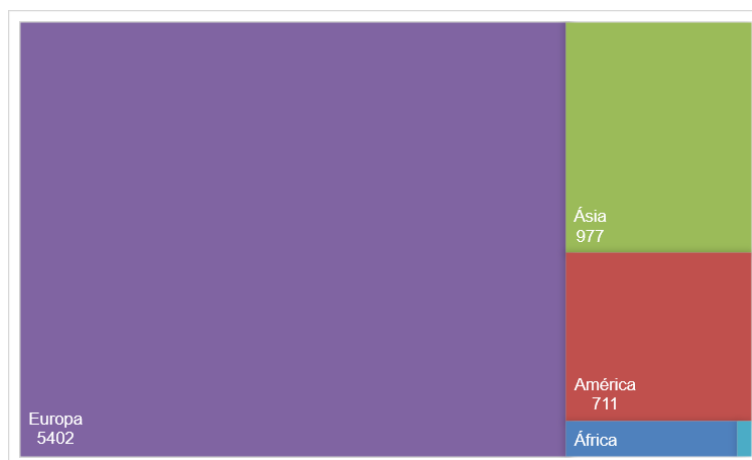
Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2022).

Com efeito, em Tavira, como noutros concelhos do Algarve, há desde há muitos anos uma forte presença de cidadãos europeus que, mesmo com os fluxos de imigração do Brasil e, mais recentemente, de diversos países asiáticos (associados ao desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente no domínio da produção de frutos vermelhos), se mantêm como os mais representativos.

De referir que, em 2008, as cinco nacionalidades mais representadas entre os estrangeiros residentes em Tavira eram o Reino Unido, Bulgária, Brasil, Roménia e Ucrânia, situação que se manteve até 2014 (com algumas alterações de posição entre elas). Desde então o Brasil e, sobretudo, a Ucrânia foram “perdendo posição”, sendo ultrapassados pela França (em 2015 ultrapassou a Ucrânia e no ano seguinte também o Brasil), pela Suécia e a Alemanha (em 2016 ultrapassaram a Ucrânia), pela Itália (em 2017 ultrapassaram a Ucrânia) e outros países. Face ao fluxo de refugiados ucranianos registado em 2022 (de acordo com a informação recolhida junto da responsável do CLAIM, terão chegado a Tavira cerca de 65 cidadãos ucranianos, sobretudo mulheres e crianças, a maioria já com familiares ou amigos em Portugal) é de esperar que os dados do SEF relativos a este ano venham a evidenciar alguma recuperação da posição da Ucrânia como país de origem dos estrangeiros residentes em Tavira.

Assim, se atentarmos à repartição dos estrangeiros residentes por continentes de origem, é claro o enorme peso da Europa (75% dos estrangeiros). Ao Reino Unido cabe um terço do total de europeus (33%), estando a França afastada dessa proporção (11% dos europeus). A Ásia é o continente que se segue em termos de representatividade entre os migrantes, mas apenas com 13,5% do total de estrangeiros. Os países mais relevantes são o Nepal (42% dos migrantes asiáticos) e a Índia (29% dos asiáticos). A América surge em terceiro lugar (perto de 10% dos estrangeiros residentes em Tavira), essencialmente pela presença de cidadãos brasileiros (64% dos provenientes do continente americano), mas também dos Estados Unidos (24% dos americanos). Ao continente africano, que noutras regiões do país têm uma importante representatividade entre os estrangeiros, correspondem menos de 2% do total de estrangeiros residentes em Tavira (Cabo Verde e Marrocos são as principais nacionalidades).

Gráfico 4. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por continente de nacionalidade



Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2022).

Em termos de dinâmica, é particularmente notório o **reforço da presença de cidadãos oriundos de países asiáticos** – que não fazem parte das origens mais “clássicas” dos imigrantes em Portugal, designadamente, do Nepal (que em 2013 eram 2 e em 2021 ultrapassavam as quatro centenas), do Bangladesh (que em 2013 era apenas 1 e em 2021 mais de uma centena) e do Paquistão (passou de 2 cidadãos, em 2013, para 75, em 2021). Também os cidadãos da Índia (até 2015 era a comunidade asiática mais expressiva) tiveram um aumento muito expressivo, mas que se começou a evidenciar mais tardiamente (dos 57 cidadãos residentes em 2017 passou em 2021 para 287). As entidades locais realçam a maior notoriedade destas comunidades sobretudo a partir de 2016.

Há também países europeus que se destacam em termos da dinâmica recente, como a Itália (em 2013, com 18 migrantes, era a 21ª nacionalidade com maior número de migrantes; em 2021, com 468 cidadãos italianos, estava em 3º lugar) ou a França (passou de 77 para 613 cidadãos), a Suécia (passou de 71 para 419). Também os cidadãos oriundos dos Estados Unidos da América têm vindo a aumentar, atraídos pela qualidade de vida, o clima e segurança que o país oferece. A esta dinâmica, que se traduz frequentemente numa presença apenas durante parte do ano, não serão alheias as alterações na legislação portuguesa que vieram criar o estatuto de residente não habitual (criado em 2009), com claras vantagens em termos de fiscais, ou o regime de Autorização de Residência para Atividade de Investimento (conhecido como “visto gold” em vigor desde 2012) que facilitaram ou tornaram mais atrativa a permanência em território nacional de estrangeiros, nomeadamente de estatutos socioeconómicos mais favorecidos.

Os **2200 cidadãos nacionais de países terceiros (NPT)** com estatuto de residente em Tavira em 2021, correspondiam a **30% do total de estrangeiros** residentes (excluindo os cidadãos do Reino Unido que, na sequência do Brexit, se encontram numa situação transitória específica). Esta proporção, que chegou a ser de 40% em 2008 (em grande medida pela forte presença de cidadãos brasileiros e ucranianos) e que veio diminuindo até 2017, tem vindo a registar, ao longo dos últimos cinco anos, um ligeiro aumento associado essencialmente à presença crescente de cidadãos provenientes de países da Ásia.

Em termos de distribuição por géneros, existe, em termos globais, um ligeiro equilíbrio entre homens (55%) e mulheres (45%), embora em muitas comunidades seja evidente, sobretudo, a sobre-representação masculina.

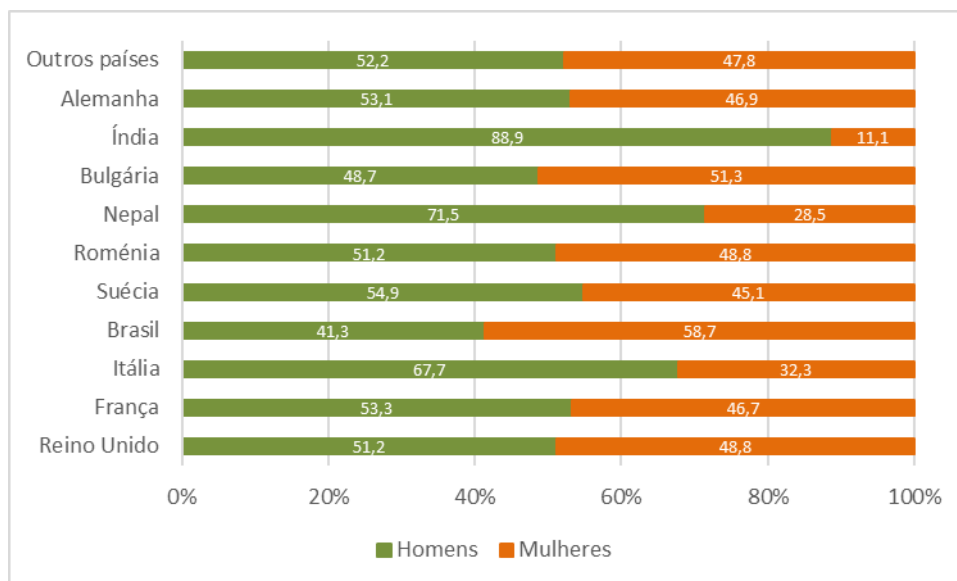
Os cidadãos estrangeiros oriundos da Índia e do Nepal são em grande maioria homens (89% e 71%, respetivamente), o mesmo acontecendo entre os nacionais do Bangladesh que, embora em número

reduzido, têm um claro predomínio de homens (91%). Esta masculinização das comunidades asiáticas em Tavira está intimamente relacionada com as motivações destes fluxos migratórios, associadas ao desenvolvimento de produções agrícolas muito intensivas em mão de obra (particularmente em alguns períodos do ano), como vem acontecendo noutros concelhos do Algarve e do Alentejo. Embora entre os migrantes instalados há mais tempo se verifique um crescente número de processos de reagrupamento familiar, com a chegada de mulheres e crianças (algumas já nascidas em Portugal), estes são ainda pouco expressivos (mais comuns entre cidadãos brasileiros e nepaleses). Tendo em consideração os testemunhos recolhidos, em termos médios, só ao fim de 3 anos de instalação de um cidadão é possível concretizar o reagrupamento familiar. Se até há pouco tempo, o “destino final” pretendido por muitos destes migrantes era Inglaterra ou outro país europeu, sendo a passagem por Portugal temporária, a atratividade de Portugal tem vindo a reforçar-se e, assim, a vontade de os migrantes aqui se fixarem, com família. Há ainda situações muito pontuais de mulheres jovens, que chegam a Tavira em processo migratório individual, sem família.

Destaca-se ainda a Itália, com uma comunidade muito masculinizada (68%), particularmente quando comparada com outras nacionalidades europeias onde, embora haja maior proporção de homens, o desequilíbrio é bastante menor (Reino Unido, França, Suécia, Roménia e Alemanha, com proporções de homens entre 51% e 55%).

O Brasil evidencia-se como país de origem maioritariamente de mulheres (59%), o mesmo acontecendo com outros países, cujas comunidades são de menor dimensão, mas onde é claro o predomínio de mulheres (representam entre 69% e 77% dos cidadãos nacionais de Angola, Lituânia e República Checa e 100% dos oriundos da Colômbia residentes em Tavira).

Gráfico 5. População estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira, por nacionalidade e sexo (%)

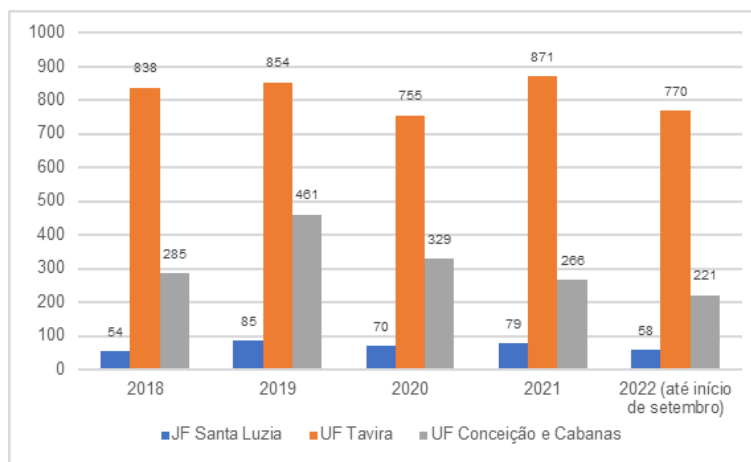


Fonte: SEF (<https://sefstat.sef.pt> consultado em julho de 2022).

Refira-se que, para além destes números, correspondentes aos dados oficiais sistematizados e disponibilizados pelo serviço de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, há **cidadãos estrangeiros** que embora estejam instalados em Tavira, poderão ter os seus **registos de residência associados a outros concelhos**. Conforme testemunhado por diversas entidades locais (incluindo o SEF), a grande mobilidade dos trabalhadores (maioritariamente oriundos de países asiáticos), decorrente

da sazonalidade das atividades agrícolas em que estão envolvidos, faz com que, em muitos casos, o concelho de residência constante do Título de Residência não coincida com o território onde efetivamente residem. Parte dos atendimentos realizados no CLAIM, por exemplo para renovação do Título de Residência, são de cidadãos estrangeiros com residência em Lisboa (por onde entraram no país) ou em Odemira (onde, alternadamente, também estão instalados e a trabalhar), identificando-se épocas com maior fluxo de utentes, correspondentes às campanhas de apanha da fruta. Existirá ainda um conjunto de situações de cidadãos estrangeiros cuja situação de permanência no território nacional se encontra **em processo de regularização e que, nessa medida, não constam dos números apresentados**. Com efeito, após a apresentação da “manifestação de interesse” o processo de um cidadão estrangeiro pode demorar alguns meses (atualmente, face ao maior número de migrantes e ao maior recurso a este dispositivo, de acordo com informação dos serviços locais do SEF, o prazo rondará os 2 anos) pelo que, durante esse período, a permanência em Portugal não se encontra regularizada. Embora não estejam disponíveis dados que permitam fazer uma estimativa dos migrantes residentes em Tavira que se encontram naquelas situações, esta é uma questão que deve ser contemplada no âmbito da conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, nomeadamente tendo em conta as orientações do Plano Estratégico para as Migrações (PEM) em matéria de políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios (Eixo IV do PEM). Com efeito, os dados disponibilizados pelas Juntas de Freguesia (de Conceição e Cabanas, Tavira e Santa Luzia; as outras três autarquias não disponibilizaram estes dados) relativos à emissão de atestados de residência a cidadãos estrangeiros nos últimos 5 anos dão conta de uma tendência de crescimento dos pedidos apresentados (depois de um ligeiro decréscimo em 2020, provavelmente motivado pela desaceleração da atividade económica e da mobilidade dos trabalhadores associadas à pandemia) que em 2021 foram (só naquelas três freguesias) mais de 1200 e, em 2022, até ao início de setembro, mais de 1000, sendo expectável que, no final do ano, o valor ultrapassará o dos anos anteriores.

Gráfico 6. Atestados de residência de cidadãos estrangeiros emitidos pelas Juntas de Freguesia



Fonte: Juntas de Freguesia de Conceição e Cabanas, Tavira e Santa Luzia, setembro 2022

O retrato atrás descrito evidencia a presença de diversos “modelos” de migração em Tavira, que correspondem a motivações, necessidades e expectativas muito diferentes bem como a contextos de integração igualmente distintos, como se detalhará no diagnóstico temático. Embora possamos encontrar um leque de situações muito diversas, há dois “modelos” que se destacam dos demais e se distanciam um do outro.

Por um lado, encontramos um volume significativo (e que continua a aumentar) de cidadãos essencialmente europeus, mas também norte-americanos, que se instalam neste território (em muitos

casos com estadias alternadas no país de origem) no período de reforma ou que mantêm uma vida profissional ativa (designadamente como empresários), com situações socioeconómicas bastante favorecidas.

Por outro lado, regista-se um contingente crescente de migrantes nacionais de países terceiros (não pertencentes à União Europeia, designados NPT), provenientes maioritariamente de países asiáticos, que se instalam em Tavira por razões estritamente económicas, aproveitando as oportunidades de emprego no setor agrícola, em atividades essencialmente manuais e de carácter sazonal. Estes cidadãos, quase todos migrantes individuais, sem família, vivem, em geral, em contextos socio-habitacionais muito precários, e com condições de vida e trabalho marcadas por uma grande vulnerabilidade.

É este segundo “modelo” que coloca maiores desafios em termos da integração dos migrantes e que tem vindo a mobilizar as entidades locais para uma intervenção mais ativa em matéria de política de acolhimento, que se consubstancia neste Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Tavira.

2.2. POLÍTICA LOCAL DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NO CONCELHO DE TAVIRA

Tavira, como outros concelhos do Algarve, é desde há muito tempo escolhida por muitos cidadãos europeus, sobretudo britânicos, para se instalarem durante o período de reforma, aproveitando o clima favorável, as condições de segurança e, em termos mais globais, a qualidade de vida. Nos anos mais recentes, estes fluxos foram reforçados (nomeadamente na sequência da criação do estatuto de residente não habitual ou do regime de Autorização de Residência para Atividade de Investimento) e alargados a outros grupos da população, como profissionais ativos e mais jovens.

Mas foram outros fluxos, com origens e motivações diferenciadas, que ocasionaram uma atenção mais especial a esta temática, seja do ponto de vista institucional, nomeadamente por parte dos poderes públicos, seja do ponto de vista da sociedade em geral. As primeiras vagas migratórias mais relevantes, com a chegada de cidadãos provenientes da Europa do Leste (designadamente, da Roménia, Bulgária e Ucrânia) e do Brasil, vieram chamar a atenção para este fenómeno e traduziram-se em iniciativas pontuais do Município de Tavira bem como de algumas entidades do terceiro setor. Posteriormente, com a vaga mais recente de cidadãos oriundos da Ásia, fortemente articulados com o crescente desenvolvimento no concelho de produções agrícolas muito intensivas em mão de obra (aliás, muitos “trazidos” pelas próprias empresas ou por intermediários, numa lógica bem diferente dos fluxos de migração “isolada” ou em família dominantes até então), veio alterar completamente o modo como se perspetiva a temática da integração dos migrantes em Tavira.

No quadro da estrutura orgânica do Município de Tavira, a temática da integração dos migrantes está enquadrada na **Unidade de Ação Social**, afeta à **Divisão de Assuntos Sociais**, à qual compete assegurar as competências do Município na área do desenvolvimento social, incluindo as associadas ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Tavira. Esta Divisão é tutelada pelo Pelouro dos Assuntos Sociais, Desporto e Saúde.

Nos documentos de política municipal recentes, nomeadamente na área social, encontram-se referências específicas à temática das migrações, reconhecendo a importância da população estrangeira residente em Tavira e dos desafios específicos associados. Na sequência da elaboração do **Diagnóstico Social de Tavira (2017)**, que inclui uma breve caracterização da população estrangeira residente no concelho¹ e algumas reflexões sobre a importância de promover a sua integração, o **Plano de Desenvolvimento**

¹ Também a Carta Educativa 2015-2020 integra uma caracterização da população estrangeira residente, com destaque para a população escolar, informação que será mobilizada para o diagnóstico local.

Social 2017-2020 preconiza o objetivo de “Fomentar mecanismos para a inclusão social da população migrante” (no âmbito do Eixo estratégico “Promoção da coesão territorial”). Reconhecendo a necessidade de “promover a integração cívica e económica, bem como combater a discriminação social da população imigrante” e de “possibilitar o exercício da cidadania da população imigrante, através do acesso à informação, em diferentes línguas, de conteúdos em áreas como a saúde, a educação e a proteção jurídica”, são definidas duas ações: Dinamizar um dispositivo de apoio à população imigrante e Desenvolver a ações de sensibilização/formação para a integração da população migrante.

Refira-se que o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social anteriormente elaborados (datados de 2008) também incluíam uma referência à população estrangeira e estabeleciam o objetivo de “aprofundar o conhecimento da realidade da imigração do concelho de modo a contribuir para a definição e execução de políticas eficazes de integração dos imigrantes”.

Foi neste contexto que, no final da primeira década de 2000, o Município de Tavira aderiu à **Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD)**, uma rede que se pretende “pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes e sustentáveis” e que integra várias dezenas de municípios portugueses. A RMAD preconiza (i) a valorização das políticas de integração a nível local; (ii) a melhoria da cooperação entre os diferentes níveis de governança: nacional, regional e local; (iii) a promoção da monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas aos diferentes níveis, recomendações que devem ser prosseguidas tendo por base planos municipais concebidos especificamente para promover o acolhimento e a integração dos migrantes ao nível local.

Foi também nessa altura que o Município criou, com o apoio do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, atual ACM), o **Portal do Imigrante**, tendo em vista facilitar acesso da população estrangeira residente a conteúdos informativos nas áreas da educação, saúde, mercado de trabalho, serviços sociais e legislação e ainda aos contatos das entidades e serviços mais relevantes ao nível local/regional. A informação deste portal era apresentada em português, russo, romeno e inglês, procurando dar resposta às principais comunidades então presentes. Os objetivos preconizados por aqueles documentos, de acordo com a informação do inquérito IMAD de 2015, ficaram comprometidos pela impossibilidade de manter e atualizar o portal do imigrante.

Em julho de 2021, o Governo de Portugal lançou um novo instrumento de política para o estímulo e a qualificação das intervenções municipais relativas à integração e acolhimento das comunidades migrantes: o projeto-piloto “**Integrar Valoriza**”². Este projeto tem por finalidade a “criação de uma rede de municípios que desenvolva políticas de acolhimento e a integração de pessoas imigrantes”, contribuindo para reforçar uma “abordagem transversal de várias áreas governativas”. O Município de Tavira, tendo em conta as dinâmicas migratórias no concelho, manifestou interesse em ser incluído nessa rede e foi selecionado para integrar o grupo piloto (Protocolo de Cooperação entre o Município e o Alto Comissariado para as Migrações assinado em 30 de novembro de 2021). Este projeto-piloto aconselha a promoção de diversos instrumentos de política, como os Planos Municipais para a Integração de Migrantes e os Centros Locais de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM), mas igualmente as Estratégias Locais de Habitação, a adesão ao programa “Rede de Escolas para a Educação Intercultural” e os Planos Estratégicos Municipais Cultura-Educação. Neste contexto, o Município de Tavira encetou o processo de criação do CLAIM e avançou com a decisão de elaborar o presente Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Tavira, procurando aprofundar a dinâmica local de promoção da integração dos cidadãos estrangeiros residentes.

Assim, em junho de 2021, celebrou-se o protocolo de colaboração entre o Município de Tavira e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e inaugurou-se o **Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes**, destinado a assegurar um atendimento integrado e de proximidade aos migrantes³. Como

² Resolução do Conselho de Ministros n.º91/2021 de 9 de julho de 2021.

³ Entre 2004 e 2014 funcionou em Tavira um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII, como então se designava), resultado de uma parceria entre a Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante (ATAI), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Município de Tavira. Esta estrutura prestava atendimento informativo nas várias áreas relevantes para a integração, disponibilizando também o

será detalhado adiante, o CLAIM presta informação aos imigrantes tendo em vista facilitar o acolhimento e a integração, articulando-se com os diversos serviços públicos e outras estruturas locais. Para além de apoio ao nível do processo de regularização da permanência em território nacional, da nacionalidade ou do reagrupamento familiar, o CLAIM presta também informação geral sobre diversos temas como trabalho, saúde, educação, habitação, entre outros.

Em março de 2022, por decisão do CLAS do Município de Tavira, e tendo em conta o “contexto de implementação de dispositivos e instrumentos na área das migrações” bem como a conjuntura de cenários de fragilidade social extrema de cidadãos/as Ucrrianos/as”, foi criado o Grupo de Trabalho Temático na área das Migrações (GTTM). Este grupo de trabalho visa consolidar “uma estrutura de apoio ao diagnóstico na área das migrações, ao planeamento e ativação de redes de resposta no âmbito da temática, potenciando o trabalho em rede e gerando a complementaridade das várias instituições e entidades parceiras (efetivas ou consultivas), que garanta a sistematização e articulação de eixos de intervenção, objetivos estratégicos, ações, atividades e indicadores de medida de monitorização e avaliação dos procedimentos” (cf. Normas de funcionamento do GTTM). Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

- a) Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório no concelho, identificando os recursos existentes e as principais problemáticas e necessidades da comunidade migrante, visando a atualização do diagnóstico local;
- b) Desenhar respostas integradas e eficazes em matéria de apoio, acolhimento e integração das comunidades migrantes mais vulneráveis no concelho, com vista a combater a pobreza, a exclusão social, as discriminações e garantir a afirmação dos direitos humanos e de cidadania;
- c) Contribuir para a prevenção de situações de exclusão da população migrante, assegurando mecanismos protetivos, promovendo os processos de inclusão;
- d) Articular e potenciar uma atuação concertada e em rede das entidades públicas e privadas, bem como da sociedade civil com competência na área do acolhimento e integração de migrantes no território;
- e) Contribuir para a visibilidade e disseminação de boas práticas na integração de migrantes e integrar a perspetivas dos e das imigrantes nas políticas locais;
- f) Implementar mecanismos de monitorização e avaliação das medidas que permitam medir o seu impacto e melhorar as políticas públicas em matéria de acolhimento e integração.
- g) Promover relações de convivência intercultural, bem como o multilinguismo e a diversidade étnica e religiosa, combatendo a discriminação de base racial e étnica.

Fazem parte do GTTM elementos do Núcleo Executivo (que coordena o Grupo de Trabalho) e entidades “com competências estruturantes no domínio migratório”, com carácter efetivo e permanente. Há também um conjunto de entidades com carácter consultivo.

material informativo produzido pelo ACIDI ou por outras entidades parceiras, e assegurava o encaminhamento e a mediação com outras instituições, abrangendo população de Tavira, mas igualmente de Castro Marim, Vila Real de Santo António, Olhão, São Brás de Alportel e Loulé (informação do Inquérito IMAD 2015).

Figura 1. Estrutura e composição do GTTM

Entidades com carácter efetivo	Entidades com carácter consultivo
<ul style="list-style-type: none"> • Município de Tavira • Fundação Irene Rolo • Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - Tavira • Instituto de Segurança Social, I.P. • Administração Regional de Saúde, I.P. ACES Sotavento • Guarda Nacional Republicana • Polícia de Segurança Pública • Associação Portuguesa de Apoio à Vítima • Explorações Agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Juntas de Freguesia • Instituto de Emprego e Formação Profissional • Serviços de Estrangeiros e Fronteiras • Rede Algarve de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos • Agrupamentos escolares • Autoridade para as Condições de Trabalho • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens • Outras entidades dependendo da problemática e área de intervenção

Fonte: Rede Social/Município de Tavira, Normas de funcionamento do GTTM.

O GTTM tem competências nas dimensões de planeamento (articulando-se com os instrumentos de planeamento da Rede Social) e de intervenção:

1. Na dimensão do planeamento:

- a) Dinamizar encontros técnicos para implementação de metodologias de recolha e tratamento de dados sobre o fenómeno migratório, contribuindo para o diagnóstico local da Rede Social e no desenvolvimento Projeto “Tavira Integra +” e do PMIM e planificação de eixos, ações e atividades;
- b) Identificar, mobilizar e rentabilizar os recursos necessários à sinalização, referenciação e sistematização de áreas e situações passíveis de intervenção no domínio migratório;
- c) Planificar atividades nesta área por forma conjugar esforços e recursos.

2. Na dimensão da Intervenção:

- a) Monitorizar e avaliar as atividades associadas ao desenvolvimento do diagnóstico na área das migrações e do PMIM;
- b) Promover ações e atividades de sensibilização e informação da comunidade para as questões da migração;
- c) Contribuir para a centralização e monitorização da informação ao nível local, relacionada com a área das migrações;
- d) Adotar e implementar um modelo de intervenção e acompanhamento de situações diagnosticadas na área, realizando as adaptações necessárias ao mesmo, tendo em conta as dinâmicas locais;
- e) Promover a articulação entre as entidades públicas e privadas visando a conjugação e rentabilização de recursos;
- f) Apresentar a sua atividade ao Núcleo Executivo e ao CLAS.

Trata-se, assim, de uma estrutura com competências muito relevantes em relação ao fenómeno migratório no concelho, que pode ser fundamental para garantir a melhoria das condições de acolhimento e integração dos cidadãos estrangeiros que decidam instalar-se, temporária ou definitivamente, no concelho de Tavira.

2.3. PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE TAVIRA – CONTEXTO E OBJETIVOS

Em Portugal, as autoridades nacionais têm vindo a promover o desenvolvimento de políticas locais de integração, em particular, através das propostas constantes do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020⁴. Este Plano contempla medidas e ações especificamente focadas nas políticas locais, designadamente no âmbito do Eixo 1 - Políticas de integração de imigrantes, através de duas medidas que consideram a “definição de estratégias locais (...) visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes” (Medida 1), a “implementação de ferramenta de apoio às políticas locais na área das migrações” mais concretamente do “Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), enquanto ferramenta de concretização e monitorização na área das migrações” (Medida 2) e a criação de um plano de formação nacional dirigido “aos técnicos da rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) e a outros técnicos de serviços locais, nomeadamente de saúde e da rede escolar (Medida 11).

Os PMIM constituem, assim, documentos de política e de gestão que sistematizam as estratégias dos municípios e de outras entidades que, ao nível local, atuam na área das migrações e que “concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa” e “uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios enquanto contributo para o desenvolvimento local” (Alto Comissariado para as Migrações, *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, 2015: p. 9). Com este tipo de Planos pretende-se promover uma ação verdadeiramente concertada e articulada entre entidades, tendo em vista “uma mudança social” e “um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal” (*idem; ibidem*).

Os objetivos específicos dos PMIM, conforme estabelece o *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, são os seguintes:

- Definir e implementar políticas de base local para a integração de imigrantes nos territórios, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;
- Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social;
- Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos etnodiferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento; e,
- Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas.

⁴ Aprovado pela RCM nº12-B/2015, 20 de março de 2015, disponível em https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195

Os destinatários destes Planos são todos aqueles que residem, trabalham ou estudam num dado território ou que, de forma direta ou indireta, interagem com esse território. Deste modo, os PMIM destinam-se não apenas aos migrantes – no sentido lato do termo, que inclui os imigrantes, os novos portugueses em razão da aquisição de nacionalidade ou da descendência de imigrantes, os emigrantes portugueses e ainda os que regressam a Portugal –, mas também contemplam a própria sociedade de acolhimento, os técnicos, dirigentes e decisores políticos e as instituições com intervenção de apoio e integração ao nível local.

A decisão de elaboração do PMIM de Tavira acontece num contexto de transformação das dinâmicas migratórias ao nível local, com a emergência de importantes fluxos de entrada de trabalhadores estrangeiros, NPT, oriundos fundamentalmente de países asiáticos e que se dedicam, quase exclusivamente, a trabalhos do setor agrícola. Refira-se ainda o contexto de pandemia, que veio expor de forma particularmente evidente as vulnerabilidades destes cidadãos. A integração do Município de Tavira no grupo-piloto do projeto Integrar Valoriza, que motivou o desenvolvimento de outras iniciativas de apoio à integração dos migrantes ao nível local, foi o pretexto para o arranque desta que era, como vimos, uma intenção da Autarquia há já vários anos.

Nesse sentido, o PMIM de Tavira pretende constituir-se como um instrumento focado, principalmente, nos cidadãos NPT protagonistas da vaga migratória mais recente, procurando, desde logo, conhecer melhor as suas necessidades e expectativas, para, subsequentemente, programar uma intervenção que permita dar uma resposta adequada aos principais desafios identificados, melhorando as condições de integração e, em termos mais globais, as condições de vida das populações estrangeiras residentes no concelho de Tavira.

Note-se que, segundo as respostas aos inquéritos aplicados no âmbito do diagnóstico do PMIM, quase metade das instituições locais (47% dos respondentes) e mais de dois terços dos migrantes (68%) consideram que a população estrangeira residente no concelho de Tavira tem dificuldades de integração e 11% das instituições e 4% dos migrantes consideram que esta população está pouco integrada. Quando questionadas sobre a pertinência e a relevância que atribuem à elaboração do PMIM, a grande maioria das instituições locais considera importante (25%) ou muito importante (61%); o mesmo acontece com os migrantes que consideram a elaboração do PMIM importante (36%) ou muito importante (44%) e manifestam-se disponíveis para continuar a colaborar na elaboração do Plano (72% dos migrantes respondentes).

Como objetivos específicos do PMIM de Tavira foram, então, estabelecidos os seguintes (cf. Caderno de Encargos):

- Definir uma abordagem estratégica e operacional que concorra para reforçar a integração de migrantes no concelho de Tavira;
- Planear, definir e consolidar ações que materializem uma estratégia de base local e respondam de forma adequada às expectativas e necessidades dos migrantes, valorizando a diversidade cultural;
- Desenvolver a conceção de um plano de ação que integre abordagens nos vários domínios sociais, potenciando a integração da população migrante a residir no concelho de Tavira enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais.

O PMIM de Tavira foi desenvolvido tendo por base as orientações do *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*⁵, em termos de estrutura, de conteúdos e de opções metodológicas.

⁵ Alto Comissariado para as Migrações, *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, 2015, disponível em https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/Guia_PMII_AF_digital_final.pdf/a9930d83-e913-4a3c-b3a2-fad17ea66165.

2.4. ROTEIRO METODOLÓGICO

O diagnóstico local, que se apresenta no capítulo seguinte, tem por objetivo a identificação dos principais problemas e necessidades específicos da população migrante residente em Tavira, no contexto das dinâmicas socioeconómicas e migratórias do concelho de Tavira. Este diagnóstico está estruturado em função das áreas elencadas no *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes* como “essenciais, transversais ao processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa”, e que são identificadas no Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), instrumento que é, por sua vez, inspirado no trabalho levado a cabo pelo Conselho da Europa.

As áreas temáticas consideradas na elaboração do diagnóstico local são, então, as seguintes:

- Serviços de acolhimento e integração;
- Urbanismo e habitação;
- Mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Educação e língua;
- Capacitação e formação;
- Cultura;
- Saúde;
- Solidariedade e resposta social;
- Cidadania e participação cívica;
- *Media* e sensibilização da opinião pública;
- Relações internacionais;
- Racismo e discriminação;
- Religião.

Como se verá adiante, procurou-se, para cada uma destas áreas, explicitar o contexto e dinâmicas recentes no concelho de Tavira, bem como identificar problemas e necessidades específicas dos migrantes, tendo por base os contributos aportados essencialmente pelas entidades locais. Deste modo, buscou-se assegurar que as propostas de respostas de intervenção em matéria de acolhimento e integração de migrantes que integrarão o PMIM de Tavira foram construídas a partir deste diagnóstico e pressupondo a participação de diversos parceiros.

Adicionalmente, desenvolveu-se um exercício de projeção a dez anos da situação demográfica de Tavira, e em particular dos migrantes, enquadrando-o em elementos de prognóstico do contexto socioeconómico local.

De acordo com as orientações do *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, procurou-se assegurar uma participação pública alargada e diversificada, assente numa lógica *bottom-up*. Nessa medida, foram envolvidas, ao longo de todas as fases do trabalho, diversas entidades e individualidades de diferentes domínios socioeconómicos e contextos institucionais, públicas e privadas, tendo em vista, por um lado, recolher, validar e consolidar elementos de diagnóstico, através

da realização de reuniões, de entrevistas e de um *focus group* 10 cidadãos migrantes residentes em Tavira, com origens em diversos países (Bangladesh, Brasil, Índia, Nepal, Paquistão e Ucrânia), o qual foi organizado com a colaboração da Fundação Irene Rolo, cujas instalações foram disponibilizadas para a realização deste encontro; por outro lado, estas reuniões e encontro serviram, numa fase posterior do trabalho, para sensibilizar e mobilizar estes diferentes *stakeholders* locais para uma estratégia de intervenção dirigida ao acolhimento e integração de migrantes no concelho de Tavira, a concretizar no âmbito do PMIM.

Foram ainda aplicados dois inquéritos por questionários *online*. Um primeiro inquérito foi dirigido a técnicos de instituições, públicas e privadas, cujo trabalho se relaciona com o acolhimento/integração de cidadãos migrantes. O convite para a resposta ao inquérito foi enviado para 172 entidades locais, públicas e privadas, nomeadamente nas áreas do ensino e educação, serviços públicos (emprego, saúde, segurança, etc.), IPSS, tecido associativo, entre outros, cuja identificação e contactos foram disponibilizados pela CMT. O acesso ao inquérito online foi disponibilizado através de uma hiperligação e uma palavra-passe individual (por entidade) divulgada via correio eletrónico a partir da base de contactos fornecida pelo Município. Foi solicitada a colaboração do Município na sensibilização das entidades para a resposta ao inquérito. Foram obtidas 29 respostas ao inquérito consideradas válidas (obteve-se uma taxa de resposta de cerca de 17%, face ao universo de instituições contactadas). Por outro lado, foi aplicado um inquérito por questionário online dirigido a migrantes. O convite para a resposta ao inquérito e indicação do respetivo link foram disponibilizados através de uma hiperligação, em modo aberto, nas redes sociais do Município, com a colaboração de outras entidades, nomeadamente no quadro do GTTM e da Rede Social de Tavira, para a disseminação e sensibilização da comunidade migrante residente no concelho para resposta ao inquérito online. Tendo em vista alargar o leque de migrantes que, não dominando a língua portuguesa, pudessem responder ao inquérito, foram disponibilizadas duas versões, em português e em inglês. Foram obtidas 25 respostas ao inquérito consideradas válidas. Finalmente, foi ainda solicitado o preenchimento pela Autarquia do inquérito IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, procurando reunir contributos das várias divisões municipais na resposta técnica e política às diferentes questões. Este novo Inquérito IMAD atualiza as informações anteriormente disponíveis (Inquérito IMAD 2015), o qual foi igualmente analisado.

Importa referir ainda que, no âmbito da elaboração do PMIM, foram analisados diversos documentos, incluindo documentos técnico-científicos, de planeamento e orientação estratégica municipal como o Diagnóstico Social Tavira (2017), o Plano de Desenvolvimento Social (2017-2020), a Carta Educativa 2015-2020 (2015), o Plano Diretor Municipal (1996, com posteriores alterações), a Estratégia Local de Habitação 2021-2030 (2021), entre outros. Foram igualmente considerados outros documentos técnico-científicos, artigos de imprensa, e documentos legais e normativos. Também foram analisados os principais planos e estratégias de âmbito nacional, incluindo o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, o Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, o Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, o Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, o Plano Nacional de Saúde; a Estratégia Nacional para a Deficiência, o Plano Nacional de Formação Financeira, o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.

Importa mencionar ainda que este diagnóstico integrou a análise de diversas fontes de informação estatística oficial, incluindo INE, SEFSTAT e PORDATA. Foram ainda analisados dados estatísticos primários resultantes dos atendimentos realizados pelo CLAIM de Tavira. Também foram aqui considerados dados estatísticos primários sistematizados pelas diversas entidades locais (ACES Sotavento, IEFP e Segurança Social). Embora solicitados, não foram disponibilizados dados da ACT nem foi possível concluir a recolha de dados estatísticos primários junto dos agrupamentos escolares (alunos estrangeiros inscritos, oferta formativa de Português Língua de Acolhimento, processos de reconhecimento de qualificações de nível básico e secundário de cidadãos estrangeiros) e das juntas de freguesia (atestados de residência emitidos por solicitação de cidadãos estrangeiros).

3. DIAGNÓSTICO LOCAL

O diagnóstico local visa traçar um quadro global do atual contexto de acolhimento e integração de cidadãos migrantes no concelho de Tavira e identificar os principais problemas e necessidades específicos desta população, incorporando, quando possível, a respetiva análise causal. Este exercício analítico encontra-se organizado segundo as áreas que compõem o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), designadamente as seguintes: Serviços de acolhimento e integração, Urbanismo e habitação, Mercado de trabalho e empreendedorismo, Educação e língua, Capacitação e formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e resposta social, Cidadania e participação cívica, Media e sensibilização da opinião pública, Racismo e discriminação, Relações internacionais e Religião. Neste capítulo procura-se ainda identificar o leque de recursos disponíveis em cada uma das treze áreas temáticas, incluindo respostas, iniciativas e serviços existentes ao nível local.

3.1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

O **Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)** de Tavira, em funcionamento desde o Verão de 2021, é a principal estrutura de acolhimento existente no concelho. Como os outros CLAIM da rede nacional, foi criado no âmbito de um protocolo de cooperação entre o Município de Tavira e o Alto Comissariado para as Migrações⁶ e presta apoio e informação geral relativos à regularização da situação migratória, à aquisição de nacionalidade, ao processo de reagrupamento familiar, entre outras questões que se colocam aos cidadãos migrantes, procurando oferecer um apoio integrado e de proximidade.

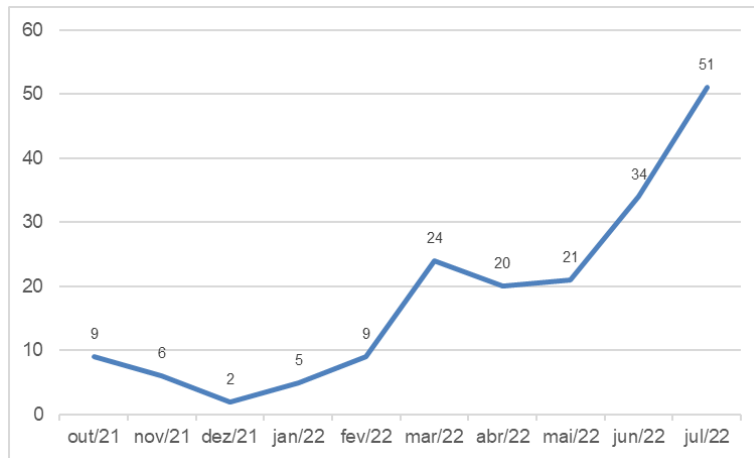
O CLAIM funciona nas instalações do Centro Coordenador dos Transportes, sendo os atendimentos assegurados por uma técnica afeta a este serviço. Os atendimentos presenciais são feitos por marcação (por telefone ou e-mail), sendo igualmente realizados atendimentos via telefone, *whatsapp* e e-mail. O CLAIM está disponível de segunda-feira a sexta-feira, das 10h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00 (este horário sofreu ajustamentos com a chegada de refugiados ucranianos, alargando o atendimento a todos os dias úteis – até então funcionava apenas três dias por semana, de segunda-feira a quarta-feira). De acordo com as informações transmitidas pela técnica do CLAIM, o período de atendimento não se encontra muito ajustado aos horários de trabalho, nomeadamente para os migrantes trabalhadores agrícolas (uma eventual abertura em horário pós-laboral poderia ser mais vantajosa para os utentes, embora o reforço da confiança neste serviço possa ser mais útil para incrementar a sua procura).

Desde outubro de 2021 (não estão disponíveis registos dos atendimentos anteriores a essa data) e até julho de 2022 foram realizados 183 atendimentos⁷, incluindo presenciais e à distância, numa média de 18 atendimentos mensais. Uma leitura evolutiva destes dados mostra que a procura deste serviço tem sido crescente: se nos primeiros cinco meses não chegava aos 10 atendimentos/mês, em junho de 2022 realizaram-se mais de 30 atendimentos e, em julho, mais de 50.

⁶ Protocolo assinado em junho de 2021 e entrada em funcionamento do CLAIM em julho.

⁷ Refira-se que um mesmo utente pode ter recorrido ao CLAIM mais do que uma vez, estando contabilizado como diferentes atendimentos/utentes.

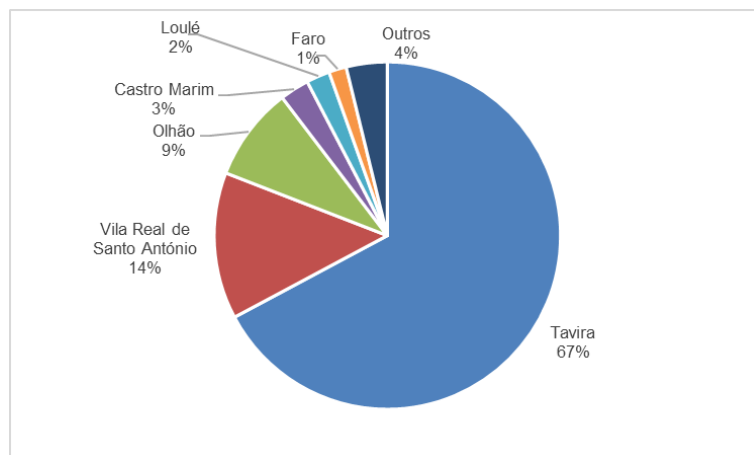
Gráfico 6. Evolução do número de atendimentos efetuados no CLAIM de Tavira



Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

Embora a maioria dos migrantes que procuram o CLAIM de Tavira residam e trabalhem no concelho (67% do total de atendimentos), esta estrutura também atende muitos migrantes residentes nos concelhos vizinhos de Vila Real de Santo António, Olhão, Castro Marim, Loulé, Faro e São Brás de Alportel e mesmo noutros concelhos do Algarve, da zona de Lisboa ou mesmo do centro e norte do país.

Gráfico 7. Concelho de residência dos utentes do CLAIM de Tavira

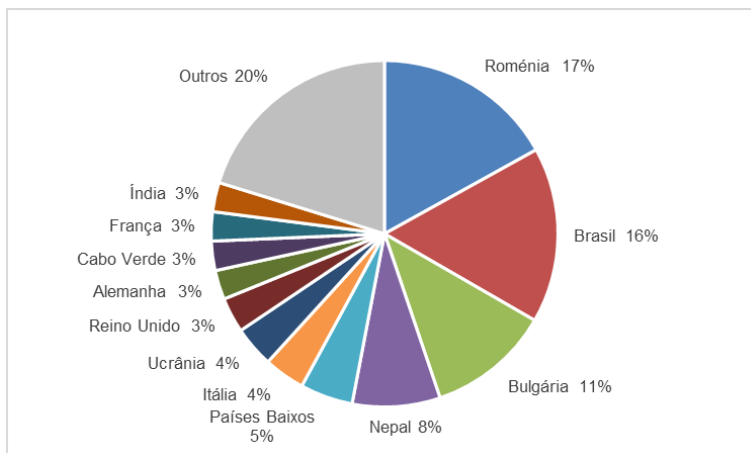


Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

Quanto à origem dos migrantes que procuram o CLAIM, a expectativa existente quando o CLAIM foi criado, de que este viria a ser procurado essencialmente por cidadãos asiáticos, não se concretizou. Com efeito, entre os utentes do CLAIM, as origens mais representativas são a Roménia, o Brasil e a Bulgária, seguindo-se, com alguma distância, o Nepal. Se, ainda assim, em relação ao Brasil e ao Nepal, há uma certa correspondência entre as nacionalidades dos que procuram o CLAIM e da população estrangeira residente, nomeadamente dos novos residentes (ambos os países estão entre as nacionalidades de residentes que mais cresceram em Tavira nos últimos 3 anos), a Bulgária e a Roménia, países muito expressivos na procura do CLAIM, têm registado uma redução entre os

estrangeiros com estatuto legal de residente em Tavira. Por outro lado, os migrantes provenientes de países europeus como o Reino Unido, Itália, França e Alemanha, com um crescimento expressivo nos últimos anos entre os residentes estrangeiros, representam uma pequena proporção dos atendimentos do CLAIM. Embora o número de utentes de nacionalidade ucraniana seja relativamente pouco expressivo, houve um aumento da procura do CLAIM por parte de refugiados após o início da guerra na Ucrânia.

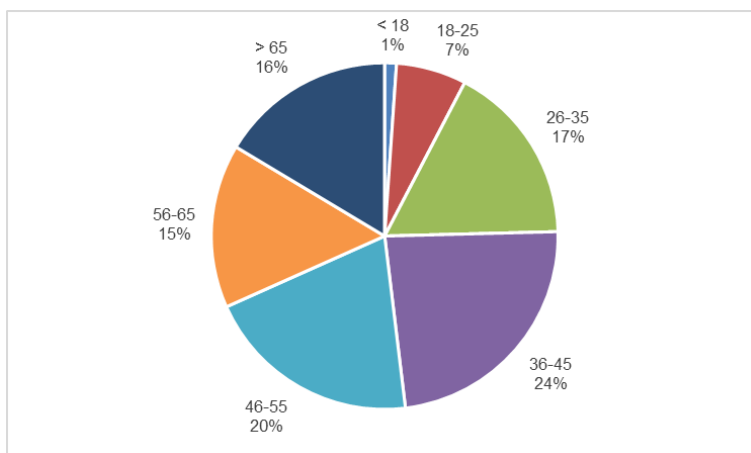
Gráfico 8. País de nacionalidade dos utentes do CLAIM de Tavira



Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

De um modo geral há mais mulheres do que homens entre os que recorrem ao CLAIM (52% contra 48% dos atendimentos), estando distribuídos de forma muito equilibrada pelos vários escalões etários. Apenas os mais jovens (até aos 25 anos) estão menos representados. É interessante constatar a proporção de utentes com mais de 65 anos (quase um sexto do total), refletindo a presença de um importante contingente de migrantes, essencialmente europeus, que se instalam em Tavira no período de reforma.

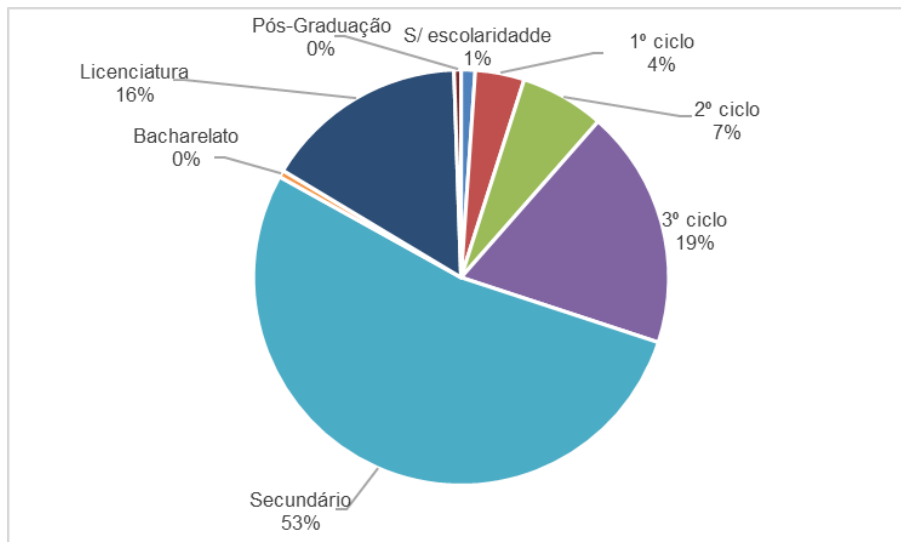
Gráfico 9. Faixa etária dos utentes do CLAIM de Tavira



Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

O nível de qualificação escolar dos utentes do CLAIM é, em geral elevado, não só entre os migrantes europeus (incluindo da Europa de Leste), mas também entre os migrantes asiáticos. As habilitações dos utentes estão, na maioria dos casos, ao nível do ensino secundário (53%), havendo também uma proporção elevada de utentes com licenciatura ou, pelo menos, com o 3º ciclo do ensino básico (16% e 18%, respetivamente). 5% dos utentes têm o equivalente ao 1º ciclo do ensino básico ou não completaram qualquer nível de escolaridade.

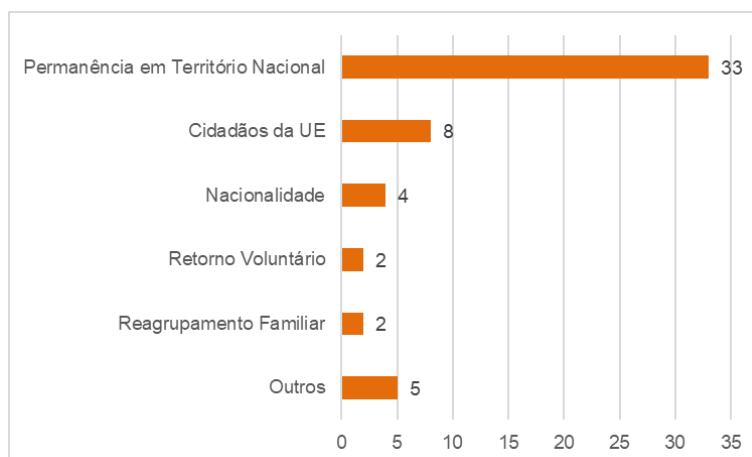
Gráfico 10. Habilitações escolares dos utentes do CLAIM de Tavira



Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

De acordo com os registos existentes, as principais questões que motivam a procura do CLAIM têm a ver com a regularização da permanência em território nacional, nomeadamente para apresentação da manifestação de interesse ou renovação do título de residência.

Gráfico 11. Assunto que motiva os utentes do CLAIM de Tavira



Fonte: Câmara Municipal de Tavira / CLAIM.

Segundo informação recolhida junto deste serviço, a maior parte dos utentes do Brasil pretende renovar o título de residência, apresentar manifestação de interesse ou o reagrupamento familiar. No caso dos migrantes da Roménia e Bulgária o motivo principal é a renovação do título de residência. O CLAIM tem também recebido alguns britânicos que, na sequência do BREXIT, procuram informação sobre o novo certificado de que precisam.

Outros assuntos colocados pelos utentes, não tendo uma resposta direta no CLAIM, são encaminhados para serviços municipais ou outras entidades, com competências nos mesmos (p.ex. ação social e ensino de Português Língua de Acolhimento). Pontualmente, o CLAIM presta apoio em questões que nada têm a ver com o serviço (p.ex. articulação com centro de apoio ao consumidor para resolução de um conflito associado à aquisição de um motociclo).

Para além do atendimento aos cidadãos estrangeiros, o CLAIM procura desenvolver um conjunto mais alargado de atividades, igualmente relevantes na perspetiva do acolhimento e integração, plasmadas em três áreas fundamentais do respetivo Plano de Atividades (algumas ainda em concretização):

- Ações de sensibilização/formação, incluindo a disseminação de informação relativa à atuação do CLAIM de Tavira e materiais informativos do ACM e, a disponibilização de versões de formulários traduzidas em diferentes línguas, a realização de sessões de sensibilização e informação junto do tecido empresarial, a celebração de efemérides/dias assinalados como importantes na área das migrações e ainda a divulgação do Guia de Serviços;
- Ações de aprendizagem da Língua Portuguesa, incluindo a participação em iniciativas na Biblioteca Municipal;
- Eventos/Atividades Interculturais.

Muitas destas atividades são desenvolvidas no âmbito do projeto “Tavira Integra +”, promovido pela Fundação Irene Rolo, de que o Município, através do CLAIM, é parceiro.

Embora o acolhimento de pessoas refugiadas não estivesse previsto no plano de atividades de 2022, o CLAIM funcionou como ponto focal para o acolhimento de cidadãos ucranianos, articulando diversas entidades locais e encaminhamento para apoio em vestuário, senhas para alimentação (proporcionadas pela Divisão de Assuntos Sociais), acesso a cartão de saúde e articulação com as creches/IPSS, com as escolas (pré-escolar e básico) e com a PSP, etc.

A comunicação com os migrantes não falantes de português no CLAIM é feita, em geral, em inglês, embora nem todos os utentes consigam comunicar nessa língua (nesses casos, são acompanhados por algum amigo/colega com maior conhecimento da língua inglesa).

A instalação do CLAIM de Tavira foi divulgada através do *website* e das redes sociais do Município e, especificamente numa ação com a Fundação Irene Rolo junto de algumas empresas agrícolas que são grandes empregadoras de migrantes, onde se explicou o que faz e em que situações os cidadãos estrangeiros podem utilizar esse serviço. Essa ação teve um efeito imediato de aumento do número de utentes. Depois disso, o CLAIM tem sido difundido, essencialmente, através do “passa a palavra” por parte de quem já teve experiência de atendimento – e partilha uma confiança crescente no CLAIM – e das empresas empregadoras. Segundo a técnica do CLAIM, existe uma grande abertura das empresas, que têm colaborado não só na divulgação do apoio (gratuito) que o CLAIM presta, mas também dispensado os trabalhadores durante o horário de trabalho para poderem aceder ao CLAIM ou mesmo acompanhado os trabalhadores nesse e noutros serviços da Administração Pública (incluindo empresas de trabalho temporário, conforme transmitido por alguns interlocutores).

Por outro lado, as entidades locais também vão conhecendo o CLAIM, que, embora recente, começa a ser um ponto de referência em Tavira.

A generalidade das entidades auscultadas transmite uma avaliação positiva do funcionamento e da resposta dada pelo CLAIM (todas conhecem o serviço), reconhecendo que este permite um atendimento adequado aos migrantes (também de outros concelhos do Algarve, onde não existe esta oferta), dispensando o recurso a advogados ou outros “agentes” remunerados por serviços que o CLAIM presta gratuitamente (p.ex. a apresentação da “manifestação de interesse”) e reduzindo as situações de exploração. Com efeito, a generalidade dos cidadãos estrangeiros asiáticos dispõe, segundo informações obtidas junto de diversas entidades, de um advogado de referência.

De acordo com os resultados do inquérito aos migrantes, a maioria destes classifica o trabalho e os serviços prestados pelo CLAIM como bom (60%) ou muito bom (30%). As instituições locais fazem uma avaliação igualmente positiva (embora não tão expressivamente) classificando estes serviços como bom (55%) ou muito bom (18%).

A **Fundação Irene Rolo (FIR)** veio reforçar as respostas locais em matéria de acolhimento e integração da população estrangeira, nomeadamente através do projeto “**Tavira Integra +**”, que retoma a intervenção junto das comunidades migrantes que esta Fundação teve no passado, e de que a Câmara Municipal de Tavira é parceira. O projeto “Tavira Integra +”, financiado através do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI), e que se iniciou em setembro de 2021 (deverá terminar em dezembro de 2022) “resulta de uma reflexão efetuada no âmbito do Conselho Local de Ação Social” (CLAS/Rede Social) do Município de Tavira, encontrando-se “alinhado com o Diagnóstico Social da Rede Social de Tavira”.

Num contexto de uma “grande mutação dos fluxos migratórios, essencialmente ao nível da chegada de imigrantes oriundos do continente Asiático”, este projeto visa “identificar as suas principais necessidades de forma a dinamizar estratégias locais que promovam a integração social destes públicos”. No âmbito deste projeto, a FIR tem envolvido sobretudo as comunidades dos países asiáticos, sendo menos relevante a interação com cidadãos brasileiros, búlgaros, romenos ou mesmo ucranianos.

As ações promovidas pelo CLAIM e pela FIR no quadro deste projeto abrangem áreas tão diversas como a promoção cultural, a aprendizagem da língua portuguesa e a informação/sensibilização das comunidades migrantes, das entidades locais, do tecido empresarial e da comunidade em geral que serão detalhadas e circunstanciadas no âmbito das diversas temáticas deste diagnóstico local. É no quadro deste projeto que foi preparado um Guia de Serviços, o primeiro guia de recursos para apoio aos migrantes residentes em Tavira, traduzido em 7 línguas e disponibilizado em papel e nas plataformas digitais do Município e da FIR.

Outras entidades locais auscultadas, como as juntas de freguesia, os agrupamentos escolares ou as empresas, conhecem este projeto e reconhecem a importância do trabalho da FIR na integração das comunidades estrangeiras.

As **Juntas de Freguesia**, pela proximidade às populações, são um veículo de acesso privilegiado aos migrantes e, simultaneamente, são frequentemente a primeira instância a quem os migrantes se dirigem quando precisam de alguma informação ou apoio, funcionando como ponto de partida para o acesso a outros serviços - Divisão dos Assuntos Sociais da Câmara Municipal, CLAIM, outros serviços públicos, mas também para a Fundação Irene Rolo, reconhecida pela intervenção junto das comunidades estrangeiras. Algumas Juntas têm afixados no espaço de atendimento materiais com informações úteis para os cidadãos migrantes. Por outro lado, nas Juntas de Freguesia funcionam postos de correios, muito utilizados pela população estrangeira. São também as Juntas de Freguesia que emitem atestados de residência, geralmente necessários para a regularização da permanência no território nacional⁸. Assim, estas entidades, sobretudo a União das Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, onde

⁸ Foram relatadas situações pontuais de irregularidades nas informações prestadas pelos cidadãos estrangeiros para a obtenção de atestados de residência (habitações que serviam de morada a um número significativo de estrangeiros, indivíduos que se apresentavam como testemunhas em consecutivos processos sendo para tal remunerados, etc.), que as Juntas de Freguesia, não conhecendo a situação concreta dos cidadãos, não têm condições para validar. As entidades de segurança interna, como o SEF, têm procurado debelar essas situações, promovendo uma intervenção mais atenta e criteriosa por parte das Juntas de Freguesia.

reside grande parte da população estrangeira, conhecem relativamente bem as comunidades migrantes. Não parece haver problemas relevantes de comunicação entre as juntas e os estrangeiros (geralmente em inglês ou mobilizando ferramentas de tradução automática) e a perceção geral é que oferecem um acolhimento adequado aos cidadãos estrangeiros.

As respostas ao inquérito aos migrantes dão conta de uma avaliação positiva do trabalho e dos serviços prestados pelas Juntas de Freguesia que classificam em larga medida como bom (36%) ou muito bom (46%). Ainda que não de forma tão significativa, as instituições locais fazem uma avaliação também positiva das Juntas de Freguesia, classificando como bom (48%) ou muito bom (9%) o serviço prestado por estas.

Atualmente, como refere a generalidade dos migrantes e das entidades ouvidas, o primeiro obstáculo no processo de acolhimento e integração dos cidadãos estrangeiros encontra-se no **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras** (SEF). Por um lado, pelos tempos de espera muito longos que retardam a obtenção do título de residência ou a concretização do reagrupamento familiar (no final de 2022, o tempo de espera para agendamento de atendimento rondava os 2 anos); por outro lado, pelas dificuldades de comunicação dada a indisponibilidade de atendimento em inglês (presencialmente e na linha telefónica/atendimento automático).

O inquérito aos migrantes revela uma insatisfação significativa em relação ao trabalho e aos serviços prestados pelo SEF: 32% dos respondentes consideram-no insuficiente e 27% apenas suficiente, embora parte dos migrantes avalie como bom (27%) ou mesmo muito bom (14%). As instituições locais fazem uma avaliação não muito diferente do SEF (24% consideram-no insuficiente) embora seja menor a proporção de respondentes que classifica estes serviços como bom (33%) ou muito bom (5%). Excluindo os serviços de saúde (que serão abordados mais adiante), o SEF é o serviço público com uma avaliação mais negativa, seja por migrantes, seja pelas entidades locais respondentes aos inquéritos, sendo apontadas como razões para essa perceção a morosidade dos processos e as dificuldades de comunicação (numa língua diferente do português).

Os longos tempos de espera acontecem também noutros serviços, como a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes pelo que, quando possível, muitos migrantes residentes em Tavira recorrem a serviços instalados noutros concelhos ou noutras zonas do país. Na generalidade dos serviços públicos, incluindo os já referidos mas igualmente o Centro de Saúde, e apesar de algumas melhorias registadas nos últimos anos, são ainda identificadas lacunas ao nível da informação disponível (nomeadamente pela ausência de informação traduzida, mesmo para inglês) e da sensibilidade e competências dos interlocutores nesses serviços para as questões específicas dos cidadãos estrangeiros (competências linguísticas nas não só) bem como a necessidade de simplificar e uniformizar alguns procedimentos, aspetos fundamentais para facilitar o contacto destas comunidades com os serviços públicos.

Por fim, refira-se que 75% dos respondentes ao inquérito às instituições locais consideram que a área do acolhimento e integração de migrantes deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Tavira.

3.2. HABITAÇÃO E URBANISMO

O acesso à habitação por parte da população migrante é um problema identificado pela generalidade dos interlocutores, que se enquadra numa questão transversal do alojamento no concelho de Tavira. As respostas aos inquéritos confirmam a perceção de que a população migrante residente no concelho de Tavira se confronta com dificuldades/obstáculos específicos no acesso à habitação (78% das entidades e 56% dos migrantes), sendo identificados especificamente (por ambas as tipologias de respondentes) problemas no arrendamento de habitação, na qualidade e conforto habitacional, no acesso a habitação social/habitação com custos controlados e ainda na aquisição de habitação própria (este último aspeto é

referido por mais de metade das instituições locais que identificam problemas de acesso à habitação mas é pouco relevante para os migrantes respondentes).

A oferta de alojamento, para aluguer e para venda, é muito reduzida ou a preços muito elevados, deixando sem resposta habitacional uma parte muito significativa da população.

Pessoas e famílias de menores recursos são mais afetados, incluindo não apenas os novos residentes, mas também os cidadãos nacionais e os estrangeiros que estão instalados em Tavira há mais tempo. De acordo com a informação recolhida junto das entidades locais, entre os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, nomeadamente no caso de cidadãos oriundos de países asiáticos, o principal problema relatado é, precisamente, a questão habitacional.

A situação atual resulta de um aumento populacional do concelho que não foi acompanhado pelo incremento da oferta de alojamento, nomeadamente disponível para habitação permanente. Alguma oferta, nomeadamente junto às praias e na cidade, está direcionada para o turismo, ficando eventualmente disponível apenas em época baixa (cada vez mais curta, de janeiro a maio). Por outro lado, a procura por parte de estrangeiros, sobretudo europeus, com maiores possibilidades económicas, veio valorizar e inflacionar o mercado imobiliário. A Estratégia Local de Habitação de Tavira 2021-2030 reconhece o reforço da precaridade habitacional provocado pela pressão imobiliária, associada, por sua vez, aos investimentos estrangeiros motivados por benefícios fiscais e ao aumento do turismo - Tavira está entre os concelhos com maior número de unidades de AL o que, como referido naquele documento, tem impactos na subida dos preços do imobiliário e na redução da oferta por reafetação de propriedades do mercado de arrendamento tradicional.

Os migrantes europeus residem, maioritariamente, na cidade e em algumas zonas rurais do interior do concelho, onde adquirem propriedades (refira-se que, de acordo com o Município, a maioria dos pedidos de licenciamento de construção para habitação são apresentados por promotores estrangeiros). Os cidadãos oriundos do Brasil, da Europa de Leste (Roménia, Bulgária, Ucrânia) e outros há mais tempo instalados em Tavira, incluindo provenientes de países asiáticos, geralmente organizados em família, tendem a concentrar-se nos aglomerados urbanos, embora por vezes sejam “afastados” para as zonas rurais, onde conseguem encontrar habitação. Algumas famílias partilham casa (p.ex. brasileiros), procurando reduzir os encargos associados. A maioria dos migrantes “isolados” (sem família), que trabalham no setor agrícola, concentra-se nas freguesias rurais, nomeadamente na Luz de Tavira/Santo Estêvão, onde se localiza a maioria das explorações.

Embora não exista nenhum levantamento sistemático das situações de habitação indigna, nomeadamente de população estrangeira⁹, a maioria dos interlocutores confirma a sua existência, principalmente nas zonas de maior concentração de migrantes, dedicadas ao setor agrícola. O facto de parte desta população ter uma grande mobilidade (associada à sazonalidade das atividades) dificulta a sinalização daquelas situações. A perceção generalizada é que a maioria dos estrangeiros com origem em países asiáticos partilha espaços sobrelotados, casas e quartos (por vezes em situações de subarrendamento; outras sem qualquer contrato de arrendamento), mas também outro tipo de estruturas indiferenciadas (garagens, armazéns, ...) convertidas em alojamento/camaratas (perceção de vários atores locais auscultados é que “numa casa podem estar 30 a 40 pessoas” ou que “um quarto ou compartimento chega a ser dividido por 20 ou 30 pessoas”).

Se as situações de sobrelotação permitem dar “resposta” às necessidades de habitação de grande número de pessoas, são também vantajosas para alguns senhorios que assim encontram um mecanismo expedito de incremento da rentabilidade das suas propriedades. Nesse contexto, os migrantes acabam por “competir” com o resto da população na procura de habitação.

⁹ Embora a Estratégia Local de Habitação 2021-2030, no enquadramento nas dinâmicas demográficas, faça referência à população estrangeira residente no concelho de Tavira (em 2016), esta não tinha a premissa de sistematizar as condições particulares do acesso à habitação pelos migrantes (tal como de outros grupos: jovens, etnias, etc.).

Grande parte dos migrantes que trabalham para empresas agrícolas reside em alojamentos facultados pelos empregadores. Uma junta de freguesia confirma que os contratos de arrendamento apresentados para efeito da emissão de atestado de residência estão, muitas vezes, em nome das empresas. Para além de casas/apartamentos ou outros imóveis partilhados (incluindo em empreendimentos turísticos, arrendados especificamente para este efeito, designadamente durante a pandemia), as empresas disponibilizam também estruturas modulares/contentores instalados junto às explorações (note-se que alguns interlocutores afirmam conhecer explorações que têm estruturas deste tipo enquanto outros asseguram que já não existem no concelho). Ainda que, por vezes, as instalações das empresas inseridas em espaços rurais, junto às explorações, ofereçam melhores condições de habitabilidade (nomeadamente produtores de menor dimensão, com maior proximidade entre os empregadores e os trabalhadores), o facto de a habitação ser cedida pelas entidades empregadoras não impede a persistência de condições de habitação indignas. De acordo com alguns interlocutores, o reforço da fiscalização às empresas por parte das autoridades, nos últimos anos, traduziu-se na melhoria das condições dos alojamentos que asseguram aos trabalhadores e numa maior sensibilização e responsabilização dos empresários nesta matéria.

Os cidadãos estrangeiros que trabalham na área do turismo têm mais dificuldade em aceder ao alojamento, nomeadamente próximo dos locais de trabalho (especialmente relevante face ao trabalho por turnos e às deficiências ao nível dos transportes públicos). Alguns hotéis, especialmente no período do Verão, facilitam o alojamento dos trabalhadores sazonais que se deslocam de outras regiões do país, afetando parte da sua capacidade a essa função, o que não obsta a que se verifiquem situações de sobrelotação.

Ainda que a partilha de alojamento permita “resolver” necessidades de grande parte da população migrante, o desafio agudiza-se quando os cidadãos pretendem fazer o reagrupamento familiar, o que exige outras condições de alojamento e, nessa medida, pode ficar comprometido pelas dificuldades no acesso a habitação. Por outro lado, quando a habitação é assegurada pela entidade empregadora podem gerar-se dificuldades acrescidas em caso de desemprego (mesmo que temporário, em resultado da sazonalidade dos trabalhos agrícolas e outros), ficando os trabalhadores numa posição especialmente frágil, sem rendimentos nem alojamento.

Existem algumas situações de cidadãos estrangeiros em situação de sem-abrigo, embora nem sempre haja informação sobre as mesmas, seja porque se trata de cidadãos sem documentos, seja porque os próprios cidadãos preferem não partilhar informações a seu respeito (os serviços da autarquia já identificaram cidadãos com origens na Suécia, Reino Unido, Ucrânia e vários países africanos).

As dificuldades em termos da habitação têm implicações noutras dimensões como a impossibilidade de dar continuidade ao percurso de aprendizagem de Português Língua de Acolhimento, decorrente da necessidade de procurarem alojamento noutros territórios (como terá acontecido recentemente com alguns refugiados ucranianos).

Embora o Município disponha de um programa de apoio ao arrendamento e de um parque habitacional relativamente amplo, estas respostas têm sido manifestamente insuficientes para os cidadãos estrangeiros (bem como para nacionais, estando o Município empenhado em aumentar o parque próprio). As exigências regulamentares dos instrumentos de apoio do Município condicionam o acesso (e condicionaram mais no passado, já que as alterações ao Regulamento do Regime de Acesso, Atribuição e Gestão do Parque Habitacional do Município de Tavira vieram reduzir essas exigências) a alguns dos migrantes. Neste quadro, são poucos os migrantes residentes nos bairros municipais.

No concelho não se identificam locais de encontro com maior concentração de estrangeiros, à exceção da Luz de Tavira, onde residem e trabalham muitos migrantes, fundamentalmente de origem asiática, que circulam e se reúnem no espaço público, e o centro da cidade de Tavira, nomeadamente dos cidadãos que trabalham na área da hotelaria, restauração e comércio ou que a este recorrem para a aquisição de produtos alimentares e outros específicos dos seus países de origem. Ainda assim, as comunidades asiáticas parecem remeter-se, essencialmente, ao espaço doméstico quando não estão a trabalhar ou a fazer pequenas compras. A comunidade brasileira, pelo contrário, mistura-se com a

comunidade local, tornando-se difícil identificar pontos de encontro mais específicos. Cafés, bares, supermercados, centro comercial, infraestruturas desportivas e a zona central da cidade foram referidos, nas entrevistas e nos inquéritos, como espaços onde se encontram frequentemente cidadãos estrangeiros. No caso dos migrantes europeus (maioritariamente reformados), existem alguns pontos de encontro identificados, como um bar onde se reúnem ingleses ou uma coletividade frequentada por franceses.

Não parecem existir conflitos na utilização do espaço público associadas a determinadas comunidades, como testemunham os respondentes aos inquéritos (64% das instituições e 56% dos migrantes respondentes não têm conhecimento de situações de conflito).

Associados aos problemas da habitação estão também as questões dos transportes e da mobilidade. Também neste caso, não atinge apenas migrantes, sendo uma dificuldade generalizada no concelho, pelo facto de a rede de transportes públicos ser muito limitada.

Para quem vive ou trabalha fora do centro (p.ex. na agricultura) a mobilidade é particularmente difícil. Segundo informação recolhida junto dos empregadores, alguns trabalhadores instalados há mais tempo têm automóvel ou motociclo elétrico. É habitual observar-se cidadão estrangeiros (trabalhadores rurais, mas não só) a circularem em bicicleta e a pé. Alguns empregadores têm carrinhas para o transporte dos trabalhadores, outros disponibilizam bicicletas. Alguns migrantes trabalham em plataformas de serviços de TVDE, servindo também a sua comunidade, sobretudo nas zonas mais isoladas.

Estas dificuldades (agravadas aos fins de semana) de acesso ao trabalho, ao comércio e a serviços, mas também ao “espaço público” (em termos latos), limita as possibilidades de trabalho, de formação, de acesso à cultura e de convivência intercultural da população estrangeira e dificulta a sua integração na vida local.

Neste contexto, vários interlocutores consideram fundamental a melhoria da rede de transportes, articulando espaços de residência, de trabalho, de comércio e de serviços, e ajustando os horários de circulação aos horários de trabalho, tendo em vista facilitar a deslocação dos estrangeiros residentes em Tavira. Também nos inquéritos esta questão é identificada (mais pelas instituições do que pelos migrantes respondentes) como um dos problemas mais relevantes com que se confronta a população migrante.

O acesso à habitação e a mobilidade e transportes são, assim, reconhecidos pelas entidades locais como principais obstáculos à integração dos migrantes e, nessa medida, como áreas prioritárias de intervenção no âmbito do PMIM (identificada como tal por 78% das instituições e 24% dos migrantes respondentes ao inquérito). Nesse sentido, a sistematização das situações de habitação indigna de migrantes, referidas - mesmo que sem um conhecimento detalhado – pela generalidade dos atores locais auscultados, assume-se como um imperativo.

3.3. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

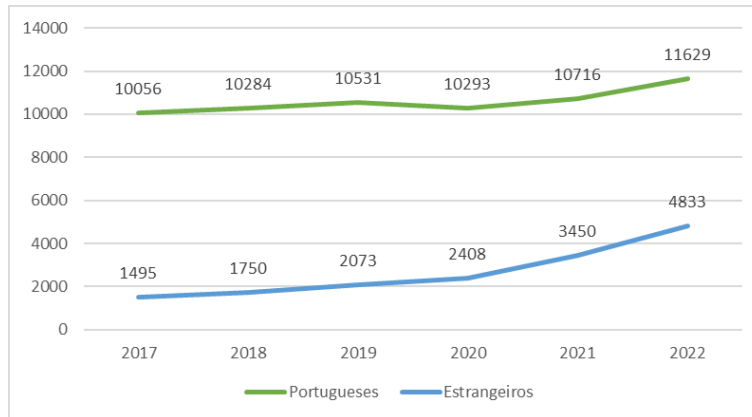
Emprego de migrantes

O registo das pessoas singulares residentes no concelho Tavira com qualificação de trabalho¹⁰ dá conta de uma evolução muito expressiva e que contrasta, em termos relativos, com a evolução registada entre os cidadãos nacionais. Entre 2017 e 2022 os trabalhadores portugueses tiveram um aumento de 16% (numa trajetória não linear, de crescimento até 2019 e decréscimo no ano seguinte), enquanto os

¹⁰ Dados do Instituto da Segurança Social que incluem Trabalhadores por Conta de Outrem, Trabalhadores Independentes, Trabalhadores do Serviço Doméstico, Trabalhadores com Seguro Social Voluntário e Membros de Órgãos Estatutários.

trabalhadores migrantes aumentaram continuamente, sobretudo a partir de 2020, numa variação global de 223% – ou seja, mais que triplicaram em seis anos.

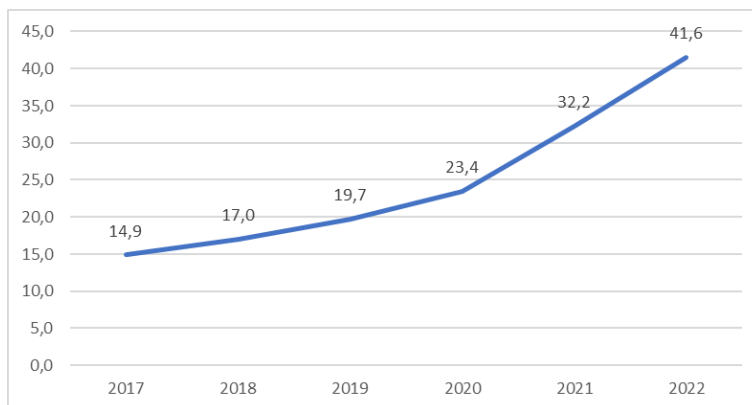
Gráfico 12. Pessoas singulares residentes no concelho de Tavira com qualificações de trabalho (2017-2022)



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 22/07/2022)

Este crescimento traduziu-se num claro reforço do peso dos trabalhadores estrangeiros. É evidente o aumento da proporção de estrangeiros entre os trabalhadores registados, que passa de 15% em 2017 para 42% em 2022.

Gráfico 13. Proporção de estrangeiros entre as pessoas singulares residentes no concelho de Tavira com qualificações de trabalho (2017-2022)



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 22/07/2022)

As atividades onde se integram os trabalhadores estrangeiros com remunerações declaradas, são diversas (com registo de estrangeiros em quase todas as secções da Classificação das Atividades Económicas - CAE), embora a maior concentração setorial destes trabalhadores se verifique em três secções: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (33%), Alojamento, restauração e similares (16%) e Comércio (14%). Atividades administrativas e serviços de apoio (12%) e Construção (9%) são as secções que se seguem em termos de relevância.

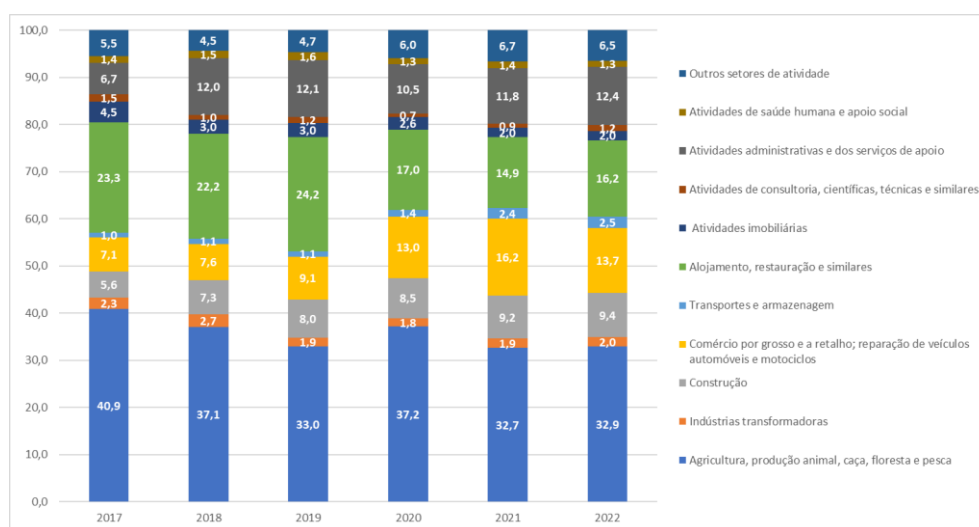
Gráfico 14. Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira, por secção da CAE, 2022



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 06/07/2022)

A evolução recente, ilustrada no gráfico seguinte, dá conta de algumas alterações na importância relativa de cada uma daquelas secções da CAE, designadamente com um aumento da proporção de migrantes em atividades de Alojamento, Construção e nos Transportes e armazenagem, e uma redução do peso dos trabalhadores na Agricultura nos últimos dois anos.

Gráfico 15. Evolução da proporção de pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira por secção CAE



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 06/07/2022)

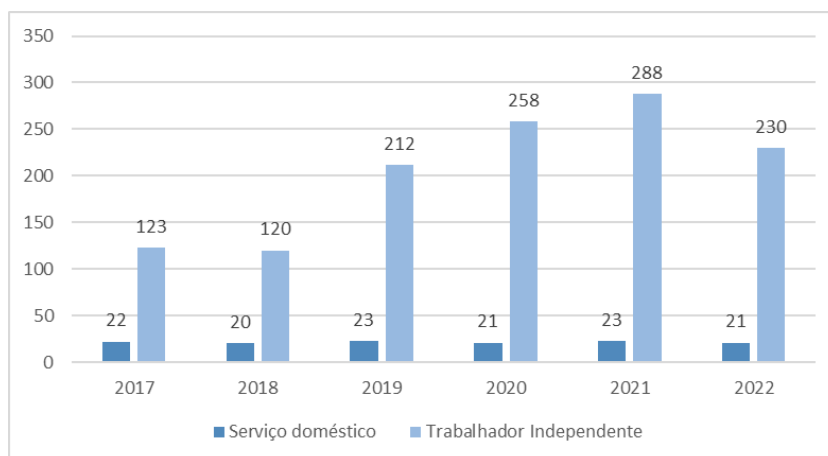
A comunicação da contratação de trabalhadores estrangeiros pelas entidades empregadoras à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) é obrigatória. Embora não tenha sido possível aceder à informação oficial sobre o emprego de estrangeiros - inerente à proteção dos dados pessoais dos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes – foi possível recolher informação qualitativa que permite caracterizar o perfil dos cidadãos estrangeiros a exercer atividade profissional no concelho de Tavira. A indicação de que estes cidadãos estrangeiros se dedicam a diferentes setores de atividade por referência ao seu país de origem depende muito do contexto de trabalho e das necessidades requeridas pelas entidades empregadoras.

Assim, segundo os atores locais auscultados, no setor da agricultura foi destacada a presença de cidadãos de diferentes nacionalidades, mas sobretudo provenientes da Ásia (Bangladesh, Nepal, Índia e Paquistão), em tarefas sazonais que frequentemente implicam a mobilidade destes trabalhadores para fora do concelho quando terminam esses trabalhos temporários. Todavia, esse movimento inter-regional dos migrantes não é recente e já foi identificado há alguns anos como uma dinâmica regente no setor agrícola. Na área da construção civil, o trabalho é sobretudo assegurado pelos cidadãos oriundos do Leste europeu e de África. Na hotelaria e restauração os trabalhadores estrangeiros na sua maioria são de origem brasileira, indiana, chinesa, japonesa e nepalesa, sendo este um setor de atividade em que o domínio da língua portuguesa e inglesa, entre outras, assume especial relevância para o atendimento ao público. No setor da prestação de serviços, em particular nas limpezas, o trabalho é desempenhado essencialmente por trabalhadores provenientes do Leste europeu e, segundo os diferentes interlocutores, absorve mais trabalhadores da Moldávia e da Bulgária, mas também da Índia e do Brasil, muitas vezes recrutados através de Empresas de Trabalho Temporário, “intermediárias” das entidades empregadoras (como acontece no principal polo comercial do concelho, o Centro Comercial Plaza Tavira).

Ainda de acordo com os dados do Instituto da Segurança Social (ISS), os trabalhadores independentes estrangeiros, embora em muito menor número que os que exercem a sua atividade por conta de outrem, registaram um aumento bastante significativo (quase duplicaram, passando de 123, em 2017, para 230, em 2022).

Quanto aos trabalhadores do serviço doméstico estrangeiros, em número ainda menor, são 22 em 2017 e, em 2022, um pouco menos (21 pessoas), ou seja, sem grandes alterações no período em análise.

Gráfico 16. Pessoas singulares estrangeiras com registo de remunerações declaradas, residentes no concelho de Tavira, qualificadas como trabalhadores independentes e do serviço doméstico.



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 06/07/2022)

Pese embora, a identificação de uma diversidade sectorial no emprego de cidadãos estrangeiros em Tavira (por contraste com outros contextos territoriais, onde o emprego de estrangeiro é marcado por uma forte concentração setorial), muitas áreas de atividade têm uma presença residual de estrangeiros, como indicam os dados do ISS. É o caso das indústrias transformadoras, da educação, das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e das atividades financeiras e de seguros. Já nos setores da administração pública e defesa e da segurança social a presença de estrangeiros é praticamente inexistente.

Procura de trabalhadores migrantes

Os interlocutores sublinham que os trabalhadores estrangeiros, nomeadamente os asiáticos, que se dedicavam sobretudo ao trabalho agrícola, depois da pandemia COVID-19 foram dar resposta à falta de mão-de-obra que os empregadores sentiam na área da hotelaria e restauração. Esta mudança de setor de atividade prende-se com a sazonalidade do trabalho agrícola e também com a quebra de produção de frutos vermelhos (associada ao aumento da competitividade de outros mercados estrangeiros neste setor de atividade). Na hotelaria e restauração os estrangeiros oriundos dos países asiáticos respondem às lacunas sentidas no setor do turismo, onde o domínio da língua inglesa por parte destes trabalhadores é bastante valorizado. O domínio da língua portuguesa pelos migrantes brasileiros também é considerado uma mais-valia para os empregadores da área da restauração, em concreto para o serviço de mesa, que resulta de uma intencionalidade nestes recrutamentos, por contraposição ao que ocorre noutros domínios, como o do setor agrícola, cujo escasso domínio da língua portuguesa por parte de alguns destes trabalhadores não se assume como um obstáculo maior.

Destaca-se ainda das entrevistas realizadas com os diferentes interlocutores a perceção de que alguns empregadores atualmente estão mais sensibilizados para o bem-estar e integração dos trabalhadores migrantes, quer ao nível das suas necessidades fundamentais como a habitação, transportes e condições de saúde, tal como já referido anteriormente, quer no que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa e às questões relacionadas com a regularização dos cidadãos migrantes.

Os contactos estabelecidos com os atores locais, e tal como já foi referido anteriormente, permitiram também identificar um maior envolvimento de algumas empresas do concelho, sobretudo no setor agrícola, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Fundação Irene Rolo (FIR), no sentido de serem ministrados cursos de língua portuguesa aos trabalhadores nas instalações das próprias empresas.

Por último, o inquérito às entidades locais revela que 89% dos inquiridos reconhece as áreas/setores de atividade que empregam mais migrantes no concelho de Tavira, destacando três setores de atividade: agricultura, restauração e hotelaria e construção. No inquérito aos migrantes 40% dos respondentes identifica algumas áreas/setores de atividade mais empregadores de migrantes no concelho de Tavira, 12% não identifica e 48% não sabe ou não responde. Para os migrantes que os identificam, os setores que mais empregam são também o agrícola e o da hotelaria e restauração.

Dificuldades dos cidadãos migrantes no mercado de trabalho

As principais dificuldades sentidas pelos migrantes no mercado de trabalho mencionadas pelos atores locais auscultados estão associadas à condição de estrangeiros. As dificuldades inerentes ao domínio da língua portuguesa condicionam, por um lado, a capacidade de relação com toda a burocracia inerente ao processo de regularização da permanência no país e, por outro lado, acabam por ter repercussões no trabalho, nomeadamente na capacidade de aceder a melhores oportunidades de emprego, mais qualificados e bem remunerados. O fraco domínio da língua portuguesa também dificulta o conhecimento dos direitos e deveres laborais e coloca os migrantes numa situação de maior vulnerabilidade social. A

transmissão desse tipo de informação por parte das entidades locais, é também dificultada pela barreira linguística, como já foi referido anteriormente.

No entanto, segundo o inquérito IMAD 2022 e a auscultação dos entrevistados, com vista à integração dos migrantes no mercado de trabalho, são disponibilizados, pelo CLAIM e pela FIR, materiais de divulgação e sensibilização em português e inglês sobre os direitos dos imigrantes no acesso à formação, sobre higiene e segurança no trabalho, interculturalidade e não discriminação, segurança rodoviária e associativismo.

O inquérito IMAD 2022 refere ainda as dificuldades sentidas pelos migrantes no concelho de Tavira no acesso aos serviços locais de emprego, de formação e capacitação, no que diz respeito à marcação de atendimento e no processo comunicacional e linguístico, face à dificuldade em aceder aos formulários numa língua compreendida pelos migrantes.

A questão relatada pelos interlocutores locais que oferece maior preocupação para os trabalhadores migrantes é o acesso à habitação, como já foi referido, sobretudo para os que se encontram em situações laborais mais frágeis do ponto de vista socioeconómico, com trabalhos precários, nomeadamente os cidadãos estrangeiros oriundos de países asiáticos. Os interlocutores partilharam ainda que no setor da hotelaria, existem entidades empregadoras e asseguram o alojamento nas unidades hoteleiras para trabalhadores brasileiros que vêm de outras zonas trabalhar no período do verão.

A questão do transporte casa-trabalho é também uma dificuldade de muitos trabalhadores estrangeiros, particularmente os que trabalham nas áreas mais afastadas dos centros urbanos, como acontece no setor agrícola. Destaca-se na auscultação aos atores locais que alguns empregadores optaram por encontrar soluções de transporte para os seus trabalhadores, tendo em consideração os horários de trabalho e a sua incompatibilidade com uma rede de transportes públicos muito limitada nessas zonas. Também é frequente os trabalhadores estrangeiros deslocarem-se a pé ou de bicicleta para o local de trabalho.

Embora não sejam conhecidas situações concretas de trabalho indigno entre migrantes, alguns atores locais relatam episódios vividos por terceiros e salientam a importância de prevenir situações de exploração de mão-de-obra estrangeira. Contudo, existe uma perceção por parte dos entrevistados de que a situação melhorou nos últimos anos e que socialmente essas situações são mais reprovadas e, nessa medida, mais rapidamente denunciadas.

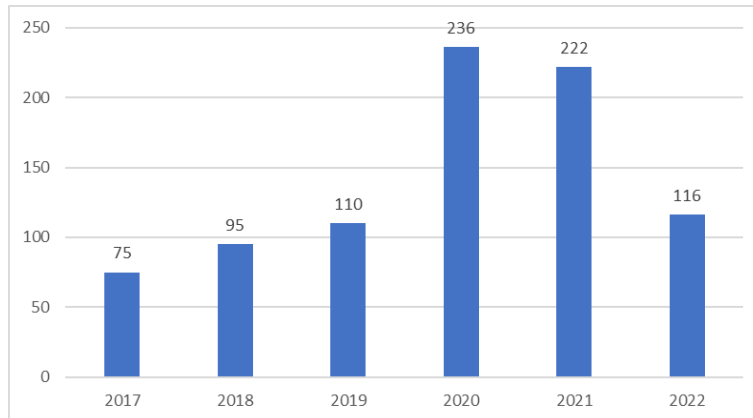
Desemprego e procura de emprego entre cidadãos migrantes

De um modo geral, os atores locais auscultados consideram que não há desemprego entre os estrangeiros que residem em Tavira. A elevada procura de mão-de-obra em alguns setores de atividade, mesmo os cidadãos estrangeiros que não têm contrato de trabalho ou os que deixam de o ter, ou cujo domínio da língua portuguesa ou inglesa ainda não é proficiente, acaba por resultar em alguma facilidade em encontrar outra colocação, mesmo que seja nos trabalhos de *backoffice* que não exigem um contato direto com o público. No entanto, os cidadãos estrangeiros referem as dificuldades geradas pela sazonalidade das atividades agrícolas em que muitos trabalham, que se traduz na ausência de trabalho por períodos de 4 ou 5 meses. O facto de muitos trabalhadores estrangeiros estarem em Portugal há pouco tempo não lhe permite aceder a qualquer prestação social que compense a perda de rendimentos durante aquele período.

Tomando como referência os dados do ISS, tendo em conta o crescimento do número de estrangeiros residentes em Tavira, podemos constatar que os estrangeiros desempregados beneficiários de subsídio de desemprego está a diminuir face ao período de 2020 e 2021, no qual se registou um acréscimo particularmente significativo, em grande parte devido aos efeitos da pandemia no abrandamento da

atividade económica. Embora esta situação não tenha afetado exclusivamente os estrangeiros, uma parte destes ter-se-á encontrado numa situação de maior vulnerabilidade económica e social.

Gráfico 17. Estrangeiros beneficiários de subsídio de desemprego residentes no concelho de Tavira



Fonte: ISS, Sistema de Estatísticas de Segurança Social (situação da base de dados de 06/07/2022)

Por fim, os resultados do inquérito lançado junto das entidades locais revelam que 19,4% do total de inquiridos consideram que existem no concelho problemas de desemprego/absorção de mão-de-obra de cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho e que essas dificuldades estão relacionadas com o desajustamento entre as qualificações e atividade profissional e as remunerações salariais. 50% dos inquiridos revela conhecer iniciativas específicas que promovem a empregabilidade dos imigrantes no concelho, nomeadamente, no setor da agricultura, através da divulgação de ofertas a nível nacional e internacional com o objetivo de contratar cidadãos migrantes, bem como o “Programa Tavira Integra +” levado a cabo pela FIR. O inquérito aos migrantes revela que 28% do total dos inquiridos considera que existem problemas de desemprego/absorção de mão-de-obra de cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho e apresenta as mesmas razões de desajustamento das qualificações e das remunerações salariais invocadas pelas entidades locais.

Promoção da empregabilidade e do empreendedorismo

Em termos de iniciativas empresariais no concelho, na análise qualitativa das entrevistas realizadas aos diferentes interlocutores, foram destacadas algumas situações de migrantes que criaram o seu próprio “negócio”, nomeadamente na área da restauração e no pequeno comércio (p.ex. supermercados e lojas de artesanato), sem grande expressão no concelho e iniciada por migrantes que já estão há mais tempo no concelho de Tavira. Na restauração, os atores auscultados, revelam que as iniciativas empresariais levadas a cabo, mais concentradas no centro da cidade e nas zonas centrais das freguesias, são na sua maioria de cidadãos estrangeiros europeus, mais concretamente ingleses, franceses e suecos. Mais pontualmente, mas ainda com alguma expressão, destacam neste setor os investimentos de cidadãos asiáticos: indianos e chineses.

Segundo o inquérito IMAD 2022, não existem medidas/programas específicos de incentivo ao empreendedorismo no concelho. Por outro lado, a análise ao inquérito realizado às instituições revela que 56% não conhece iniciativas de incentivo ao empreendedorismo migrante no concelho de Tavira, que 39% não sabe ou não responde e apenas 6% afirma ter conhecimento da existência de iniciativas. No entanto, 70% das instituições inquiridas mostram-se muito favoráveis em considerar a área do emprego e do apoio ao empreendedorismo como prioritária no trabalho desenvolvido com a comunidade migrante no concelho. Justificam esse apoio aos migrantes como forma de promover a integração, o

respeito dos cidadãos pelo bem comum do concelho e de produzir ganhos para a economia. Também apenas 12% dos migrantes afirmam conhecer iniciativas que incentivem o empreendedorismo migrante no concelho. 36% desconhece essas iniciativas e mais de metade 52% dos inquiridos não sabe ou não responde.

3.4. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

O conhecimento da língua portuguesa foi uma das principais dificuldades do processo de integração dos migrantes no concelho de Tavira, tendo sido referida pela generalidade dos atores locais nas diversas entrevistas e reuniões de trabalho realizadas, bem como no inquérito por questionário aplicado junto de instituições e de cidadãos migrantes que residem. 58,3% dos respondentes de instituições locais consideram mesmo que a população migrante residente em Tavira tem um domínio “fraco” do português. Também no inquérito a migrantes residentes no concelho de Tavira as dificuldades no domínio da língua foram reiteradamente assinaladas. Entre os migrantes inquiridos, 68% considera que a população migrante residente em Tavira tem um domínio “fraco” do português. Por outro lado, é significativo que para praticamente 20% destes inquiridos este constitua um domínio prioritário de intervenção do PMIM.

Segundo informação qualitativa recolhida em contexto de entrevista e dos painéis de discussão realizados, estas dificuldades no domínio do português são particularmente agudas entre cidadãos estrangeiros oriundos de países do Sul da Ásia (Bangladesh, Paquistão, Índia, Nepal), mas também entre alguns cidadãos do Leste Europeu (Ucrânia) que residem no concelho de Tavira, repercutindo-se em diversos domínios do quotidiano dos cidadãos migrantes, seja nas relações de trabalho, seja nos contactos com as instituições e serviços locais, muitas vezes indispensáveis à regularização da permanência no país. Note-se ainda que estas dificuldades são agravadas pelo domínio muito rudimentar da língua inglesa que é evidenciada por cidadãos migrantes oriundos do Bangladesh, da Nepal e, aparentemente em menor grau, da Índia e do Paquistão.

Embora não tenha sido possível recolher informação quantitativa que permita caracterizar esta evolução de forma mais detalhada, existe uma perceção generalizada que tem havido, nos últimos anos, um aumento significativo do número de crianças e jovens filhas de pais migrantes a frequentar o ensino público em Tavira (no contacto com o Agrupamento de Escolas D. Manuel I foi referido que cerca de 12% dos alunos são estrangeiros).

Por outro lado, constata-se que, apesar desta dinâmica de aparente aumento do número de alunos estrangeiros a frequentar as escolas de Tavira, não foram referidos, quer nos inquéritos, quer nos painéis de discussão e nas entrevistas realizados, exemplos de ações e/ou projetos em meio escolar especificamente dirigidos a um melhor acolhimento e integração destes alunos. Aparentemente, o contexto pandémico recente terá prejudicado mesmo a prossecução de algumas iniciativas como a “Mostra Gastronómica” e a “Semana Multicultural” que anteriormente se realizavam na Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia. Por outro lado, foram assinalados alguns problemas pontuais relacionados com situações de *bullying*, racismo e discriminação de crianças e jovens de nacionalidade estrangeira em contexto escolar, o que indicia a urgência de se retomarem estes projetos, aprofundando o trabalho de sensibilização no combate e apoio às vítimas deste tipo de comportamentos que, de uma forma pontual e algo casuística, algumas entidades locais fazem nas escolas do concelho (p.ex. Fundação Irene Rolo - FIR, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV).

Em termos gerais, não foram assinaladas dificuldades ao nível da aprendizagem da língua portuguesa parte dos estudantes de nacionalidade estrangeira e que não têm o português como língua materna. Tanto as escolas básicas como a escola secundária asseguram uma avaliação inicial para integrar o aluno numa turma de Português Língua Não Materna (PLNM). Segundo informações avançadas em entrevista, nos últimos anos têm funcionado, no concelho de Tavira, 2 turmas de PLNM, uma com os alunos do 2º ciclo e outra com os alunos do 3º ciclo (com cerca de 10 alunos em cada, oriundo de diferentes países). Atualmente existem algumas dificuldades no ensino do PLNM e que não são específicas de Tavira, uma vez que se relacionam com o facto de não haver uma formação específica

para os professores que lecionam esta disciplina. Trata-se de um aspeto que é considerado crítico para o sucesso destes alunos nas restantes disciplinas escolares, bem como para a sua autonomia e melhor integração no contexto português. Em todo o caso, o balanço é genericamente positivo, tendo sido relatado, em entrevista, que muitas destas crianças e jovens ajudam os pais/família, atuando como tradutores informais em diversos contextos (ex. em reuniões com professores ou apoiando-os nos seus negócios/atividades profissionais).

Já em termos de oferta da Português Língua de Acolhimento (PLA), que é dirigida a adultos, foi possível apurar que atualmente existe alguma oferta no concelho de Tavira, formal e informal, dinamizada por diferentes entidades: pela Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, pelo Serviço de Formação Profissional de Faro (Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP) e ainda, se bem que a título informal, pela Fundação Irene Rolo (FIR), no âmbito do projeto “Tavira Integra +”.

Contudo, esta oferta de formação de PLA foi globalmente considerada insuficiente, tanto em contexto de entrevista, como em inquérito, tendo em conta o número de migrantes a residir em Tavira. Por exemplo, entre os representantes de entidades locais que foram auscultados através de inquérito por questionário, 61,9% considerou que a oferta de PLA para adultos era claramente “insuficiente”, reduzindo-se a percentagem de inquiridos com esta mesma opinião negativa para crianças e jovens (apenas 33,3% dos inquiridos considera que, para este segmento etário, a oferta existente é insuficiente). De igual modo, 45,5% e 20% dos migrantes residentes no concelho de Tavira inquiridos no contexto da elaboração deste diagnóstico consideram como sendo “insuficiente” a oferta de PLA que é atualmente dirigida a adultos e a crianças e jovens, respetivamente.

No caso da Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, não foi possível recolher informações mais específicas e detalhadas relativamente à evolução da oferta de PLA, nos últimos anos, bem como sobre os respetivos beneficiários envolvidos e sua caracterização (países de origem, idade, nível escolaridade, setor de atividade, etc.) e dinâmica de adesão e funcionamento. Segundo informação disponível *online*¹¹, nos anos letivos 2020-2021 e 2021-2022 foram disponibilizados pela Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, respetivamente, 2 e 4 cursos de PLA, nos níveis de A1+A2. Geralmente, cada turma de PLA tem entre 15 e 20 alunos, admitindo-se que, no ano letivo 2020-2021, poderão ter frequentado estes cursos uma média de 30 alunos, sendo que, no ano letivo seguinte, este número poderá ter duplicado, rondando os 60 alunos.

No caso da FIR, foi possível apurar que, no âmbito do “Tavira Integra +”, iniciado em setembro de 2021, foram realizadas oficinas de introdução à língua portuguesa. Globalmente, estima-se que mais de 60 migrantes tenham participado nas três ações: a primeira com 22 formandos oriundos do Nepal, Bangladesh e Paquistão; a segunda com 14 oriundos do Ucrânia; e, finalmente, a terceira com 30 migrantes oriundos do Nepal, Bangladesh, Paquistão e Índia. Atualmente, a FIR já conseguiu, em parceria com o IEFP, certificar a primeira oficina de ensino de português, equiparando-o a um curso de PLA, estando em processo de certificação das outras duas ações. Globalmente, o balanço é muito positivo, tendo-se registado poucas desistências e, mais importante, melhorias significativas no domínio da língua portuguesa por parte dos formandos que frequentarem estas oficinas. Tendo em conta esta boa adesão, a FIR iniciou, no último trimestre de 2022, uma nova ação de formação em língua portuguesa.

Por último, e relativamente aos cursos de PLA que se realizaram no concelho de Tavira e que foram promovidos pelo Serviço de Formação Profissional de Faro, os dados disponibilizados permitem perceber que tem havido algumas oscilações ao longo dos últimos anos, quer em termos de número de turmas, quer em termos de número de formandos inscritos (incluindo a não realização de qualquer curso no ano 2021), conforme descrito no quadro seguinte.

¹¹ Informação disponibilizada no *website* do ACM para a globalidade das Escolas Públicas nacionais com oferta de PLA. Cf. https://www.acm.gov.pt/documents/10181/1480867/Info_PLA_DGEstE_2020_2021_19-02-2021.pdf/d7a4ed11-6678-4391-adab-526eb40d3a43 (ano letivo 2020-2021) e <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/1480867/Info+PLA+DGEstE+2021+2022+21-09-2021.pdf/26719e4e-20c3-410d-a0e7-8834f6709671> (ano letivo 2021-2022).

Quadro 1. Número de turmas e formandos de cursos de PLA realizados, entre 2018 e 2022, no concelho de Tavira, promovidos pelo IEFP/Serviço de Formação Profissional de Faro

Ano	Turmas PLA	Formandos PLA (incluindo desistentes)	Formandos PLA (excluindo desistentes)
2018	2	51	48
2019	6	130	125
2020	2	24	23
2021	0	0	0
2022	6	48	46 ¹²

Fonte: IEFP, Serviço de Formação Profissional de Faro (situação da base de dados de 25/09/2022)

A formação, no âmbito dos cursos PLA, assenta em quatro percursos: A1 e A2, de nível elementar, e B1 e B2, que visam um maior nível de proficiência. Significativamente, todas as 16 turmas de cursos PLA promovidos pelo Serviço de Formação Profissional de Faro nos últimos cinco anos foram de nível elementar (A1/A2), o que revela, segundo alguns interlocutores, as dificuldades em conseguir reunir formandos detentores de algum conhecimento da língua portuguesa e que pretendam avançar para um nível proficiente. No entanto, empregadores apontam para a falta de resposta do IEFP no que respeita aos níveis B1/B2 do PLA, considerando que privilegia apenas os níveis elementares.

Do ponto de vista da caracterização do universo global dos beneficiários envolvidos, importa salientar que, entre 2018 e 2020, foram maioritariamente homens e oriundos do Bangladesh, da Índia, do Nepal e, embora com um menor peso, do Paquistão. Curiosamente, em 2022, a maioria dos formandos, novamente maioritariamente homens, são cidadãos oriundos da Alemanha, seguindo-se Espanha, Finlândia e Ucrânia; inversamente, constata-se que neste último ano não frequentaram cursos PLA promovidos pelo IEFP quaisquer formandos provenientes dos quatro países asiáticos que, como referido, assumiam uma hegemonia praticamente absoluta em anos anteriores. Esta alteração reflete-se igualmente no nível escolaridade dos formandos, com um incremento do nível médio de qualificações. Com efeito, se, entre 2018 e 2020, se verificava que cerca de metade dos migrantes inscritos não sabia ler nem escrever, sendo que os restantes elementos das turmas se distribuíam de forma relativamente entre aqueles que não dispunham de qualquer grau académico, embora soubessem ler e escrever, e aqueles que tinham até ao 12º ano de escolaridade. Pelo contrário, em 2022, as turmas de PLA, sendo constituídas essencialmente por cidadãos europeus, revelam níveis médios de escolaridade superiores, com uma maioria de formandos a declarar ter concluído o 9º ou o 12º ano de escolaridade. Como seria exetável, em termos etários não se registam alterações: a maioria dos migrantes que frequentam estes cursos PLA promovidos pelo IEFP encontram-se em idade ativa, numa fase inicial das suas trajetórias profissionais (entre os 25 e os 44 anos).

Note-se ainda que, de acordo com informações qualitativas recolhidas em contexto de entrevista, o IEFP tem conseguido, em articulação com a FIR, estabelecer algumas parcerias com empresas locais que estão ligadas ao setor agrícola, tendo já realizado com sucesso alguns cursos de PLA nos próprios locais de trabalho. O balanço destas experiências tem sido muito positivo, salientando-se a importância de ampliar esta oferta descentralizada, que permite melhor compatibilizar a frequência destes cursos com os horários de trabalho e, simultaneamente, ultrapassar as limitações existentes em termos de uma oferta de transportes públicos claramente insuficiente para assegurar ligações regulares entre as freguesias mais rurais do concelho e o centro urbano de Tavira.

¹² Note-se que, das 6 turmas de cursos PLA promovidos pelo Serviço de Formação Profissional de Faro (IEFP) em 2022, atualmente ainda estão a funcionar 5 delas, motivo pelo qual não é possível apurar com rigor o número de alunos desistentes.

Por fim, uma última nota para salientar que, de acordo com dados qualitativos recolhidos, parece ser relativamente habitual, migrantes de nacionalidade europeia e norte-americana recorrerem a aulas particulares (por vezes informais) de língua portuguesa. Trata-se de uma realidade que, embora importante do ponto de vista de uma melhor integração destas comunidades na sociedade de acolhimento, dificilmente se consegue traduzir nos dados e estatísticas oficiais consultadas.

3.5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Existe, entre os atores e instituições locais contactados, uma perceção relativamente difusa acerca do nível de habilitações e qualificações dos migrantes residentes em Tavira, bem como à forma como estas têm evoluído ao longo do tempo. Se, por exemplo, no caso dos migrantes oriundos de países europeus e americanos, parece existir consenso relativamente à preponderância de indivíduos detentores de boas qualificações académicas e profissionais, tendo sido ainda particularmente enfatizada a evolução positiva registada no caso dos cidadãos brasileiros, já no caso dos migrantes oriundos do continente asiático parece haver maior dificuldade em fazer este tipo de avaliação. Note-se, porém, que alguns dos migrantes residentes no concelho auscultados apontaram para um desajustamento entre as suas qualificações e, por um lado, a sua atividade profissional e, por outro, o nível remuneratório auferido – aspeto apontado por mais de 45% dos migrantes inquiridos, por exemplo. Ora, tal desfasamento indicia que, apesar do nível relativamente elevado de habilitações e qualificações escolares e profissionais entre os migrantes residentes em Tavira, tal não é ainda suficientemente reconhecido pelo mercado laboral.

Este desfasamento entre qualificações e situação profissional relaciona-se ainda com um outro problema que, não sendo específico de Tavira, também foi apontado por vários dos interlocutores: a dificuldade no reconhecimento das habilitações e qualificações, desde logo porque a informação disponível não é clara, mas também porque exige processos que podem ser complexos, demorados e dispendiosos (sobretudo no caso dos graus académicos e diplomas de ensino superior). Note-se que, quando questionadas sobre esta matéria, a maioria (73%) das entidades locais que responderam ao inquérito declararam considerar “insuficiente” o modo como decorrem os processos de reconhecimento/ equivalência de habilitações de cidadãos migrantes, sendo que, inversamente, não houve quaisquer representantes destas instituições a classificar estes processos de “bom” ou “muito bom”. Já no inquérito a migrantes, esta avaliação negativa dos processos de reconhecimento/ equivalência de habilitações foi algo mais mitigada, com 62,5% a considerarem que estes decorrem de um modo “suficiente” e “bom”; pelo contrário, os restantes 37,5% dos migrantes que responderam ao inquérito classificam estes processos de “insuficientes”. Admite-se, assim, que muitos migrantes residentes no concelho de Tavira ocupem posições profissionais que não correspondem ao nível de qualificação académica detido. Não foi possível recolher informações e outros dados mais concretos relativamente ao modo como têm vindo a decorrer os processos de reconhecimento de equivalências das qualificações escolares do ensino básico e secundário de cidadãos estrangeiros (que geralmente se realizam através do Centro Qualifica, sedado na Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia).

Por outro lado, apesar de não ter sido possível obter dados quantitativos associados à frequência de cursos de formação e ações de capacitação dos cidadãos estrangeiros residentes em Tavira, nos inquéritos e nas entrevistas com os atores locais foi possível recolher informação de natureza qualitativa, designadamente sobre como percecionam esta questão.

Assim, e de acordo com alguns interlocutores, atualmente existem entraves burocráticos, mas também linguísticos (fraco domínio da língua portuguesa, aspeto que se relaciona com a relativamente parca cobertura de migrantes a frequentar cursos PLA) e outros (p.ex. dificuldades de compatibilização com os horários de trabalho e de acesso aos locais de formação por falta de transportes públicos, nomeadamente no caso dos migrantes que trabalham e residem fora da sede de concelho), que condicionam, de forma decisiva, o acesso a ações e cursos de formação e capacitação profissional por parte de cidadãos estrangeiros.

Por outro lado, parece também não existir muita sensibilidade por parte das entidades formadoras para as questões específicas dos migrantes, revelando alguma rigidez excessiva. É, pois, significativo que 50% dos migrantes inquiridos tenha considerado serem “insuficientes” as condições de acesso e frequência de ações cursos de formação profissional. Nessa medida, parece importante vir a desenvolver estratégias que alarguem a divulgação e comunicação adequadas destas iniciativas, sensibilizando as entidades empregadoras e formadoras para a importância da promoção de um maior acesso das comunidades migrantes a cursos e ações de formação e capacitação profissional. Note-se ainda que, segundo a experiência noutros contextos, a frequência deste tipo de iniciativas permite aos cidadãos estrangeiros não só ampliarem e/ou atualizarem as suas capacidades em termos técnico-científicos, valorizando-se assim profissionalmente e até, por vezes, alargarem horizontes profissionais e aceder a um novo tipo emprego (p.ex., através da realização de um estágio profissional) mas também, e não menos relevante na perspetiva do PMIM, perceber melhor as rotinas e a cultura locais.

3.6. CULTURA

Em termos gerais, a programação cultural e a oferta de eventos lúdicos, culturais e artísticos promovidos em Tavira não espelha ainda a diversidade cultural dos seus residentes. Com efeito, constata-se que a diversidade étnico-cultural da oferta, designadamente de promoção pública (municipal) ou estruturas associativas locais, parece ser ainda algo reduzida e, quando encontramos uma presença internacional, esta parece ser circunscrita aos países mais centrais do panorama cultural europeu e países lusófonos. Existe ainda uma atenção particular à oferta cultural e artística proveniente de países da bacia do Mediterrâneo (Espanha, Itália, Marrocos e Croácia), que marca presença regular em várias iniciativas culturais do concelho, numa dinâmica que se relaciona com a inscrição da Dieta Mediterrânica a Património Imaterial da UNESCO, aprovada em 2013, e em que Tavira é a comunidade representativa em Portugal.

De igual modo, também não se encontram na programação cultural local iniciativas que visem especificamente promover uma maior sensibilização para questões relacionadas com a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural. A grande e, porventura única, exceção a este panorama consiste na atividade realizada pela Fundação Irene Rolo (FIR) que, através do projeto “Tavira Integra +”, tem proposto um conjunto de atividades lúdicas e culturais especificamente orientadas para o fomento do diálogo intercultural e tendo como público-alvo os migrantes oriundos de países asiáticos. De entre estas, destaca-se, pelo seu maior impacto, o “Arraial Multicultural”, que se realizou nas instalações da FIR no final de julho de 2022, e que promoveu, através da mostra de gastronomia, de expressões musicais diversas e ainda com desfile de bandeiras e trajes típicos¹³, o encontro e o diálogo entre as diferentes comunidades que residem em Tavira. Foi igualmente produzido neste âmbito um vídeo, legendado em inglês, sobre Tavira, a sua história e património e também as suas diversas comunidades, que a FIR tem procurado divulgar nas diferentes redes sociais, com vista a promover uma melhor integração dos migrantes.¹⁴ Este projeto produziu ainda, entre outras iniciativas, uma exposição fotográfica relacionada com as tradições das várias comunidades do concelho, para além de promover ciclos de cinema, sessões informativas sobre variados temas de interesse para estas comunidade (p.ex. acesso à Lei da Nacionalidade), oficinas de língua portuguesa (cf. ponto 3.4) e ainda visitas culturais guiadas e interpretadas ao concelho e a concelhos vizinhos (p.ex. Alcoutim), que são dirigidas especificamente aos cidadãos estrangeiros que residem em Tavira.

Infelizmente, não existem dados que permitam caracterizar os públicos dos diferentes eventos e/ou equipamentos culturais concelhios, designadamente do ponto de vista da sua nacionalidade, dificultando assim uma avaliação do nível de adesão das comunidades imigrantes a este tipo de oferta cultural e

¹³ No âmbito de outras iniciativas lúdicas e culturais do município, como a Feira da Juventude 2022, o projeto “Tavira Integra +” tem promovido a inserção das diferentes comunidades migrantes que residem no concelho, por exemplo através de desfiles de bandeiras.

¹⁴ Cf. <https://www.facebook.com/fundacaoirenerolo.fir/videos/3159425010974425>

artística. Ainda assim, dados qualitativos recolhidos em entrevista e painéis de discussão permitem-nos avançar com uma perceção geral que distingue a participação destas comunidades migrantes de acordo com os seus países de origem. Se, no caso dos cidadãos oriundos de países do sul e centro da Europa e também da América (EUA e, sobretudo, Brasil), esta participação tende a ser relativamente elevada, nomeadamente em espetáculos musicais e também nalgumas exposições, já no caso dos cidadãos oriundos de países do leste europeu e, sobretudo, da Ásia, esta participação tende a ser bastante baixa. Acresce que, em geral, esta participação assume sobretudo um papel relativamente mais “passivo”, enquanto espetadores. Por outro lado, pese embora o IMAD 2022 refira a existência de agentes culturais e artistas estrangeiros a residir no concelho, nos contactos estabelecidos com diversos interlocutores locais não foram identificados nem tão-pouco referidos quaisquer exemplos de momentos culturais e artísticos associados à eventual apresentação pública dos seus trabalhos em Tavira (p.ex. concertos, exposições, lançamentos de livros).

Quando questionados acerca da sua perceção sobre o tipo de participação dos imigrantes nas atividades culturais promovidas pelo Município ou pelas principais instituições culturais sediadas no concelho, a esmagadora (90,5%) maioria dos migrantes questionados declararam que as comunidades migrantes residentes em Tavira participam nas atividades culturais de forma ativa. Simultaneamente, apresentam uma boa avaliação da oferta cultural municipal, do ponto de vista da sua qualidade e variedade (destacam, sobretudo, a programação dos períodos de Verão e do Natal), pese embora assinalem também que esta não se caracteriza propriamente por uma grande diversidade em termos culturais. Curiosamente, a avaliação feita pelos representantes de instituições locais que responderam ao inquérito assume contornos algo menos consensuais relativamente à diversidade da oferta cultural de Tavira – “apenas” 57% dos respondentes considerarem que esta oferta cultural é diversificada e inter/multicultural. Contudo, praticamente todos os exemplos referidos apontam para as atividades e iniciativas da FIR, designadamente no contexto do projeto “Tavira Integra +”, anteriormente referidos. Assinale-se ainda que, para a grande maioria (83%) dos representantes de entidades locais que responderam ao inquérito, as artes e a cultura deverão ser áreas prioritárias da intervenção a realizar no quadro no PMIM; este peso contrasta, contudo, com a escassa relevância que foi atribuída a esta área pelo conjunto de migrantes que responderam ao inquérito, em termos de prioridades de intervenção, tendo este domínio sido selecionado como prioritário de intervenção por apenas 6,5% destes respondentes.

Por outro lado, e de acordo com as informações recolhidas através do inquérito dirigido a migrantes residentes no concelho de Tavira, fica a perceção de que as atividades desportivas são, ao contrário das atividades culturais, atualmente um espaço mais propício ao contacto e interação entre indivíduos de diferentes nacionalidades. Em particular, foram referidas como modalidades desportivas mais atrativas o futebol, cricket, ténis, golfe, tai-chi, netball, natação, ciclismo e caminhadas. Não foram, contudo, identificados clubes e grupos desportivos que se distingam particularmente pela sua capacidade de congregar atletas e desportistas de diferentes nacionalidades.

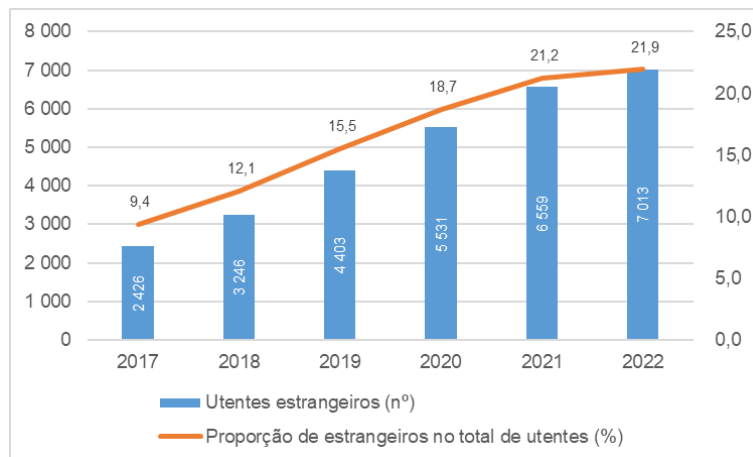
3.7. SAÚDE

Acompanhando as dinâmicas migratórias recentes, o número de utentes estrangeiros nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira tem registado um gradual e muito significativo incremento. Entre 2017 e 2022 (dados relativos ao mês de agosto), o número de utentes estrangeiros aumentou quase 200%, passando de menos de 2500 para mais de 7 mil utentes (o aumento dos utentes nacionais foi de 6,5%), um número muito próximo do total de cidadãos estrangeiros com estatuto de residente no concelho. Em termos de proporção, se em 2017 os cidadãos estrangeiros correspondiam a menos de 10% do total de utentes com inscrição ativa (apesar de já representarem 18% da população residente), em 2022 são cerca de 22% (valor mais próximo da proporção de estrangeiros no total de residentes, a rondar os 26%).

O incremento dos estrangeiros com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira foi, assim, mais significativo que o aumento de residentes estrangeiros, o que significa que os

serviços de saúde tendem a cobrir uma parte cada vez mais significativa da população estrangeira, pelo menos em termos de enquadramento formal, evidenciando uma (potencial) maior facilidade de acesso desta população aos cuidados de saúde.

Gráfico 18. Evolução dos utentes com inscrição ativa nacionais e estrangeiros (nº) e da sua proporção no total de utentes (%) com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira

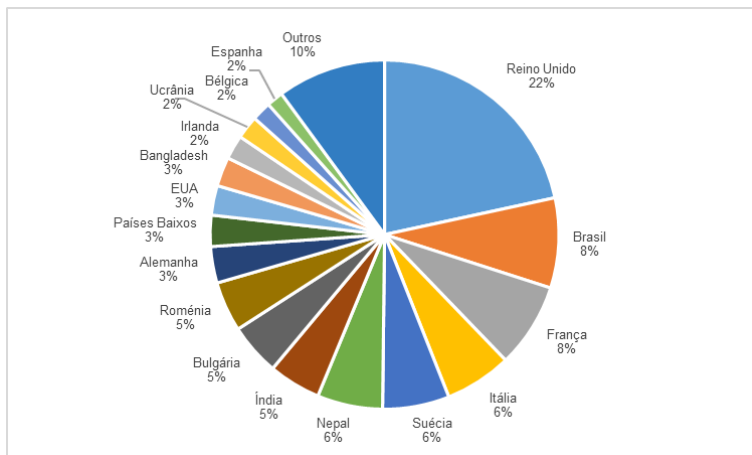


Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento.

Simultaneamente, registou-se uma expressiva diversificação das origens dos migrantes. Em agosto de 2022, tinham inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira cidadãos de 92 nacionalidades, para além da portuguesa (em 2017 eram “apenas” 63 nacionalidades).

O país de origem mais representado entre os utentes é o Reino Unido (22% dos estrangeiros com inscrição ativa em 2022, proporção que se tem reforçado muito ligeiramente nos últimos anos) e seguem-se Brasil, França, Itália, Suécia e Nepal (com proporções entre os 6% e 8% dos utentes estrangeiros). A Roménia e a Bulgária que em 2017 eram a 2ª e a 3ª nacionalidade mais representadas entre os utentes, estão agora em 8º e 9º lugar. Pelo contrário, a Itália e o Nepal, em 2017 em 10º e 11º lugar, passaram a ser a 3ª e a 5ª nacionalidades mais expressivas. Consta-se, assim, que as nacionalidades mais representadas entre os utentes das unidades funcionais do Centro de Saúde acompanham, grosso modo, a evolução das origens dos cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente no concelho de Tavira. Este paralelismo é reconhecido pelos responsáveis do ACES do Sotavento que identificam, também no passado, períodos de “impacto” da chegada de novas comunidades migrantes nos serviços de saúde.

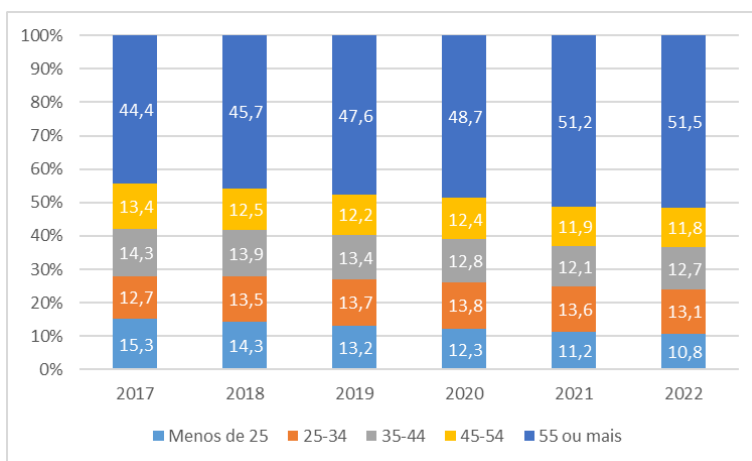
Gráfico 19. Utentes estrangeiros com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por nacionalidade



Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento.

Em termos de estrutura etária dos utentes estrangeiros, houve alterações no período em análise, no sentido do aumento do peso dos mais velhos e redução dos mais jovens: enquanto os utentes estrangeiros com 55 ou mais anos passaram de 44% para 52%, correspondendo assim a mais de metade dos estrangeiros com inscrição ativa nas unidades do Centro de Saúde de Tavira, os utentes com menos de 25 anos reduziram de 15% para 11% do total.

Gráfico 20. Evolução da estrutura etária dos utentes estrangeiros com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira



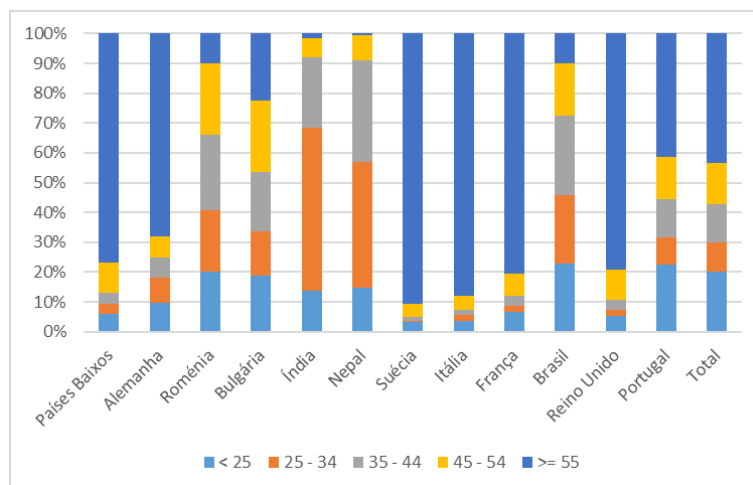
Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento.

Se atentarmos à estrutura etária dos utentes com inscrição ativa de diferentes nacionalidades, são muito claros os contrastes existentes entre comunidades mais velhas e mais jovens, refletindo o perfil de imigração que caracteriza o concelho de Tavira:

- Os utentes com origem na Europa Central e do Norte: mais de 75% dos nacionais da Suécia, Itália, França, Reino Unido, Países Baixos têm mais de 55 anos e menos de 6% têm menos de 15 anos; embora menos “envelhecidos”, os utentes alemães com mais de 55 anos são 68% e menos de 10% tem menos de 25 anos.
- Os utentes provenientes de países asiáticos: uma proporção irrelevante de cidadãos com mais de 55 anos entre os utentes do Nepal e da Índia (0,5% e 1,5%, respetivamente) e uma elevada proporção de utentes com menos de 34 anos (57% e 68% dos utentes nacionais daqueles países, respetivamente).
- Os utentes do Brasil e da Bulgária: embora menos “jovens” (menos de 10% de utentes destas nacionalidades têm mais de 55 anos), parte significativa tem menos de 35 anos (41% e 46%, respetivamente) e entre estes, é particularmente elevado o peso dos utentes com menos de 25 anos (23% e 20%, respetivamente); os utentes da Roménia, com grande peso dos jovens (20% com menos de 25 anos), aproximam-se deste perfil, embora a proporção de utentes mais velhos seja superior (22% com 55 ou mais anos).

Estes diferentes perfis etários são identificados pelos responsáveis do ACES, que reconhecem a presença frequente de crianças nas consultas de migrantes oriundos da Ucrânia ou do Brasil, situação pouco comum entre os migrantes do Bangladesh, por exemplo.

Gráfico 21. Estrutura etária dos utentes com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por nacionalidades (2022)

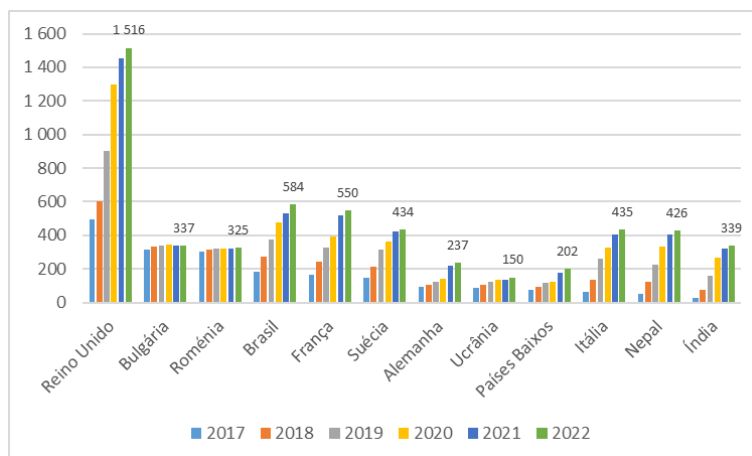


Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento.

Note-se que o conhecimento dos perfis etários dos utentes estrangeiros – como as diferentes origens – é muito relevante, dado traduzirem condições particulares, cujo entendimento é fundamental para adequar os cuidados de saúde prestados às efetivas necessidades específicas de cada grupo da população.

Em termos de evolução das inscrições, é também evidente o acompanhamento das dinâmicas migratórias recentes, com o incremento dos utentes de nacionalidades que se têm reforçado entre os estrangeiros residentes (Reino Unido e outros países da Europa Central e do Norte, Brasil, Nepal e Índia) e a estabilização dos utentes de nacionalidades que viram reduzir os fluxos migratórios neste concelho (Bulgária e Roménia).

Gráfico 22. Evolução dos utentes com inscrição ativa nas unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, por países de origem (valor discriminado reporta a 2022)



Fonte: Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Sotavento.

Sobre o acesso a cuidados de saúde, os migrantes e os agentes locais auscultados relatam diversas dificuldades por parte dos cidadãos estrangeiros, seja no processo de inscrição, seja na comunicação com os serviços, seja na discriminação por parte dos profissionais de saúde.

A inscrição no Serviço Nacional de Saúde (SNS) tendo em vista obter o número de utente é o primeiro passo para acesso aos serviços, mas é também o primeiro obstáculo, desde logo porque não existe informação dirigida aos migrantes (e traduzida) sobre o SNS (apenas o formulário de inscrição está traduzido para inglês). Embora o SNS preveja que cidadãos estrangeiros com autorização de residência ou permanência em Portugal que queiram ter acesso aos serviços das unidades públicas de cuidados de saúde possam pedir o número de utente, quem não tiver residência permanente no país, terá de fazer uma inscrição provisória no Registo Nacional de Utentes.

Os migrantes brasileiros, beneficiando de acordos de colaboração, e sem problemas de comunicação, têm maiores facilidades no processo de inscrição. Para os migrantes europeus, mesmo não falantes de português ou inglês, a inscrição não parece levantar grandes dificuldades, nomeadamente porque estão familiarizados com sistemas semelhantes ao SNS. A população asiática, que protagonizou os fluxos migratórios mais recentes, trouxe desafios específicos, não só pelos constrangimentos associados à comunicação (grande parte não fala sequer inglês), mas também pelo facto de não conhecer o modo de funcionamento do SNS (que não existe nos países de origem), que, frequentemente, se evidenciam logo no processo de obtenção do número de utente.

No entanto, conforme transmitido por muitos interlocutores, a inscrição não é garantia de ter um acesso efetivo aos serviços de saúde. Se existe algum desconhecimento por parte dos cidadãos estrangeiros dos seus direitos em matéria de saúde, estes também são muitas vezes ignorados pelos profissionais de saúde (foram relatadas situações de cobrança de taxas moderadoras para receber cuidados de saúde pode ter de pagar taxas moderadoras, nomeadamente para cidadãos que se encontrem em Portugal há menos de 90 dias – enquanto não tiver número de utente – apenas evitadas com a intervenção de entidades empregadoras). Por outro lado, há algum afastamento e até desconfiança por parte dos utentes estrangeiros, nomeadamente das comunidades asiáticas, em relação aos serviços de saúde decorrente, precisamente, da falta de informação sobre o SNS, e que faz com que muitos recorram aos cuidados de saúde apenas em situações limite (de urgência). Não existe por isso, entre estas comunidades, o hábito de ir ao Centro de Saúde, por exemplo, com as crianças, para um acompanhamento regular – este afastamento parece ser mais evidente entre os cidadãos do Bangladesh, enquanto a comunidade indiana procura os serviços de saúde mais frequentemente e de

uma forma mais autónoma. O facto de muitas crianças só entrarem no sistema de ensino aos 6 anos compromete, conforme transmitido em entrevista, uma monitorização mais regular das questões de saúde infantil que, mesmo que parcialmente, as escolas poderiam efetuar (p.ex. saúde infantil, vacinação, etc.).

Grande parte dos migrantes residentes em Tavira (aliás, como os nacionais) não tem médico de família, e há dificuldades no acesso a consultas de especialidade, limitando o acompanhamento dos utentes, nomeadamente, com doenças crónicas (diabetes, etc.) e na área materno-infantil. Refira-se o número crescente de grávidas e partos entre cidadãos de países asiáticos registado nos últimos anos, referenciado por vários interlocutores, e que reflete o incremento dos processos de reagrupamento familiar. De igual modo, foi referida a preocupação e procura crescente de informação por parte das comunidades asiáticas sobre planeamento familiar, saúde da grávida, problemas de infertilidade, etc.

Quanto a problemas de saúde específicos dos cidadãos estrangeiros, foram sinalizados surtos de tuberculose entre migrantes asiáticos, situação associada ao facto de o plano de vacinação dos seus países de origem não contemplar a proteção contra esta doença e favorecida pelas condições em que muitos daqueles cidadãos vivem (comunidades relativamente isoladas, situações de sobrelotação, cuidados de higiene mais limitados, etc.). Por outro lado, foram referidos problemas associados a doenças gastrointestinais e infecciosas entre os migrantes do Paquistão, sobretudo as crianças. Embora pareça ser um fenómeno ainda pouco expressivo, foi referido por uma entidade local o aumento dos comportamentos aditivos entre os migrantes (associados a álcool e a outras substâncias), seja em indivíduos com historial de risco e consumo anteriores, seja noutros indivíduos (reportando-se situações de empregadores responsáveis pela disponibilização dessas substâncias como meio de “estímulo” ao trabalho e reforço da dependência dos trabalhadores). Foram igualmente referidos casos pontuais de cidadãos estrangeiros VIH positivos, acompanhados pelos serviços de saúde e com acesso a medicação, embora seja sublinhada a falta de informação por parte de alguns destes cidadãos em relação às respostas do SNS (nomeadamente à gratuitidade dos fármacos). A mutilação genital feminina, embora não referenciada especificamente entre as comunidades presentes em Tavira, constitui uma preocupação das entidades locais em relação aos estrangeiros (o Algarve é a segunda região do país com maior número de sinalizações desta prática, embora a maior parte dos casos diga respeito a cidadãos residentes nos concelhos do Barlavento).

Durante a pandemia, houve surtos de COVID-19 nas comunidades asiáticas, que vieram expor as condições de vida mais precárias de parte delas, mas constituíram também uma oportunidade de reforço da articulação entre as autoridades de saúde e estas comunidades, nomeadamente através das entidades empregadoras e outras entidades locais. Com efeito, foram identificados alguns surtos de COVID-19, nomeadamente entre trabalhadores agrícolas, que foram devidamente isolados e acompanhados, quer pelas autoridades de saúde, quer pelas entidades empregadoras. Mais tarde, desenvolveu-se um processo de vacinação em massa nos locais de trabalho, procurando abranger os cidadãos estrangeiros mais afastados das unidades e do sistema de saúde.

Ainda que, em grande medida, as instituições de saúde e os profissionais (alguns também estrangeiros) estejam sensibilizados para a cultura e valores das comunidades migrantes, os contactos são esporádicos pelo que acabam por não conhecer bem as comunidades. Até 2019 realizaram-se ações de sensibilização para médicos, enfermeiros e administrativos que, de acordo com os responsáveis do ACES, seria útil repetirem-se. Por outro lado, reconhecem a necessidade de entender melhor as dinâmicas socioculturais e profissionais das comunidades migrantes para melhor as compreender, acompanhar e integrar, bem como de fortalecer o trabalho em rede, envolvendo as diversas entidades locais, para garantir uma monitorização regular dos cuidados de saúde destas comunidades.

Os cidadãos e algumas entidades locais queixam-se da falta de informação dirigida aos migrantes (ou disponível e compreendida por estes), da demora na obtenção de respostas (por exemplo, ao pedido de médico de família), bem como da discriminação no acesso aos serviços (face aos cidadãos nacionais, nomeadamente por falta de conhecimento da legislação de enquadramento). A maioria dos interlocutores entrevistados afirma que quer no Centro de Saúde de Tavira, quer no Hospital de Faro, em geral, há possibilidade de atendimento em inglês, facilitando a comunicação com os migrantes que falam essa

língua. No entanto, mais de metade dos respondentes ao inquérito aos migrantes (52%) considera que os funcionários que trabalham em instituições de saúde, solidariedade e respostas sociais não têm competências que lhes permitam dialogar com cidadãos migrantes que não falem português. Entre as entidades que responderam ao inquérito, a perceção parece ser menos negativa (39% das instituições concordam que os funcionários não têm essas competências, mas uma percentagem idêntica não sabe/não responde à questão).

De igual modo, em relação a situações de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social, os migrantes têm uma perceção menos positiva. Enquanto quase um quarto (24%) dos cidadãos estrangeiros respondentes ao inquérito refere ter conhecimento de situações desse tipo, as instituições locais que referem conhecê-las são apenas 8% (também neste caso há uma proporção elevada de entidades que não respondem; as entidades e os migrantes que negam conhecer este tipo de situações estão em proporção idêntica, cerca de metade).

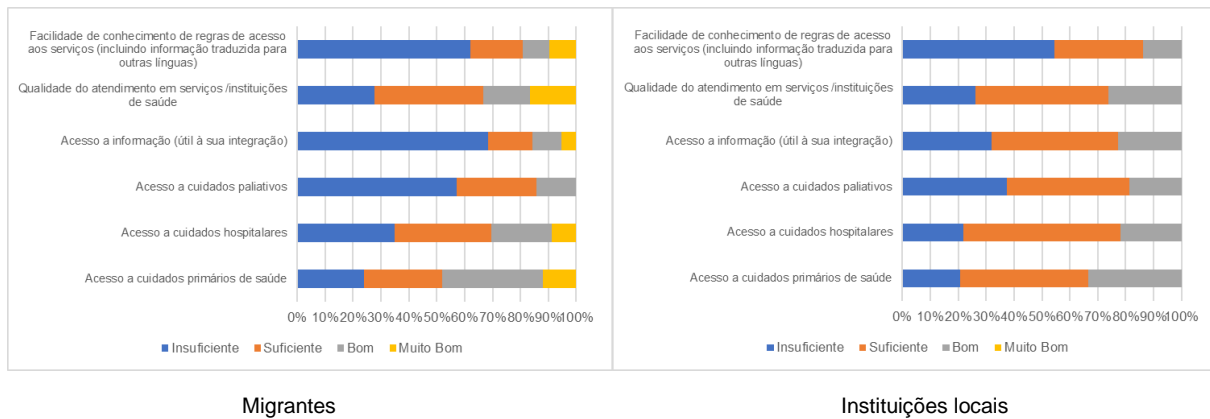
No sentido de dar resposta à falta de informação, a FIR tem promovido *workshops* temáticos relacionados com temas da saúde, para além de distribuir informação disponibilizada pelo Centro de Saúde (sobre o processo de inscrição, vacinação, COVID-19, varíola dos macacos, etc.), alguma traduzida. O Guia de Serviços desenvolvido pela FIR em parceria com o Município integra também informação (em várias línguas) sobre este tema. Embora reconheçam a sensibilidade das entidades do setor da saúde para as questões específicas dos migrantes, os técnicos da FIR referem que, face a outros compromissos, aquelas não têm disponibilidade para colaborar mais ativamente com esta fundação no apoio aos migrantes nesta área que, sublinham, é fundamental à sua integração.

Algumas entidades empregadoras, nomeadamente produtores agrícolas, também se têm envolvido na aproximação dos migrantes aos cuidados de saúde, nomeadamente facilitando o acesso dos profissionais de saúde às respetivas instalações para o atendimento dos trabalhadores (para consultas, vacinação, colheitas para análises, etc.). Refira-se ainda que, de acordo com as informações recolhidas em diferentes entrevistas e painéis de discussão, muitos migrantes trabalhadores das explorações agrícolas que chegam aos serviços de urgência (Hospital de Faro) são acompanhados pelos respetivos empregadores.

O inquérito lançado junto das entidades locais e os migrantes permitiu recolher informação sobre a perceção que têm em relação ao acesso aos cuidados de saúde por parte da população estrangeira residente em Tavira. Os serviços de saúde prestados a cidadãos migrantes são avaliados como insuficientes por grande parte dos migrantes (50% no caso do Hospital e 38% no caso do Centro de Saúde) e por parte também importante das instituições locais (17% e 29% consideram insuficientes os serviços prestados pelo Centro de Saúde e pelo Hospital, respetivamente).

Os aspetos avaliados mais negativamente pelos migrantes têm a ver com o acesso a informação nos serviços e a facilidade do conhecimento das regras de acesso aos serviços (mais de 60% de respondentes consideram insuficiente). Os aspetos avaliados mais positivamente (ou menos negativamente) são a qualidade do atendimento nos serviços de saúde e o acesso a cuidados primários de saúde: embora mais de 20% dos respondentes considerem insuficientes, são os aspetos considerados “bons” ou “muito bons” por maior proporção de migrantes (33% e 48%, respetivamente).

Gráfico 23. Avaliação dos migrantes e das instituições locais sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes no concelho de Tavira



Fonte: CMT/QP, Inquéritos *online* PMIM Tavira, 2022.

A avaliação feita pelas instituições locais é menos extremada, sendo maioritárias, em todos os aspetos elencados, as respostas “suficiente” e não havendo nenhum aspeto que mereça uma resposta “muito bom”. As questões relacionadas com o acesso à informação são as avaliadas mais negativamente também pelas instituições locais.

Refira-se ainda que, quando questionadas sobre se consideram que a área da “saúde, solidariedade e respostas sociais” deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Tavira, 83% das instituições respondem afirmativamente (apenas a área da educação formação e língua regista uma percentagem superior, de 86%). Por seu lado, a “saúde, solidariedade e respostas sociais” é assinalada como prioritárias por 64% dos migrantes respondentes (percentagem semelhante aos que assinalam os “serviços de acolhimento e integração” e “cidadania e participação cívica”), apenas ultrapassada pela “educação, formação e língua portuguesa” (72% dos migrantes consideram-na prioritária).

3.8. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

A procura de apoios sociais por parte de migrantes junto do Município foi particularmente evidente durante a pandemia COVID-19 e na receção dos refugiados da guerra na Ucrânia. O Município foi muito célere na resposta e nos apoios sociais numa ação integrada dos serviços públicos em parceria com a sociedade civil.

Pontualmente, o concelho já albergou cidadãos migrantes em situações de sem-abrigo, de diversas nacionalidades: europeus (da Suécia, do Reino Unido e da Ucrânia) e de países africanos, sobretudo cidadãos afetados pela crise económica que trabalhavam no setor da construção e com prevalência de situações sociais relacionadas com o alcoolismo e dependência de drogas.

O CLAIM Tavira, que presta informação e apoio aos migrantes em diferentes áreas, tem também encaminhado alguns utentes para as respostas sociais dadas por diferentes serviços públicos e entidades da sociedade civil.

O Município de Tavira assegura o apoio ao nível da atribuição de senhas para a aquisição de bens essenciais (em superfícies comerciais) ao nível da alimentação, a comparticipação de despesas essenciais (água, eletricidade, gás, entre outras) e a disponibilização de refeições gratuitas, em regime de *takeaway*.

As juntas de freguesia, apesar de contactarem com os cidadãos estrangeiros essencialmente na resposta aos pedidos de atestado de residência, também relatam que recebem pedidos de ajuda social, mais pontuais e em contextos de emergência social, como os pedidos de apoio para os refugiados de guerra que carecem de uma resposta rápida da ação social. Durante a pandemia, e num contexto de desemprego e maior vulnerabilidade, alguns estrangeiros pediram apoio para fazer face às suas frágeis condições sociais de existência, mais concretamente, apoio alimentar e em alguns casos também de medicação.

Identificaram-se a existência de associações de beneficência da iniciativa de alguns cidadãos estrangeiros que vivem no concelho de Tavira. A comunidade inglesa, essencialmente de reformados, é referida como sendo bastante solidária dinamizando/participando em instituições de caridade/apoio social e lojas solidárias, como a Associação de Caridade Mãos de Ajuda, mas também na academia sénior. Existe, por exemplo, um grupo de cidadãos ingleses que ajuda a associação “Uma Porta Amiga” no serviço de atendimento e acompanhamento social a indivíduos e famílias residentes no concelho de Tavira que se encontrem em situação de vulnerabilidade social ou outras dificuldades pontuais, bem como no serviço de acompanhamento a crianças/jovens em situações de risco social.

As Juntas de Freguesia, fazem algumas vezes o encaminhamento dos migrantes para Divisão dos Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Tavira e para a Fundação Irene Rolo, instituições que consideram estar mais preparadas para responder, de forma célere e eficaz, às comunidades migrantes na resolução dos seus problemas e desafios.

Segundo o inquérito IMAD 2022, no concelho de Tavira as respostas sociais aos cidadãos migrantes são múltiplas e passam por diferentes Instituições de Solidariedade Social que prestam apoio alimentar, pelas Juntas de Freguesia, pelo Instituto da Segurança Social, I.P. – Serviço Local de Tavira, pelo Gabinete de Apoio à Vitima de Tavira e pelo Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha de Tavira (dispõe de apoio a “passantes” – refeitório social, banco alimentar, disponibilização de condições para higiene pessoal e de roupa).

No inquérito às instituições locais, 83% dos respondentes considera que a área da saúde, solidariedade e respostas sociais deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho de Tavira na medida em que influencia o bem-estar e a integração destes cidadãos na comunidade. Com efeito, a maioria as instituições inquiridas consideram que a facilidade de conhecimento de regras de acesso aos serviços (incluindo informação traduzida para outras línguas), é “insuficiente” (55% dos respondentes). Quanto aos migrantes, o acesso à informação (útil à sua integração) e a facilidade de conhecimento de regras de acesso aos serviços (incluindo informação traduzida para outras línguas) também foram consideradas “insuficientes”, por 62% e 69% dos respondentes, respetivamente.

No que diz respeito ao acesso a respostas sociais (equipamentos sociais) a opinião também não é favorável, pois 42% dos migrantes considera-o “insuficiente” e 46% considera que a qualidade do atendimento em serviços/instituições prestadores de cuidados sociais é “insuficiente”. No que concerne ao acesso de cidadãos imigrantes no concelho a apoios sociais pecuniários, 40% dos inquiridos classifica a situação como “insuficiente”.

3.9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

A participação da comunidade migrante de Tavira na vida cívica local ainda não é muito expressiva e visível para a maioria dos interlocutores e, de acordo com a análise dos capítulos anteriores, essa participação parece estar diretamente relacionada com as condições que os cidadãos estrangeiros reúnem no sentido de fruírem dos seus direitos, e que fazem diferença quando não estão reunidas todas as condições sociais e culturais que permitam a sua participação.

Coexistem duas realidades muito distintas na participação e no acesso à oferta cultural e social no concelho de Tavira. Existe um perfil de cidadãos estrangeiros que participa mais ativamente nas

atividades culturais e desportivas locais, e que colaboram com os clubes e associações, nomeadamente os estrangeiros europeus reformados, que procuraram o concelho com o objetivo da segurança e qualidade de vida. Um outro perfil de cidadãos estrangeiros veio para o país com o intuito de trabalhar e garantir a sua subsistência e das suas famílias. Entre estes, alguns, os que já estão há mais tempo no concelho, socializam nos cafés com os cidadãos nacionais e pontualmente participam em eventos culturais. Conforme já referido, os interlocutores descrevem a comunidade asiática como mais remetida ao espaço doméstico (quando não está a trabalhar, ou a fazer pequenas compras no comércio local) e a comunidade brasileira bastante misturada com a comunidade local, sendo por isso difícil identificar pontos de encontro mais específicos. No entanto, existe uma visão geral partilhada de que é importante sensibilizar os migrantes para a cultura local.

No âmbito do Projeto Tavira Integra+, a FIR promoveu a criação de uma associação de migrantes para incentivar a participação destes cidadãos no território concelhio. A associação “Pegadas d’Acordo” foi formalmente criada em novembro de 2022 envolvendo nos seus órgãos sociais alguns dos migrantes participantes noutras iniciativas da FIR. Embora tenham existido no passado estruturas associativas de base local (como a Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante), até àquela data, e apesar do enorme incremento da população estrangeira residente, não existia nenhuma estrutura formal desse tipo (excluem-se as entidades de cariz social acima referidas, onde participam alguns cidadãos estrangeiros).

Ainda de acordo com o Inquérito IMAD, a origem étnica ou a nacionalidade dos políticos candidatos ou eleitos nas eleições locais não refletem a composição da diversidade de origem dos residentes no concelho de Tavira.

O inquérito aos migrantes revela que 55% dos migrantes inquiridos considera que a informação sobre o sistema eleitoral português é “insuficiente”. Consideram também “insuficiente” a informação sobre os mecanismos de adesão a um partido político em Portugal (86,7%), a informação sobre os mecanismos de criação de uma associação em Portugal (80%) e a forma como os partidos políticos locais se posicionam relativamente ao tema imigração no concelho (71%). De acordo com os interlocutores entrevistados, não existem evidências de atividade político-partidária ou associativa das comunidades imigrantes a residir no concelho. Porém, algumas freguesias dão conta de um aumento do número de eleitores estrangeiros recenseados e vêm votar.

Por fim, importa ainda referir que 72% das instituições que responderam ao inquérito *online* consideram que área da cidadania e participação cívica deve ser prioritária no trabalho com população migrante no concelho, pela importância que assume na sua integração, comunicação, valorização e no conhecimento dos seus direitos e deveres.

3.10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Os interlocutores auscultados, incluindo o Município, revelam desconhecer quaisquer jornais, programas de rádio ou outros *media* que contem com a participação de migrantes ou que sejam dirigidos especificamente a algumas destas comunidades. Foi feita referência a um programa de rádio e a um jornal, que terão existido no passado, ligados à comunidade búlgara.

Por outro lado, os interlocutores consideram estarem quase ausentes nos jornais locais (nomeadamente Sul e Barlavento) referências às comunidades estrangeiras, revelando a falta de interesse dos *media* e contribuindo para a falta de visibilidade dos migrantes no “espaço público”. Alguns interlocutores referem o surgimento de notícias apenas “quando há problemas”. A autarquia, através do Inquérito IMAD, reconhece não ter uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social nem existirem quaisquer iniciativas de sensibilização (promovidas pela autarquia ou pela sociedade civil) dirigidas a jornalistas dos *media* locais sobre a forma de veicular informação acerca da imigração ou diversidade cultural.

Apesar desse quadro, as entidades locais admitem que o conhecimento das comunidades estrangeiras é importante e que os *media* são um canal relevante para a sensibilização da opinião pública, o estímulo à aproximação e à relação intercultural, o reforço da confiança e a desconstrução de crenças ligadas a algumas comunidades e, nessa medida, para a coesão social. Ainda assim, comparando com outras áreas, esta parece não ser reconhecida como fundamental para a intervenção dirigida aos estrangeiros residentes, sendo das que foram menos assinaladas como prioritárias no inquérito às instituições locais (apenas a área da religião é indicada por um número inferior de entidades).

No inquérito aos migrantes, apenas 20% dos respondentes refere haver alguma presença das comunidades migrantes no concelho de Tavira na comunicação social local (notícias relacionadas, espaço de divulgação de iniciativas próprias...), identificando apenas a presença nas redes sociais (nomeadamente em grupos do Facebook). Quando questionados sobre mecanismos de comunicação próprios de comunidades migrantes no concelho de Tavira (que 28% dos migrantes diz conhecer), as referências dadas são a publicações de âmbito regional ou nacional dirigidas a estrangeiros, mas ligadas essencialmente ao setor imobiliário (como a *Portugal News* e a *East Algarve Magazine*). Cerca de um quarto dos respondentes (28%) considera que esta deve ser uma área prioritária no trabalho com a população migrante.

3.11. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Município de Tavira tem acordos de gemação com cidades de vários países e continua a receber propostas de gemações (com cidades em França, Cabo Verde, Marrocos), embora a maioria não tenha relação com as comunidades migrantes mais relevantes no concelho. Neste momento, o Município está a fazer uma reavaliação dos acordos de gemação existentes¹⁵ dado que, na sua maioria, estão inativos.

No âmbito da preparação da candidatura da Dieta Mediterrânica a Património Imaterial da UNESCO, aprovada em 2013, e em que Tavira é a comunidade representativa em Portugal, o Município aprofundou as relações com um conjunto de cidades e países envolvidos naquele projeto, designadamente Espanha, Itália, Marrocos e Croácia. É sob este “chapéu” intercultural, centrado na bacia do Mediterrâneo, que o Município tem desenvolvido grande parte das suas iniciativas culturais.

Ainda que não existam iniciativas específicas com as representações diplomáticas dos países de origem das comunidades migrantes presentes no concelho, o Município revela ter boas relações com as várias embaixadas.

Finalmente, importa notar que, entre os migrantes inquiridos, cerca de um quarto (28%) considera as “relações internacionais” como uma área prioritária no trabalho com a população migrante.

3.12. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

A partir das entrevistas realizadas aos interlocutores locais, não foram mencionadas situações de racismo e discriminação graves e que inspirem preocupações no concelho de Tavira. A esmagadora maioria dos entrevistados mostrou-se bem informada e sensível às diferenças das comunidades migrantes a residir ou trabalhar em Tavira e partilharam uma visão globalmente positiva da sua integração na comunidade.

¹⁵ San Bartolomé de La Torre, Espanha (1992); Perpignan, França (2001); Porto Novo, Cabo Verde (2005); Punta Umbria, Espanha (2006); Lancut, Polónia (2006) e Kenitra, Marrocos (2006).

Todavia, foram mencionadas algumas situações pontuais de discriminação, nas escolas, relacionadas com *bullying*, e no atendimento de migrantes nos centros de saúde. Alguns destes relatos evidenciam um tratamento desigual, mas revelam sobretudo a existência de preconceitos, ou seja, uma construção social desfavorável sobre uma determinada comunidade, evidenciando as suas diferenças culturais como um traço distintivo. Por exemplo, alguns interlocutores referiram que as comunidades asiáticas “são vistas por alguns” como tendo pouca higiene e que a comunidade portuguesa residente “não vê com bons olhos” o abandono de lixo na via pública, nomeadamente a caminho dos locais de trabalho. Sublinharam que alguns comportamentos por parte desta comunidade de migrantes, como a falta de higiene e o maior fechamento social, “não abona a favor dos estrangeiros”. Ou a relação que se fez no período da pandemia destas comunidades como “fonte de infeções”, atendendo às condições precárias de habitação de muitos destes cidadãos estrangeiros que vivem em casas sobrelotadas, sem condições de habitabilidade. Ou mesmo um maior fechamento social por conta das dificuldades no domínio da língua portuguesa e um maior recato social enquanto esperam pela regularização da sua situação e por isso uma maior indisponibilidade em estabelecer redes de sociabilidade, à semelhança dos cidadãos europeus que procuram Tavira por outras razões: qualidade de vida, clima e condições de segurança.

Porém, a esmagadora maioria dos interlocutores auscultados dá conta de uma boa integração das diferentes comunidades migrantes e não identifica no concelho situações de racismo e discriminação. O inquérito às instituições revela que 64% das instituições respondentes não tem conhecimento de situações de racismo e discriminação em relação a migrantes (meio laboral, escolas, comunidade), mas 11% respondeu ter tido conhecimento de situações e indica que estão relacionadas com o acesso a oportunidade e na forma como tratam os migrantes nos serviços e na comunidade, mais associadas ao meio laboral e ao preconceito com as origens dos migrantes e à cor da pele. Apenas 14% afirma ter conhecimento de iniciativas de sensibilização e combate ao racismo e discriminação no concelho de Tavira, através de ações de sensibilização /campanhas promovidas pela APAV, ações de sensibilização levadas a cabo em contexto escolar e na catequese e sessões de sensibilização promovidas pela ACT/Segurança Social/IEFP e ACM.

Se, por um lado, 64% das instituições não identifica situações de racismo e discriminação no concelho, por outro lado, 61% considera que a área do racismo e da discriminação deve ser prioritária no trabalho com a população migrante no concelho de Tavira. As razões de se investir neste trabalho prendem-se com a sensibilização da população para a igualdade de tratamento dos cidadãos migrantes, independentemente da sua nacionalidade, etnia ou religião com vista à sua integração nas diversas esferas da vida social.

O inquérito aos migrantes também revela que 56% dos migrantes não tem conhecimento de situações de racismo e discriminação em relação a migrantes (meio laboral, escolas, comunidade) e dos 8% que diz ter conhecimento de situações, concretamente em relação à comunidade indiana. No entanto, 44% afirma não conhecer se existem ou já existiram iniciativas de sensibilização e combate ao racismo e discriminação no concelho de Tavira.

Por último, de acordo com o mais recente inquérito do IMAD (2022), não foram identificadas situações de racismo ou discriminação no território concelhio, sendo o CLAIM referido como estrutura que recolhe e encaminha queixas desta natureza. O inquérito refere ainda o Gabinete de Apoio à Vítima como um serviço de apoio às vítimas de crimes e suas famílias, prestando um serviço gratuito e confidencial.

3.13. RELIGIÃO

Pese embora não existam dados atualizados disponíveis¹⁶ que nos permitam caracterizar a diversidade de confissões religiosas em presença em Tavira, ficou a perceção, a partir dos contactos realizados, de que, também a este nível, o concelho se caracteriza por ter alguma diversidade. Contudo, e contrariamente a outros territórios nacionais, o aumento da população estrangeira residente no concelho de Tavira parece ainda não se ter traduzido numa diversificação das confissões religiosas, nem tão-pouco no surgimento de novos espaços de congregação especificamente relacionados ou afetos a algumas destas comunidades migrantes. Com efeito, e de acordo com informações veiculadas pelo IMAD 2022, existem atualmente em Tavira vários espaços formais dedicados ao culto religioso, sendo que todos eles estão associados a cultos cristãos, incluindo uma preponderância de espaços da Igreja Católica, mas também da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do Reino das Testemunhas de Jeová, da Assembleia do Reino de Deus e da Igreja Evangélica Baptista de Tavira.

Com efeito, quer no contexto das entrevistas e painéis de discussão, quer dos inquéritos por questionário aplicados a representantes de entidades locais e a cidadãos estrangeiros residentes em Tavira, foram raros aqueles que identificaram espaços religiosos que se caracterizem por uma presença mais específica de algumas nacionalidades (apenas no inquérito aos migrantes foi mencionada a existência de uma igreja católica que, no concelho de Tavira, celebra semanalmente missa em língua inglesa, ao sábado¹⁷). Segundo a opinião de alguns dos agentes entrevistados, é provável que muitos migrantes realizem as suas práticas religiosas em espaço doméstico, seja individualmente seja em grupo, o que contribuirá para uma certa invisibilização das mesmas. Por outro lado, importa notar que tão-pouco foram referidos, nos vários contactos estabelecidos e também nos inquéritos aplicados, exemplos de eventos que buscassem promover o diálogo inter-religioso entre as diferentes confissões religiosas aqui presentes. Apenas um dos representantes de instituições locais que respondeu ao inquérito *online* mencionou que, em abril de 2022, se realizou no pavilhão polidesportivo do Livramento uma pequena celebração religiosa organizada pela população migrante. De igual modo, não se reportam quaisquer conflitos relacionados com aspetos religiosos.

Assinale-se, de resto, que o tema da religião obteve muito pouco relevo, seja nas observações partilhadas relativamente às dinâmicas do concelho, seja nem matéria de prioridades de intervenção e noutro tipo de preocupações identificadas. Se, no caso do inquérito às instituições, cerca de 30% (correspondente 11 respondentes) consideraram que a religião deverá ser uma prioridade no contexto do PMIM; já no caso do inquérito aos migrantes o nível de priorização deste tema foi ainda mais reduzido (apenas 3 inquiridos, correspondente 2,8% do total de inquiridos, considerou ser prioritário o PMIM abordar o tema da religião).

Por último, importa referir que não foram identificados, entre as confissões e líderes religiosos locais, agentes com o perfil e vontade manifesta para se poderem vir a envolver de forma ativa nas dinâmicas de intervenção local, designadamente associando-se à Rede Social, o que poderia vir a ser, eventualmente, um meio complementar de aproximação das instituições locais às comunidades estrangeiras residentes em Tavira, à semelhança do que se tem verificado noutros pontos do país.

¹⁶ O IMAD 2015 apresentava um conjunto de dados que apontavam para uma clara preponderância da religião católica no município de Tavira (64,3%), sendo que as restantes confissões religiosas tinham, nessa altura, um peso representacional bastante diminuto (Ortodoxos – 1,6%; Protestantes – 1,5%; Outras religiões cristãs – 1, 8%; Muçulmanos – 0,6%; Outras religiões não cristãs – 0,3%). Perto de 8% da população declarava não ter religião.

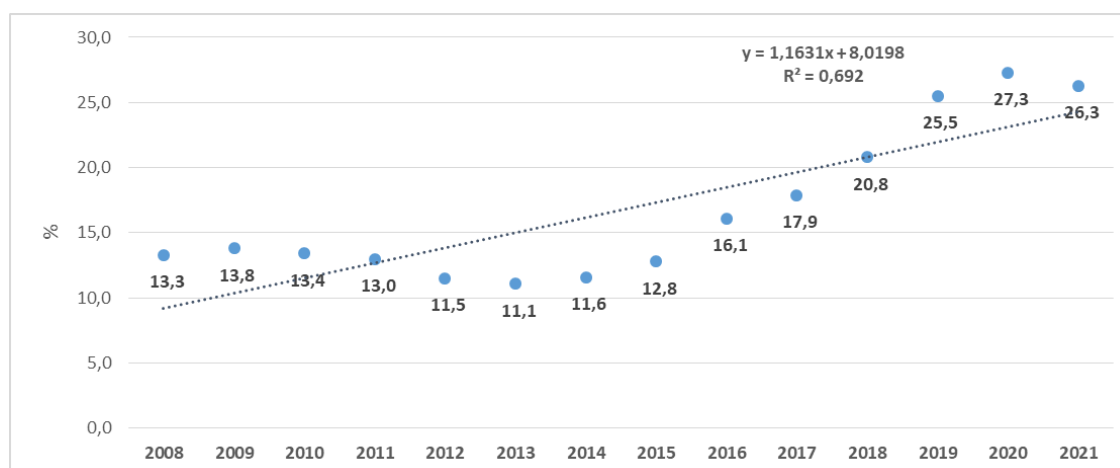
¹⁷ Trata-se provavelmente da Igreja do Livramento, uma Igreja Católica com prática do culto da Igreja Ortodoxa, de acordo com informações avançadas no IMAD 2022.

4. TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE RESIDENTE NO CONCELHO DE TAVIRA: EXERCÍCIO DE PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA NO HORIZONTE DE UMA DÉCADA

O exercício da projeção da população migrante residente no município de Tavira no horizonte de uma década (2032) partiu da informação relativa ao peso da população estrangeira com estatuto legal na população total residente (SEF/MAI e INE), uma vez que são estes os dados disponíveis que nos permitem ter um histórico de informação superior a 10 anos. Alerta-se, porém, que esta informação só contempla pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor, não incluindo os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular ou em processo de regularização.

A evolução da proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente no município de Tavira entre 2008 e 2021 permite identificar uma relação linear positiva entre o ano e a proporção de população estrangeira, como é possível observar no gráfico seguinte.

Gráfico 24. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população total residente no município de Tavira 2008-2021

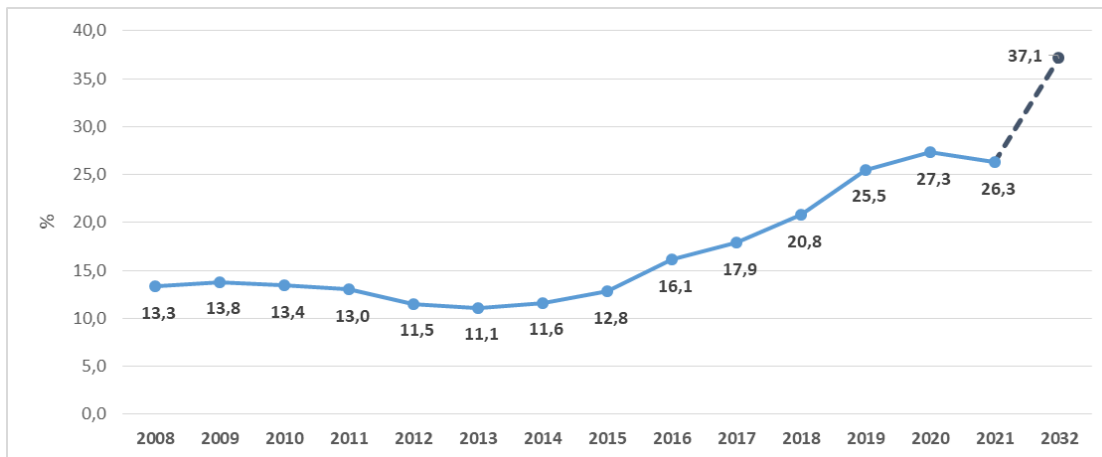


Fonte: SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE – Estimativas Anuais da População Residente

Desta forma, e tendo como variável dependente a variação da proporção da população estrangeira com estatuto legal de residente. Procurar-se-á perceber quanta da variação desta variável é explicada pela variável preditora ou independente (ano) e dessa forma fazer projeções para anos futuros.

De acordo com este exercício estima-se que, no horizonte de uma década, o peso da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente no município de Tavira mantenha a tendência de crescimento e que, como é possível verificar no gráfico seguinte, em 2032 esse peso seja de 37,1%.

Gráfico 25. População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população total residente no município de Tavira 2008-2032



Fonte: SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE – Estimativas Anuais da População Residente; Cálculos da equipa técnica da QP.

Depois de estimado o peso da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente no município de Tavira em 2032, importa também estimar a população total residente no município em 2032, de forma a calcular o valor absoluto de população estrangeira com estatuto legal de residente.

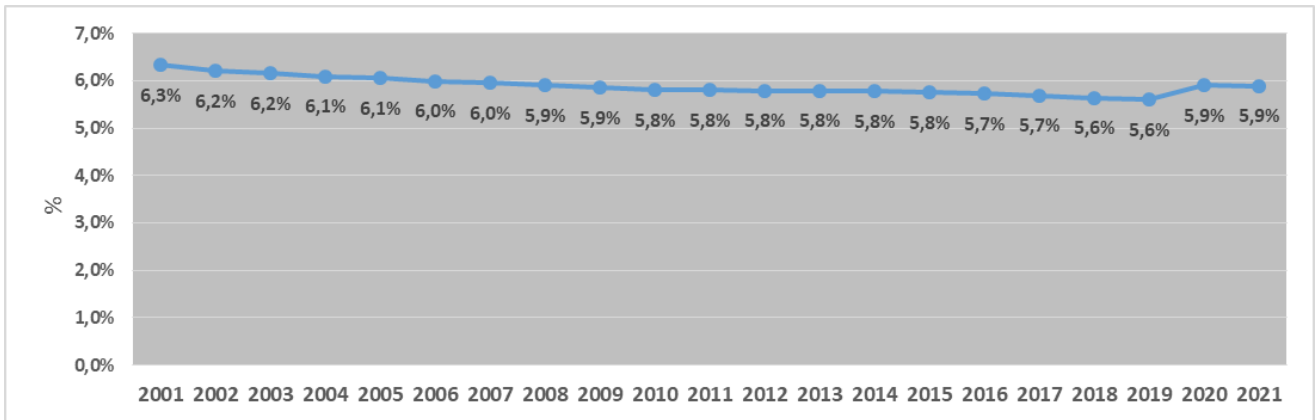
Para a projeção da população total residente no município de Tavira foram seguidos os seguintes princípios gerais:

- Análise centrada na unidade estatística “indivíduos” e no atributo “idade”;
- Análise histórica dos recenseamentos Gerais da População (2001, 2011 e 2021) e das estimativas demográficas anuais para os anos não censitários (1992 a 2020) e análise prospetiva para 2032; e
- Utilização das “Projeções de população residente, por sexo e idade, Portugal e NUTS II, 2018-2080” para o Algarve tendo por referência o cenário base, elaborada pelo INE.

Importa referir que este tipo de análise prospetiva incorpora sempre uma margem de erro, na generalidade dos casos bastante difícil de controlar. A debilidade das bases estatísticas disponíveis, nomeadamente a níveis territoriais mais desagregados, assim com o período histórico marcado por alterações dos padrões de qualidade de vida e de modelos territoriais introduzem fatores de incerteza mais ou menos profundos.

Por forma a determinar os valores para o município de Tavira, procedeu-se a uma distribuição criteriosa da população residente tendo por referência os valores apurados nos Recenseamentos da População de 2001, 2011 e 2021 e as estimativas anuais da população residente nos anos não censitários (2002 a 2020) e posteriormente foi calculado o peso relativo do município na região do Algarve, em termos de residentes por grupo etário (quotas de distribuição). As quotas de distribuição permitirem constatar que a população de Tavira se tem apresentado estável ao longo do período 2011 a 2021, ou seja que existe uma relação entre as variáveis ano e número de residentes, pelo que é possível estimar o peso da população residente em Tavira no total da população residente no Algarve em 2032 e chegar ao número de habitantes no município em 2032 tendo por base as projeções elaboradas pelo INE para o Algarve.

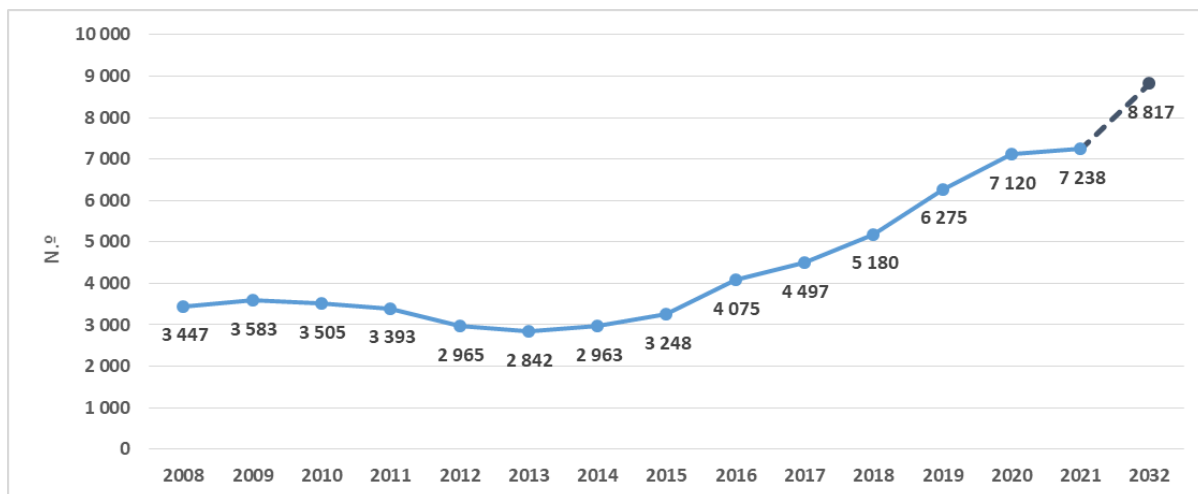
Gráfico 26. Evolução do peso relativo da população residente no Algarve em Tavira face à população total residente no Algarve segundo um cenário tendencial (%)



Fonte: INE – RGP; Estimativas Anuais da População Residente; Projeções de população residente; cálculos da equipa técnica da QP.

Como resultado desta etapa estima-se que, em 2032, a população total residente no município de Tavira seja de 23 765 habitantes, o que representa um decréscimo de 13,65% face a 2021. Desta forma, e considerando um peso estimado para 2032 de 37,1% de população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente, prevê-se um crescimento em termos absolutos, atingindo, nesta data, a população estrangeira nesta situação um valor próximo dos 8 800 indivíduos.

Gráfico 27. Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no município de Tavira 2008-2032



Fonte: SEF/MAI – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE – Estimativas Anuais da População Residente; INE – RGP; cálculos equipa técnica da QP.

Em suma, o valor estimado para 2032 da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Tavira representa, assim, um **aumento de 21,8% face a 2021**, num valor que se aproxima dos **9 mil cidadãos**. Trata-se, pois, de um aumento bastante significativo, com implicações e desafios nos diversos níveis da definição e operacionalização das políticas públicas locais, o que reforça a pertinência da elaboração deste PMIM, enquanto instrumento de planeamento que permitirá dotar o Município de Tavira orientações estratégicas e medidas operacionais que permitam criar melhores condições para assegurar que um adequado acolhimento e integração das comunidades migrantes neste território, ao longo dos próximos anos. Note-se ainda que o valor deste aumento da população estrangeira residente no concelho de Tavira poderá na realidade vir a ser maior, uma vez que este exercício de projeção não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular ou em processo de regularização. Por outro lado, importa novamente reforçar que existe um conjunto de outros fatores que não é possível controlar e que necessariamente impactam este exercício de projeção (p.ex. evolução da estrutura económica ou alterações legais relativas ao processo de aquisição de nacionalidade, etc.), pelo que estas estimativas devem ser sempre analisadas com a necessária cautela. Em todo o caso, e apesar embora todos estes fatores de incerteza, afigura-se como razoavelmente seguro afirmar que é clara e persistente a tendência de evolução crescente da população migrante residente no concelho de Tavira no horizonte da próxima década, devendo esta dimensão ser necessariamente integrada na reflexão prospetiva das estratégias e medidas de intervenção no domínio do acolhimento e integração destes cidadãos na comunidade local.

5. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO LOCAL

Na sequência do diagnóstico local produzido (capítulo 3) e tomando em consideração quer as dinâmicas migratórias que se têm desenvolvido no concelho de Tavira (capítulo 2), quer aquelas se perspetivam para a próxima década (capítulo 4), elaborou-se uma matriz SWOT (do acrónimo inglês *strengths, weaknesses, opportunities and threats*) cuja leitura, necessariamente sintética, permite fazer uma análise sistematizada e orientada para a formulação da estratégia de intervenção dos principais elementos que resultam deste exercício de diagnóstico.

No caso da identificação das Forças e Fraquezas (dimensão *interna*), optou-se por uma elencação detalhada por cada um dos 13 domínios temáticos analisados no capítulo 3. Já em relação às Oportunidades e Ameaças, optou-se por uma identificação de carácter global, sinalizando orientações e iniciativas de política ou situações e tendências de contexto mais relevantes para, a partir dos pontos positivos e negativos apresentados, desenhar a proposta de intervenção, devidamente enquadrada nesse contexto *externo*.

Quadro 2 – Matriz síntese de análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

Forças	Fraquezas
<p>Serviços de acolhimento e integração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com uma crescente procura e uma avaliação positiva do funcionamento. • Iniciativas promovidas pela parceria Município/FIR. • Edição de um Guia de Serviços dirigido aos migrantes. • Proximidade das Juntas de Freguesia às comunidades migrantes. • Área reconhecida como a mais prioritária no âmbito do PMIM de Tavira (inquérito <i>online</i>) <p>Urbanismo e habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de habitação por parte das entidades empregadoras permite facilitar o acesso. • Inexistência de conflitos relevantes entre estrangeiros e nacionais na utilização do espaço público. • Estratégia Local de Habitação recente, mas que, contudo, evidencia lacunas de relevo quer no diagnóstico das necessidades de habitação das comunidades migrantes quer nas respostas que propõe para fazer face às suas necessidades específicas <p>Mercado de trabalho e empreendedorismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empregadores mais sensibilizados para o bem-estar e integração dos trabalhadores migrantes ao nível das suas necessidades fundamentais: habitação, transportes, condições de saúde, mas também na aprendizagem da língua portuguesa e no acompanhamento dos processos de regularização dos cidadãos migrantes e de reagrupamento familiar. • Relevância dos cidadãos estrangeiros para a economia local – grande % de estrangeiros entre os trabalhadores por conta de outrem. <p>Educação e língua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crescente presença de alunos estrangeiros em todos os níveis e tipos de ensino, aparentemente com uma boa integração (é, contudo, necessária mais informação para uma correta e continuada avaliação e monitorização desta dinâmica). • Diversidade de oferta de cursos Português Língua de Acolhimento (PLA) e de outras ofertas informais de aprendizagem da língua. <p>Capacitação e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aparente evolução positiva no nível de habilitações e qualificações dos migrantes (embora falte conhecimento/indisponibilidade de informação), bem como ao seu correspondente reconhecimento em termos de mercado de trabalho (i.e., acesso efetivo de trabalhadores migrantes a posições correspondentes à sua formação/qualificação). 	<p>Serviços de acolhimento e integração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Embora crescentemente conhecido, a divulgação dos serviços do CLAIM não chega a todos os estrangeiros residentes no concelho. • Recurso a “intermediários”, com custos acrescidos. <p>Urbanismo e habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de acesso à habitação, nomeadamente para arrendamento (custo e <i>stock</i> disponível). • Identificação entre os estrangeiros de situações de sobrelotação, de ocupação de estruturas desadequadas, de pessoas em situação de sem-abrigo. • Inexistência de um levantamento sistemático das situações de precaridade habitacional dos migrantes. • Política municipal de habitação sem capacidade de resposta às necessidades dos migrantes. • Sistema de transportes públicos inadequado às necessidades dos migrantes trabalhadores. <p>Mercado de trabalho e empreendedorismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situações laborais mais frágeis e precárias impossibilitam o acesso a bens e serviços essenciais e situações de maior vulnerabilidade social. <p>Educação e língua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento/indisponibilidade de informação relativa à oferta de Português Língua de Acolhimento (PLA), havendo, contudo, indício que esta é aparentemente reduzida e incapaz de dar uma resposta ajustada às necessidades dos inscritos (designadamente, em termos de horários e de localização descentralizada, mais próxima dos locais de trabalho). • Inexistência de projetos escolares que potenciem melhores processos de integração dos alunos migrantes (designadamente, aprendizagem da língua portuguesa, prevenção de situações de discriminação e de fomento do diálogo intercultural). <p>Capacitação e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de acesso a ações de formação profissional (pouca sensibilidade das entidades formadoras, aspetos burocráticos...).

Forças	Fraquezas
<p>Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto “Tavira Integra +” (FIR) contempla um conjunto de atividades de acolhimento e integração de migrantes com base na cultura. Boa adesão de alguns segmentos de migrantes à oferta de programação cultural do município, que classificam como sendo de qualidade (inquérito <i>online</i>). Papel importante que as práticas desportivas já desempenham em Tavira enquanto contextos de integração e de interação entre indivíduos de diferentes nacionalidades. <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> Elevada e crescente taxa de inscrição dos cidadãos estrangeiros nos serviços de saúde. Crescente preocupação e procura de informação sobre planeamento familiar, saúde da grávida, problemas de infertilidade, nomeadamente por parte de comunidades com menor proximidade aos serviços de saúde. Iniciativas de informação e promoção da saúde pela FIR. Parceria entre as entidades de saúde e empregadoras, promovendo a melhoria do acesso à saúde. Crescente disponibilidade/capacidade dos profissionais de saúde para comunicar com os utentes não falantes de português (em inglês ou recorrendo a ferramentas digitais de tradução disponíveis <i>online</i>). <p>Solidariedade e resposta social:</p> <ul style="list-style-type: none"> Resposta integrada das diversas entidades públicas locais e associações de cariz social às necessidades dos cidadãos migrantes a vários níveis. <p>Cidadania e participação cívica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento da importância do conhecimento dos seus direitos e deveres como prioridade para a cidadania e participação cívica efetiva da população migrante no concelho. Aumento do número de eleitores estrangeiros recenseados a votar nos últimos processos eleitorais Criação recente de uma Associação de Migrantes («Pegadas d’acordo», formalizada em novembro de 2022). <p>Media e sensibilização da opinião pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> Presença assídua das comunidades migrantes nas redes sociais (nomeadamente Facebook). <p>Relações internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Município promove regularmente iniciativas de carácter intercultural, embora centradas no contexto geográfico da bacia do Mediterrâneo. Ainda que não desenvolvam iniciativas conjuntas, o Município mantém relações cordiais com as representações diplomáticas dos países de origem das principais comunidades estrangeiras. 	<p>Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reduzida oferta cultural inter/multicultural (programação e oferta de eventos lúdicos, culturais e artísticos não espelham diversidade cultural dos residentes). Orientações de política cultural do Município não evidenciam particular enfoque nas questões de diversidade cultural ou diálogo intercultural. <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de conhecimento/indisponibilidade de informação traduzida sobre o funcionamento do SNS e situações (pontuais) de discriminação por parte dos profissionais de saúde são fatores limitadores do acesso à saúde. Dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde, sobretudo para os migrantes que não dominam o inglês Recurso pouco regular aos cuidados de saúde por falta de proximidade/confiança nos serviços, situação agravada pelo facto de a maioria dos estrangeiros não ter médico de família. Problemas associados a doenças gastrointestinais e infecciosas (p.ex. tuberculose) e a comportamentos aditivos afetam especificamente as populações migrantes. Ausência de estratégia específica de intervenção junto dos utentes dos serviços de saúde estrangeiros. <p>Solidariedade e resposta social:</p> <ul style="list-style-type: none"> O acesso à informação (útil à sua integração) e a facilidade de conhecimento de regras de acesso aos serviços é considerada pelos cidadãos migrantes insuficiente. <p>Cidadania e participação cívica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Inexistência de atividade político-partidária ou associativa pela esmagadora maioria das comunidades imigrantes a residir no concelho (apenas situações pontuais de alguns cidadãos estrangeiros presentes nas listas de candidatos às autarquias locais – JF, AM e CM). <p>Media e sensibilização da opinião pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> Inexistência de <i>media</i> promovidos ou dirigidos aos migrantes. Quase total ausência de referências às comunidades migrantes nos media locais. <p>Relações internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acordos de geminação do Município não abrangem países de origem das comunidades migrantes mais representativas.

Forças	Fraquezas
<p>Racismo e discriminação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perceção globalmente positiva das diferentes comunidades migrantes e inexistência de situações de racismo e discriminação preocupantes. • Projetos e ações de prevenção, sensibilização e apoio a crianças e jovens vítimas de situações de <i>bullying</i>, racismo e discriminação, embora se realizem de forma pontual e algo casuística (p.ex. FIR, APAV). <p>Religião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de conflitos relacionados com aspetos religiosos, havendo uma boa convivência entre as diversas confissões. 	<p>Racismo e discriminação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Excessiva valorização das diferenças culturais como um traço distintivo de algumas comunidades e categorização dessas diferenças. • Situações pontuais de <i>bullying</i>, racismo e discriminação de crianças e jovens de nacionalidade estrangeira em contexto escolar. <p>Religião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de eventos de diálogo inter-religioso. • Inexistência de espaços religiosos ligados a confissões não-cristãs.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento, ao nível nacional, da imigração como aspeto fundamental das dinâmicas socioeconómicas recentes em Portugal e desenvolvimento de instrumentos de política orientados para dar resposta às questões específicas que colocam, seja em termos estratégicos (Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020), seja em termos operacionais (projeto-piloto “Integrar Valoriza”, Resolução do Conselho de Ministros nº91/2021 de 9 de julho) ou de orientação política (Resolução da Assembleia da República n.º 192/2021, que Recomenda ao Governo que adote medidas relativas à proteção dos direitos humanos e à política externa da União Europeia em matéria de migração). • Instrumentos de política nacional setoriais (habitação, saúde, combate ao tráfico de seres humanos, combate ao racismo e à discriminação, proteção de vítimas de violência de género e de violência doméstica, incluindo de práticas negativas como a mutilação genital feminina, ...) progressivamente tomam em consideração questões específicas das comunidades migrantes, abrindo possibilidade ao desenvolvimento de intervenções especificamente orientadas para as suas necessidades e vulnerabilidades. • Agendas e instrumentos, nacionais e europeus, designadamente nas áreas da Educação, da Cultura e das Políticas Urbanas, abrem oportunidades de trabalho relevantes para uma melhor integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento. • Crescimento de setores económicos localmente relevantes (agricultura intensiva e turismo, p.ex.), com significativas necessidades de mão-de-obra, aliado à tendência de envelhecimento da população e à falta de oferta de mão-de-obra nacional em alguns setores e níveis profissionais, perspectiva a manutenção do incremento da procura de mão-de-obra migrante – especializada e não-especializada. • Crescente sensibilização de múltiplos setores da sociedade portuguesa para as questões associadas ao acolhimento e integração de migrantes, nas várias áreas da sua vida pessoal e profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Morosidade (e complexidade) do processo de regularização junto do SEF (e de outros serviços públicos, como AT, ISS; IMT). • Processos de reconhecimento de habitações e qualificações académicas (nível superior) em Portugal continuam a ser morosos, complexos e onerosos. • Aumento dos cidadãos em situação irregular, designadamente como consequência da morosidade e dificuldade dos procedimentos necessários à regularização, agravadas pela falta de informação sobre esses procedimentos, disponível (e compreensível) aos cidadãos migrantes. • Crescimento, no contexto nacional e internacional (nomeadamente europeu) de fenómenos de intolerância, racismo, xenofobia e discriminação, nomeadamente dirigidos às comunidades imigrantes. • Agravamento eventual da crise económica associada à crise pandémica, deixando em situação particularmente vulnerável a população migrante, com condições socioprofissionais mais precárias. • Constrangimentos em termos de convivialidade e de sociabilidade motivados pela pandemia, com efeitos no modo como os migrantes se relacionam uns com os outros e com a sociedade de acolhimento.

6. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (PMIM) DE TAVIRA

6.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PMIM

A partir do diagnóstico temático desenvolvido, e considerando os contributos dos atores locais consolidados nos momentos de interação realizados, consensualizaram-se **quatro eixos de intervenção temáticos e um eixo de intervenção transversal**, que estruturam o PMIM de Tavira. Estes eixos correspondem às áreas prioritárias de atuação ao nível local, tendo em vista a promoção das melhores condições de acolhimento e integração de migrantes no concelho de Tavira.

Figura 2. Eixos de Intervenção do PMIM de Tavira



O quadro seguinte detalha, para cada um dos eixos de intervenção, os respetivos objetivos estratégicos.

Quadro 3 – Eixos e objetivos estratégicos do PMIM de Tavira

Eixo Estratégico	Objetivo Estratégico
I. Governança e capacitação	Reforçar a mobilização e a articulação entre as entidades locais, públicas e privadas, e destas com as entidades nacionais e regionais.
II. Habitação	Melhorar as condições de equidade no acesso à habitação, bem como as condições de habitabilidade dos migrantes.
III. Saúde e Bem-Estar	Melhorar as condições de acesso dos migrantes à saúde.
IV. Cidadania, Cultura e Participação Cívica	Promover o envolvimento das comunidades migrantes na vida cívica local e a integração na sociedade de acolhimento, bem como aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das diversas comunidades de Nacionais de Países Terceiros (NPT).
V. Língua e Educação	Incrementar o conhecimento da língua portuguesa pelos migrantes e promover um melhor acolhimento das crianças e jovens migrantes no ambiente escolar.

Outras áreas temáticas, nomeadamente, o Mercado de trabalho e o empreendedorismo, Relações Internacionais, Religião, Solidariedade e Resposta Social, *Media* e sensibilização da opinião pública, ainda que tenham sido abordadas no diagnóstico local, não foram consideradas prioritárias em termos de intervenção imediata. Nessa medida, optou-se por não incluir medidas específicas que incidam exclusiva ou especificamente nessas áreas no âmbito deste Plano, cujo **horizonte de execução é de três anos**. Tal não significa, contudo, que não seja importante desenvolver intervenções direcionadas também para estes temas – aliás, alguns deles estão implícitos nas medidas propostas no quadro dos eixos de intervenção definidos. Em futuras revisões do PMIM de Tavira estas áreas podem (e devem) vir a ser consideradas estratégicas e dar origem a medidas mais concretas, designadamente partindo dos elementos de diagnóstico agora reunidos. Do mesmo modo, no âmbito da avaliação do PMIM de Tavira, os cinco eixos estratégicos poderão vir a ser robustecidos com novas medidas, que complementem o quadro operacional agora apresentado, designadamente tendo por base as propostas debatidas durante a elaboração do Plano mas que, não tendo chegado a ser ratificadas pelas entidades promotoras, não foram incluídas no PMIM.

6.2. INDICADORES ESTRATÉGICOS

Tendo em vista a monitorização da prossecução dos objetivos estratégicos acima elencados, foram identificados os correspondentes indicadores estratégicos, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 4 – Eixos e objetivos estratégicos do PMIM de Tavira e respetivos indicadores estratégicos

Eixo Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicadores	Fontes de informação
I. Governança e capacitação	Reforçar a mobilização e a articulação entre as entidades locais, públicas e privadas, e destas com as entidades nacionais e regionais.	Número de reuniões do GTTM (periodicidade semestral e variação face ao semestre anterior)	Município de Tavira/ CLAIM
		Número de ações de capacitação realizadas no domínio temático das migrações, envolvendo entidades locais, públicas e privadas	Município de Tavira/ CLAIM
II. Habitação	Melhorar as condições de equidade no acesso à habitação, bem como as condições de habitabilidade dos migrantes.	Número de estudos de levantamento de cidadãos NPT sem acesso a habitação em condições indignas de habitabilidade e salubridade	Município de Tavira/ Habitação
		Número de recomendações e soluções inovadoras propostas para a melhoria das condições de habitação de cidadãos NPT residentes no concelho	
III. Saúde e Bem-Estar	Melhorar as condições de acesso dos migrantes à saúde.	Número de cidadãos NPT que acede a serviços de saúde (periodicidade semestral e variação face ao semestre anterior)	ACES Algarve III – Sotavento.
IV. Cidadania, Cultura e Participação Cívica	Promover o envolvimento das comunidades migrantes na vida cívica local e a integração na sociedade de acolhimento, bem como aumentar o nível de conhecimento sobre as características socioculturais das diversas comunidades de NPT.	Número de cidadãos NPT que participa/assiste aos eventos desportivos, culturais, lúdicos e outros dinamizados no quadro do PMIM (periodicidade semestral e variação face ao semestre anterior)	Município de Tavira / Cultura e Desporto Município de Tavira / CLAIM
		Número de iniciativas promovidas por associações de migrantes (periodicidade semestral e variação face ao semestre anterior)	
V. Língua e Educação	Incrementar o conhecimento da língua portuguesa pelos migrantes e promover um melhor acolhimento das crianças e jovens migrantes no ambiente escolar.	Número de cidadãos NPT que frequentam e/ou concluem cursos de Português (periodicidade semestral e variação face ao semestre anterior)	Centro Qualifica de Tavira IEFP
		Número de NPT que frequentam e/ou concluem ações de formação profissional	

6.3. DIMENSÃO OPERACIONAL DO PMIM

A conceção do PMIM de Tavira partiu de um conjunto de princípios tendo em vista a boa execução do Plano e, nessa medida, a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos no **horizonte temporal de três anos**. Para tal, o Plano mobiliza um conjunto alargado de entidades locais, em grande parte já comprometidas com as questões associadas à integração dos migrantes, e que se consideram parceiros fundamentais do Município de Tavira na implementação da estratégia de acolhimento e integração de migrantes.

6.3.1. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Para cada um dos Eixos de Intervenção propostos foi definido um conjunto de objetivos operacionais a prosseguir através das Medidas do PMIM de Tavira, conforme se apresentam a seguir:

Eixo I – Governança e capacitação

- Promover a sensibilização da população e das instituições locais para o acolhimento das comunidades migrantes
- Melhorar o nível de capacitação das entidades locais, públicas e privadas, de modo que estas possam contribuir de forma mais competente para a integração dos migrantes.
- Incrementar o conhecimento dos migrantes sobre as diversas questões ligadas ao processo de integração, nomeadamente incrementando a informação disponível sobre as principais estruturas e serviços.
- Melhorar o acesso aos serviços e ao mercado de trabalho dos cidadãos migrantes.
- Estimular as boas práticas em matéria de acolhimento de migrantes, nomeadamente por parte das entidades empregadoras.

Eixo II – Habitação

- Conhecer as condições de habitação dos migrantes, identificando as situações de indignidade habitacional, tendo em vista preparar uma futura intervenção.
- Identificar soluções inovadoras e outras intervenções que contribuam para a resposta às necessidades habitacionais dos cidadãos migrantes.

Eixo III – Saúde e Bem-Estar

- Sensibilizar as entidades locais para a importância das questões ligadas à saúde dos migrantes e de promover o acesso aos serviços.
- Melhorar as condições de acolhimento de migrantes por parte dos serviços de saúde.
- Aumentar a informação disponível sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes.

Eixo IV – Cidadania, Cultura e Participação Cívica

- Promover a valorização da interculturalidade nas iniciativas culturais e outras ao nível local, nomeadamente criando iniciativas especificamente ligadas ao tema.
- Aumentar o nível de conhecimento por parte da população local sobre as características socioculturais das diversas comunidades migrantes.
- Incrementar a participação dos cidadãos migrantes residentes em Tavira nas atividades culturais e outras.

Eixo V – Língua e Educação

- Promover uma melhor integração das crianças e jovens migrantes nas escolas.
- Prevenir situações de racismo, xenofobia e discriminação associadas aos migrantes.
- Facilitar e ampliar o ensino da língua portuguesa a migrantes.
- Melhorar o conhecimento sobre o sistema educativo por parte das famílias migrantes e fomentar as competências parentais.
- Melhorar as competências profissionais dos migrantes na área da hotelaria.

6.3.2. MEDIDAS DO PMIM

O PMIM de Tavira integra um conjunto de 24 Medidas, organizadas segundo os 5 Eixos de Intervenção anteriormente referidos.

Para além destas, no decorrer da elaboração do PMIM de Tavira foi identificado um conjunto de outras medidas coerentes com o diagnóstico traçado e em linha dos eixos de intervenção estabelecidos. No entanto, não tendo sido possível obter a validação final dessas medidas por parte *stakeholders* diretamente implicados na sua implementação, as mesmas não foram integradas no PMIM. Não obstante, considera-se que, durante a fase de operacionalização do Plano, nomeadamente no quadro da sua monitorização e avaliação – que, como explicado adiante, deverá contar com a participação dessas entidades, assegurando assim o seu carácter dinâmico – as propostas agora excluídas poderão vir a ser recuperadas, eventualmente com a introdução de ajuste ligeiros, passando então a integrar o PMIM.

O quadro seguinte sintetiza o conjunto de Medidas proposto.

Quadro 5 - Medidas do PMIM de Tavira

<p>EIXO I GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO</p>	<p>I.1. Campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento/integração de migrantes I.2. Realização de um ciclo de ações de formação/capacitação dirigidas aos técnicos/entidades locais, públicas e privadas I.3. Realização de sessões descentralizadas de acolhimento e esclarecimento dirigidas aos cidadãos migrantes I.4. Conceção e divulgação de um Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira I.5. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM I.6. Mediação laboral dirigida aos migrantes I.7. Criação de Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes</p>
<p>EIXO II HABITAÇÃO</p>	<p>II.1. Levantamento das situações de habitação indigna de migrantes II.2. Desenvolvimento de propostas tendo em vista a definição de soluções habitacionais adequadas aos trabalhadores migrantes</p>
<p>EIXO III SAÚDE E BEM-ESTAR</p>	<p>III.1. Realização de ações de capacitação/formação dirigidas aos profissionais de saúde III.2. Realização de ações de formação e sensibilização na área da saúde dirigidas aos empregadores/entidades de saúde ocupacional III.3. Realização de ações de informação na área da saúde dirigidas às comunidades migrantes III.4. Realização de oficinas temáticas com enfoque nas questões da saúde mental e em outras áreas de interesse dos migrantes III.5. Produção de informação na área da saúde dirigida a migrantes</p>
<p>EIXO IV CIDADANIA, CULTURA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA</p>	<p>IV.1. Celebração de efemérides associadas à valorização do tema da interculturalidade e da presença de comunidades migrantes IV.2. Desenvolvimento de atividades interculturais IV.3. Semana da Juventude de Tavira – programação intercultural IV.4. Desenvolvimento de um ciclo de cinema sobre migrações IV.5. Reforço do Festival “Cenas na Rua” valorizando a programação “sem palavras” IV.6. Reforço da participação de crianças e jovens migrantes na oferta de ATL</p>
<p>EIXO V LÍNGUA E EDUCAÇÃO</p>	<p>V.1. Sensibilização da comunidade educativa para os direitos humanos e a interculturalidade V.2. À descoberta das geografias e das culturas nos livros V.3. Promoção de ações de formação e capacitação dos migrantes para o setor da hotelaria V.4. Guia educativo de apoio às famílias migrantes</p>

Para cada Medida é apresentada, de seguida, uma descrição sumária, que se complementa com a identificação das entidades responsáveis pela sua implementação e outras entidades envolvidas, das metas e indicadores associados e do cronograma de execução.

6.3.2.1. EIXO I – GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO

Medida I.1. Campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento/integração de migrantes em Tavira

Conceção e implementação de uma campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento e integração de migrantes em Tavira. Esta campanha deverá adotar uma linguagem acessível e dirigir-se a diferentes segmentos de público-alvo (instituições públicas, famílias, entidades empregadoras, arrendatários, etc.), procurando informar e sensibilizar a população e as instituições do concelho para o posicionamento que Tavira pretende, cada vez mais, adotar enquanto território que se caracteriza pelo bom acolhimento e integração de cidadãos e comunidades oriundos de pontos do mundo muito diversos.

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM

Metas: Conceção e implementação de uma campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento e integração de migrantes em Tavira

Indicadores: Nº de ações inseridas na campanha de marketing social; Nº de pessoas (audiências) alcançadas; Nº de entidades envolvidas.

Cronograma: Semestres 2 e 3

Medida I.2. Realização de um ciclo de ações de formação/capacitação dirigidas aos técnicos/entidades locais, públicas e privadas

Organização e realização de ciclo de ações de formação/capacitação sobre temáticas relacionadas com o acolhimento e a integração de migrantes, dirigido a técnicos de entidades locais, de cariz público e privado. O principal objetivo destas ações é melhorar a capacitação dos agentes locais, públicos e locais, para as questões e os desafios específicas do acolhimento e integração dos migrantes, permitindo-lhes dar respostas ajustadas às necessidades e expectativas dos migrantes ou encaminhá-los para os serviços competentes. Para além destes objetivos, pretende-se ainda contribuir para o reforço do *networking* e interconhecimento entre técnicos e entidades locais de diferentes âmbitos e difundir o circuito de atuação, a estabelecer no quadro do GTTM, perante situações específicas eventualmente identificadas.

Este ciclo terá uma periodicidade semestral, havendo um conjunto de módulos de formação/capacitação transversais, que se repetem a cada semestre, e um conjunto de outros módulos que, pelo seu cariz mais especializado, apenas se irão realizar uma vez.

Entre outros temas a abordar neste ciclo de ações de formação/capacitação incluem-se aspetos genéricos ligados com os direitos e deveres de cidadãos migrantes, direitos laborais, acesso a cuidados de saúde, acesso à habitação, acesso à educação, etc. Importa ainda incluir nos módulos de formação/capacitação transversais a abordagem a aspetos de cariz sociocultural, particularmente associados às comunidades que se instalaram mais recentemente no concelho (caso, por exemplo, das oriundas de países sul asiáticos) que permitam apetrechar os técnicos de diferentes instituições, públicas e privadas, do conhecimento necessário para um melhor acolhimento e integração destes cidadãos no concelho.

Entidade responsável: CMT/CLAIM

Outras entidades envolvidas: GTTM, particularmente das entidades parceiras com responsabilidades em domínios setoriais relevantes para as ações de formação/ capacitação a ministrar, como o Instituto de Segurança Social, ACES Algarve III – Sotavento, ACT, forças de segurança, APAV - Tavira, entre outras.

Metas: Realização de 6 ações de formação/ capacitação sobre temáticas relacionadas com o acolhimento e a integração de migrantes, dirigido a técnicos de entidades locais, de cariz público e privado, de caráter semestral.

Indicadores: Nº de ações de formação/capacitação realizadas; Nº de formandos; Nº de entidades envolvidas.

Cronograma: Semestres 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Medida I.3. Realização de sessões descentralizadas de acolhimento e esclarecimento dirigidas aos cidadãos migrantes

Tendo em vista dar a conhecer um conjunto de informações básicas sobre o concelho e com relevância para o acolhimento e integração, designadamente relacionadas com os direitos e deveres dos cidadãos migrantes residentes em Portugal (em matéria de acesso a cuidados de saúde, habitação, legislação laboral, proteção social, reagrupamento familiar, etc.), bem como com o funcionamento dos serviços públicos, será promovido um conjunto de sessões de acolhimento e de esclarecimento dirigidas aos novos migrantes residentes no concelho.

Realizar-se-ão sessões descentralizadas, percorrendo as 6 freguesias de Tavira, utilizando preferencialmente duas línguas, português e inglês. Serão distribuídos alguns materiais informativos (nomeadamente o desdobrável Guia de serviços do concelho de Tavira, já publicado pela FIR, o Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira e a brochura com informações sobre os serviços disponibilizados pelo CLAIM – a produzir no âmbito do PMIM - Medidas I.5. e I.6. do PMIM).

Entidade responsável: CMT/CLAIM

Outras entidades envolvidas: Juntas de Freguesia.

Metas: Realização de 12 sessões descentralizadas, o que corresponde a 2 sessões por cada uma das Juntas de Freguesia do concelho de Tavira.

Indicadores: Nº de sessões realizadas; Nº de participantes nas sessões.

Cronograma: Semestres 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Medida I.4. Concessão e divulgação de um Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira

Este documento servirá como documento de consulta/orientação dos novos residentes estrangeiros no concelho de Tavira, facultando um conjunto de informações fundamentais para os primeiros momentos de chegada e instalação em Tavira, abrangendo diferentes aspetos da sua relação com a sociedade de acolhimento (incluindo direitos e deveres básicos de cidadania) e, particularmente, com os serviços públicos (CLAIM, saúde, educação, entidades patronais, etc.), incluindo aspetos relacionados com o reagrupamento familiar. O Guia deverá ser concebido em estreita colaboração com as várias entidades locais, nomeadamente aquelas que integram o GTTM, às quais devem ser solicitadas informações, propostas de conteúdos a incluir e ainda pedidos de revisão dos conteúdos que constam do documento. Posteriormente, o Guia deve ser traduzido em várias línguas (pelo menos, Inglês, Francês e uma língua de um país do Sul Asiático).

Entidade responsável: CMT/CLAIM

Outras entidades envolvidas: GTTM

Metas: Publicação de 500 exemplares do Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira, em cada língua (Português, Inglês, Francês e uma língua de um país do Sul Asiático), em suporte papel e digital

Indicadores: Nº de brochuras produzidas; Nº de *downloads* efetuados

Cronograma: Semestres 1 e 2

Medida I.5. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM

Concessão de uma brochura com informações sobre os serviços disponibilizados pelo CLAIM, e que deve incluir todos os contactos, modo de funcionamento e serviços disponibilizados. A brochura deve ser traduzida em diversas línguas (pelo menos Inglês, Francês e uma língua de um país do Sul Asiático) e distribuída pelas diversas entidades locais com maior proximidade aos migrantes, designadamente aquelas que integram o GTTM.

Entidade responsável: CMT/CLAIM

Outras entidades envolvidas: GTTM

Metas: Publicação 500 exemplares da brochura de divulgação dos serviços do CLAIM, em cada língua (Português, Inglês, Francês e uma língua de um país do Sul Asiático), em suporte papel e digital

Indicadores: Nº de brochuras produzidas; Nº de *downloads* efetuados

Cronograma: Semestres 1 e 2

Medida I.6. Mediação laboral dirigida aos migrantes

Criação de um espaço informal, presencial e online, para informação e apoio aos cidadãos migrantes residentes no concelho em matérias do foro laboral. Sem se fazer substituir aos serviços do IEFP, ACT e outros serviços públicos, pretende-se (i) facilitar o acesso a informação genérica sobre direitos e deveres laborais e apoiar na mediação de contactos junto das entidades patronais; (ii) facultar informações sobre medidas de apoio ao empreendedorismo migrante em Portugal; e (iii) apoiar no *matching* entre as necessidades sentidas pelos empregadores /mercado de trabalho e o perfil de competências que caracteriza a mão-de-obra estrangeira presente no concelho de Tavira. Para partilhar informações e esclarecimentos aos migrantes em matéria laboral, será dinamizado um fórum *online* e serão promovidas reuniões coletivas e individuais com migrantes.

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM e GTTM, particularmente das entidades parceiras com responsabilidades em domínios setoriais relevantes (IEFP, ACT, etc.) e das entidades representativas do setor empresarial local/regional.

Metas: Criação e dinamização de um fórum *online* para partilha de informações e de esclarecimentos aos cidadãos migrantes residentes no concelho sobre matéria laboral; realização de 30 reuniões (presenciais e *online*), coletivas e individuais, com migrantes.

Indicadores: Nº de fóruns *online* criados e dinamizados; Nº *downloads* de documentos disponibilizados *online*; Nº de reuniões realizadas; Nº de participantes nas reuniões.

Cronograma: Semestres 3, 4, 5 e 6

Medida I.7. Criação do Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes

Tendo em vista a valorização e a disseminação de boas-práticas do ponto de vista da responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes, será criado um prémio, com a possibilidade de declinar-se em diferentes setores de atividade específicos e/ou áreas particulares de atuação (habitação, educação, saúde, etc.). As entidades a selecionar devem distinguir-se pela adoção de boas-práticas em matéria de bom acolhimento e integração na sociedade portuguesa, e em Tavira em particular, dos seus trabalhadores estrangeiros, bem como das suas famílias.

Numa fase preparatória, deve ser elaborado um regulamento para o lançamento do prémio, com a constituição de um júri reconhecido, para a sua divulgação pública (incluindo ao nível das parcerias mediáticas, apoios para prémios, etc.).

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: GTTM, particularmente das entidades representativas do setor empresarial local/regional

Metas: Lançamento de três edições do Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes

Indicadores: Nº prémios de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes atribuídos

Cronograma: Semestres 2, 4 e 6

6.3.2.2. EIXO II – HABITAÇÃO

Medida II.1. Levantamento das situações de habitação indigna de migrantes

Realização de um estudo de levantamento das situações de habitação de migrantes no concelho, em articulação com a revisão da Estratégia Local de Habitação de Tavira, tendo em vista a identificação de indivíduos/famílias a residir em condições indignas e a definição de soluções habitacionais adequadas. Devem ser objeto de particular atenção as estruturas móveis (contentores), armazéns, garagens e outros espaços adaptados para alojar cidadãos migrantes, e as situações de sobrelotação. Este levantamento poderá ser a base de uma futura candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário ou a outros instrumentos de financiamento em matéria de política de habitação.

Entidade responsável: CMT/Habitação

Outras entidades envolvidas: Juntas de Freguesia, GTTM, CLAIM/CMT, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, empresas, forças de segurança, Segurança Social, ACT, SEF, ACES Algarve III – Sotavento.

Metas: Realização de um estudo

Indicadores: N^o de estudos realizados; N^o de cidadãos/famílias migrantes em condições de habitação indignas identificados.

Cronograma: Semestres 1 e 2

Medida II.2. Desenvolvimento de propostas tendo em vista a definição de soluções habitacionais adequadas aos trabalhadores migrantes

Esta medida visa aprofundar o estudo e a discussão sobre as possíveis respostas às necessidades de habitação dos trabalhadores migrantes e respetivas famílias, incluindo a resolução das situações de habitação indigna dos que já se encontram no concelho. Deve contar com o envolvimento de entidades de diversas áreas, nomeadamente das que integram o GTTM, devendo dar origem a um documento reunindo um conjunto de recomendações e soluções inovadoras a implementar, para eventual acolhimento no quadro das políticas municipais e nacionais em matéria de habitação.

Entidade responsável: CMT/Habitação, GTTM

Outras entidades envolvidas: Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, empresas empregadoras, empresas de promoção e mediação imobiliária.

Metas: Elaboração de um documento de recomendações, incluindo soluções habitacionais dirigidas aos migrantes

Indicadores: N^o de documentos de recomendações/soluções elaborados, N^o de recomendações/soluções habitacionais apresentadas; n^o entidades envolvidas.

Cronograma: Semestres 1 e 2

6.3.2.3. EIXO III – SAÚDE E BEM-ESTAR

Medida III.1. Realização de ações de capacitação/formação dirigidas aos profissionais de saúde

Desenvolvimento de ações dirigidas a profissionais de saúde (técnicos operacionais e pessoal médico e de enfermagem) das unidades funcionais do Centro de Saúde de Tavira, tendo em vista melhorar o seu conhecimento e sensibilidade sobre questões específicas dos migrantes no acesso à saúde (sejam questões de enquadramento legal, sejam ligadas às características e necessidades específicas das comunidades estrangeiras) e capacitar os serviços para uma prestação adequada de cuidados de saúde a esta população.

Entidade responsável: CMT/Saúde, ACES Algarve III – Sotavento

Outras entidades envolvidas: GTTM, CMT/CLAIM, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo

Metas: Realização de 3 ações de capacitação/sensibilização

Indicadores: Nº de ações realizadas; Nº de profissionais de saúde envolvidos.

Cronograma: Semestres 2, 4 e 6

Medida III.2. Realização de ações de formação/sensibilização na área da saúde dirigidas aos empregadores e entidades de saúde ocupacional

Desenvolvimento de ações dirigidas às entidades empregadoras e às entidades privadas que prestam cuidados de saúde ocupacional nas empresas de Tavira, tendo em vista melhorar o seu conhecimento sobre questões específicas dos migrantes no acesso à saúde, sensibilizando-as para a importância de facultarem informações aos trabalhadores estrangeiros sobre o acesso aos cuidados de saúde no SNS, incluindo questões relacionadas com a vacinação, planeamento familiar, saúde infantil, etc. Pretende-se ainda contribuir para o reforço do *networking* e interconhecimento entre técnicos de diferentes entidades ligadas aos cuidados de saúde e difundir o circuito de partilha de informação perante situações específicas eventualmente identificadas.

Entidade responsável: CMT/Saúde, ACES Algarve III – Sotavento

Outras entidades envolvidas: GTTM, Associações empresariais, Entidades empregadoras e Entidades de saúde ocupacional

Metas: Realização de três ações de capacitação/sensibilização

Indicadores: Nº de ações realizadas; Nº de entidades empregadoras envolvidas; Nº de entidades de saúde ocupacional envolvidas

Cronograma: Semestres 1, 3 e 5

Medida III.3. Realização de ações de informação na área da saúde dirigidas às comunidades migrantes

Desenvolvimento de ações dirigidas aos cidadãos estrangeiros tendo em vista melhorar o seu conhecimento sobre o acesso aos cuidados de saúde no SNS, incluindo questões relacionadas com a vacinação, planeamento familiar, saúde infantil, etc. Estas ações poderão realizar-se nas empresas, nas Juntas de Freguesia, em associações locais e noutros espaços próximos dos migrantes.

Entidade responsável: CMT/Saúde, CMT/CLAIM, ACES Algarve III – Sotavento

Outras entidades envolvidas: Juntas de Freguesia, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo.

Metas: Realização de seis ações de informação

Indicadores: N° de ações realizadas; N° de cidadãos estrangeiros envolvidos

Cronograma: Semestres 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Medida III.4. Realização de oficinas temáticas com enfoque nas questões da saúde mental e em outras áreas de interesse dos migrantes

Dinamização de oficinas temáticas dirigidas aos cidadãos estrangeiros em diversas áreas de interesse para estes públicos, com enfoque nas questões da saúde mental, mas também das dependências, da saúde da grávida, entre outros temas. Estas oficinas visam sensibilizar os migrantes para estas questões e melhorar o seu conhecimento sobre o acesso aos cuidados de saúde nesta área.

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: CMT/Saúde, CMT/CLAIM, ACES Algarve III – Sotavento

Metas: Realização de três oficinas

Indicadores: N° de oficinas realizadas; N° de cidadãos estrangeiros envolvidos.

Cronograma: Semestres 2, 4 e 6

Medida III.5. Produção de informação na área da saúde dirigida a migrantes

Desenvolvimento de materiais informativos dirigidos a migrantes sobre o funcionamento do SNS e os direitos e garantias que lhe estão associados, tendo em vista transmitir orientações claras sobre o acesso aos cuidados de saúde. Para além de folhetos que podem ser distribuídos em vários locais e estar disponíveis para *download* na internet (nos *websites* das diversas entidades), devem ser criados cartazes de cariz informativo para serem expostos nos serviços de saúde. Em ambos os casos, deve ser assegurada a tradução em várias línguas (pelo menos, Inglês, Francês e uma língua de um país do Sul Asiático).

Entidade responsável: CMT/Saúde, ACES Algarve III – Sotavento

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM, GTTM, nomeadamente, Juntas de Freguesia, FIR, empresas.

Metas: Publicação de 250 exemplares de materiais informativos (folhetos e cartazes)

Indicadores: N° de folhetos distribuídos; N° de cartazes distribuídos; N° de *downloads* efetuados

Cronograma: Semestre 2

6.3.2.4. EIXO IV – CIDADANIA, CULTURA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Medida IV.1. Celebração de efemérides associadas à valorização do tema da interculturalidade e da presença de comunidades migrantes

Realizar sessões/atividades celebrativas do Dia Mundial do Refugiado (20 de junho) e do Dia Mundial do Migrante e Refugiado (25 de setembro), no sentido de prestar tributo a todas as pessoas forçadas a deixar o seu país de origem, designadamente por motivos de guerra, conflitos armados, perseguições e violações generalizadas de direitos humanos, mas também de todos os que se deslocam em busca de melhores condições de vida.

Entidade responsável: CMT/CLAIM

Outras entidades envolvidas: FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo Paróquias de Tavira e outras congregações religiosas presentes no concelho.

Metas: Realização de sessões/atividades no Dia Mundial do Refugiado e no Dia Mundial do Migrante e Refugiado

Indicadores: N.º de sessões/atividades; N.º de eventos realizados; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas.

Cronograma: Semestres 1, 2, 3, 4, 5 e 6

Medida IV.2. Desenvolvimento de atividades interculturais

Dinamização de atividades desportivas e culturais que permitam estabelecer e/ou fortalecer laços entre as comunidades migrantes e os habitantes de Tavira. Estas atividades podem incluir oficinas temáticas em diversas áreas de interesse para estes públicos, realização e disseminação de vídeos de receitas tradicionais de diferentes países bem como do respetivo livro de receitas, exposição(ões) de fotografia que retratem e documentem a diversidade das comunidades migrantes residentes no concelho, entre outros.

Entidade responsável: FIR, CMT/Desenvolvimento Sociocultural

Outras entidades envolvidas: Associações culturais e desportivas

Metas: Realização de quatro eventos desportivos e culturais

Indicadores: N.º de eventos realizados; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes.

Cronograma: Semestres 1,2, 3, 4, 5 e 6

Medida IV.3. Semana da Juventude de Tavira – programação intercultural

No âmbito da “Semana da Juventude de Tavira” – que se realiza setembro – dar especial destaque à gastronomia na sua variedade e diversidade de expressões geográficas e culturais com o objetivo de promover a inclusão social e a integração das comunidades migrantes residentes no concelho. Ainda no âmbito da Semana da Juventude, promover a interculturalidade através da participação ativa de grupos migrantes no seu Programa de atividades (música, dança, teatro, etc.).

Entidade responsável: CMT/Educação e Juventude

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d’Acordo, Restaurantes e estabelecimentos similares

Metas: Realização de três atividades gastronómicas e outros eventos de cariz intercultural no âmbito da “Semana da Juventude de Tavira”

Indicadores: N.º de atividades realizadas; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas

Cronograma: Semestres 1, 3 e 5

Medida IV.4. Desenvolvimento de um ciclo de cinema sobre migrações

Organização de um ciclo de cinema, com periodicidade mensal, e tanto quanto possível descentralizado no território, ligado ao tema das migrações (filmes sobre os países de origem dos migrantes e/ou de realizadores desses mesmos países), incluindo momentos de debate após o visionamento dos filmes. A organização do ciclo deverá assegurar um equilíbrio na seleção de filmes espelhando a diversidade e riqueza das nacionalidades e culturas em presença no concelho.

Entidade responsável: Cineclube de Tavira; Associação de Imigrantes Pegadas d’Acordo, CMT/Desenvolvimento Sociocultural.

Outras entidades envolvidas: Agrupamentos de Escolas (Clubes de Cinema) – sujeito a confirmação, FIR, Juntas de Freguesia; outros grupos informais de migrantes residentes em Tavira.

Metas: Realização de um ciclo de cinema sobre migrações

Indicadores: N.º de filmes; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de espaços de exibição dos filmes

Cronograma: Semestres 2 e 3

Medida IV.5. Reforço do Festival “Cenas na Rua” valorizando a programação “sem palavras”

No âmbito do Festival “Cenas na Rua” (realiza-se habitualmente no início de julho), reforçar a oferta de espetáculos de teatro de marionetes, artes circenses, mímica e outras abordagens cénicas que não impliquem um conhecimento da língua portuguesa. Simultaneamente, propõe-se a divulgação desta programação especificamente junto das comunidades migrantes.

Entidade responsável: CMT/Desenvolvimento Sociocultural.

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM, Associação de Imigrantes Pegadas d’Acordo e outras associações locais (apoio à divulgação)

Metas: Realização de dois espetáculos “sem palavras” em cada edição do Festival “Cenas na Rua”

Indicadores: N.º de eventos realizados; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas nos eventos

Cronograma: Semestres 1, 3 e 5

Medida IV.6. Reforço da participação de crianças e jovens migrantes na oferta de ATL

Realização de diferentes atividades de ocupação de tempos livres durante as férias de verão e a realização de um *atelier* para promoção da língua portuguesa dirigido às crianças e jovens migrantes.

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, Juntas de Freguesia

Metas: Realização de atividades para crianças e jovens migrantes

Indicadores: N.º de atividades; N.º de crianças participantes; N.º de Nacionalidades das crianças participantes

Cronograma: Semestres 2, 3, 4 e 5

6.3.2.5. EIXO V – LÍNGUA E EDUCAÇÃO**Medida V.1. Sensibilização da comunidade educativa para os direitos humanos e a interculturalidade**

Dinamização de ações de informação/sensibilização nas temáticas de racismo e discriminação dirigidas a diferentes públicos-alvo. Incluem-se a organização de ações de sensibilização sobre direitos das crianças e diálogo intercultural, a realizar nas escolas do concelho e a promoção de ações de capacitação para a violência e racismo nas Escolas, dirigidas a pessoal docente e não docente, entre outras medidas que visam promover a multiculturalidade junto das crianças e jovens em idade escolar.

Entidade responsável: CMT/CLAIM; CMT/Juventude e Educação; APAV – Tavira

Outras entidades envolvidas: Agrupamento de Escolas (sujeito a confirmação)

Metas: Realização de 6 sessões de informação/sensibilização e ações de capacitação sobre violência, discriminação e racismo

Indicadores: N.º de sessões de informação/sensibilização realizadas; N.º de entidades abrangidas; N.º de participantes; N.º de nacionalidades dos participantes;

Cronograma: Semestres 2, 3 e 5

Medida V.2. À descoberta das geografias e das culturas nos livros

Organização de atividades ligadas à promoção do livro e da leitura, no âmbito da Rede de Bibliotecas Escolares, que fomentem a descoberta e o diálogo entre diferentes culturas e geografias. Para além das crianças e jovens migrantes, alunos dos estabelecimentos de ensino, estas atividades deverão procurar envolver as suas famílias.

Entidade responsável: CMT/Juventude e Educação; Rede de Bibliotecas Escolares.

Outras entidades envolvidas: Agrupamentos Escolares (sujeito a confirmação)

Metas: Realização de seis 6 atividades ligadas ao livro e à leitura

Indicadores: N.º de atividades realizadas; N.º de alunos participantes; N.º de familiares de alunos participantes; N.º de nacionalidades dos participantes; N.º de Escolas envolvidas; N.º de docentes envolvidos.

Cronograma: Semestre 2, 3, 4, 5 e 6

Medida V.3. Promoção de ações de formação e capacitação dos migrantes para o setor da hotelaria

No âmbito do protocolo de parceria que o Município tem estabelecido com a Escola de Turismo de Vila Real de Santo António (Turismo de Portugal), desenvolver uma oferta de formação e capacitação dirigida aos migrantes que trabalham na hotelaria no sentido de os capacitar para o exercício da profissão, nomeadamente, no atendimento ao público, na Higiene e Segurança Alimentar – HACCP (noções básicas), na Gestão e Marketing, etc. Os cursos devem ainda abordar questões relacionadas com a cultura, língua e aspetos de cidadania, facilitando a integração dos migrantes no mercado de trabalho. Estas ações de formação devem ocorrer preferencialmente nos períodos de época baixa (novembro a março).

Entidade responsável: Escola de Turismo de Vila Real de Santo António (Turismo de Portugal), CMT/Desenvolvimento Sociocultural.

Outras entidades envolvidas: Associação Baixa de Tavira; Hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares

Metas: Formação e capacitação de 30 migrantes que trabalham na restauração e hotelaria

Indicadores: N.º de sessões de formação; N.º de participantes; N.º de nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas

Cronograma: Semestre 2, 3, 4 e 5

Medida V.4. Guia educativo de apoio às famílias migrantes

Elaboração de um Guia dirigido às famílias migrantes tendo em vista sensibilizar e fornecer informação útil em matéria educativa, de cuidados de saúde primários, de transporte e refeições escolares, e de outros apoios sociais. Este documento permitirá apoiar as famílias no seu processo de adaptação, corresponsabilizando-as e dando-lhes a conhecer a rede de suporte social no concelho. Prevê-se a tradução do Guia para inglês e outra língua e a disponibilização em suporte digital, facilitando a sua consulta e *download*.

Entidade responsável: FIR

Outras entidades envolvidas: CMT/CLAIM, CLAS de Tavira, GTTM

Metas: Elaboração e disseminação de um Guia educativo de apoio às famílias migrantes

Indicadores: N.º de Guias elaborados; N.º de *downloads* do Guia; N.º de entidades envolvidas.

Cronograma: Semestre 3 e 4

6.4. SÍNTESE GLOBAL DAS MEDIDAS DO PMIM: METAS, INDICADORES E RESPONSABILIDADES E CRONOGRAMA

Em jeito de síntese, apresenta-se, de seguida, dois quadros que sistematiza as Medidas do PMIM de Tavira e correspondentes metas e indicadores, responsabilidades dos diversos parceiros e cronograma.

Quadro 6. Quadro-síntese das Medidas do PMIM de Tavira, metas, indicadores e responsabilidades

Medidas	Metas	Indicadores	Entidade(s) responsável(eis)	Outras entidades envolvidas
I.1. Campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento/integração de migrantes	Conceção e implementação de 1 campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento e integração de migrantes em Tavira	Nº de ações inseridas na campanha de marketing social; Nº de pessoas (audiências) alcançadas; Nº de entidades envolvidas.	FIR	CMT/CLAIM
I.2. Realização de um ciclo de ações de formação/capacitação dirigidas aos técnicos/entidades locais, públicas e privadas	Realização de 6 ações de formação/capacitação sobre temáticas relacionadas com o acolhimento e a integração de migrantes, dirigido a técnicos de entidades locais, de cariz público e privado, de caráter semestral.	Nº de ações de formação/capacitação realizadas; Nº de formandos; Nº de entidades envolvidas.	CMT/CLAIM	GTTM, particularmente Instituto de Segurança Social, ACES Algarve III – Sotavento, ACT, forças de segurança, APAV - Tavira
I.3. Realização de sessões descentralizadas de acolhimento e esclarecimento dirigidas aos cidadãos migrantes	Realização de 12 sessões descentralizadas (duas sessões por cada Junta de Freguesia)	Nº de sessões realizadas; Nº de participantes nas sessões	CMT/CLAIM	Juntas de Freguesia
I.4. Conceção e divulgação de um Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira	Publicação de 500 exemplares do Guia, em cada língua, em suporte papel e digital	Nº de brochuras produzidas; Nº de <i>downloads</i> efetuados	CMT/CLAIM	GTTM
I.5. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM	Publicação 500 exemplares da brochura, em cada língua, em suporte papel e digital	Nº de brochuras produzidas; Nº de <i>downloads</i> efetuados	CMT/CLAIM	GTTM
I.6. Mediação laboral dirigida aos migrantes	Criação e dinamização de 1 fórum <i>online</i> para partilha de informações e de esclarecimentos aos cidadãos migrantes residentes no concelho sobre matéria laboral; Realização de 30 reuniões (presenciais e <i>online</i>), coletivas e individuais, com migrantes.	Nº de fóruns <i>online</i> criados e dinamizados; Nº <i>downloads</i> de documentos disponibilizados <i>online</i> ; Nº de reuniões realizadas; Nº de participantes nas reuniões.	FIR	CMT/CLAIM e GTTM, particularmente IEFP (sujeito a confirmação), ACT e entidades representativas do setor empresarial local/regional
I.7. Criação de Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes	Lançamento de 3 edições do Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes	Nº prémios de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes atribuídos	FIR	GTTM, particularmente entidades representativas do setor empresarial local/regional

Medidas	Metas	Indicadores	Entidade(s) responsável(eis)	Outras entidades envolvidas
II.1. Levantamento das situações de habitação indigna de migrantes	Realização de 1 estudo	Nº de estudos realizados; Nº de cidadãos/famílias migrantes em condições de habitação indignas identificados.	CMT/Habitação	Juntas de Freguesia, GTTM, CLAIM/CMT, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, empresas, forças de segurança, Segurança Social, ACT, SEF, ACES Algarve III – Sotavento
II.2. Desenvolvimento de propostas tendo em vista a definição de soluções habitacionais adequadas aos trabalhadores migrantes	Elaboração de 1 documento de recomendações, incluindo soluções habitacionais dirigidas aos migrantes	Nº de documentos de recomendações/soluções elaborados; Nº de recomendações/soluções habitacionais apresentadas; Nº entidades envolvidas.	CMT/Habitação GTTM	Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, empresas empregadoras, empresas de promoção e mediação imobiliária
III.1. Realização de ações de capacitação/ formação dirigidas aos profissionais de saúde	Realização de 3 ações de capacitação/ sensibilização	Nº de ações realizadas; Nº de profissionais de saúde envolvidos	CMT/Saúde ACES Algarve III – Sotavento	GTTM, CMT/CLAIM, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo
III.2. Realização de ações de formação e sensibilização na área da saúde dirigidas aos empregadores/entidades de saúde ocupacional	Realização de 3 ações de capacitação/ sensibilização	Nº de ações realizadas; Nº de entidades empregadoras envolvidas; Nº de entidades de saúde ocupacional envolvidas	CMT/Saúde ACES Algarve III – Sotavento	GTTM, Associações empresariais, Entidades empregadoras e Entidades de saúde ocupacional
III.3. Realização de ações de informação na área da saúde dirigidas às comunidades migrantes	Realização de 6 ações de informação	Nº de ações realizadas; Nº de cidadãos estrangeiros envolvidos	CMT/Saúde, CMT/CLAIM ACES Algarve III – Sotavento	Juntas de Freguesia, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo
III.4. Realização de oficinas temáticas com enfoque nas questões da saúde mental e em outras áreas de interesse dos migrantes	Realização de 3 oficinas	Nº de oficinas realizadas; Nº de cidadãos estrangeiros envolvidos	FIR	CMT/Saúde, CMT/CLAIM, ACES Algarve III – Sotavento
III.5. Produção de informação na área da saúde dirigida a migrantes	Publicação de 250 exemplares de materiais informativos (folhetos e cartazes)	Nº de folhetos distribuídos; Nº de cartazes distribuídos; Nº de <i>downloads</i> efetuados	CMT/Saúde, ACES Algarve III – Sotavento	CMT/CLAIM, GTTM, Juntas de Freguesia

Medidas	Metas	Indicadores	Entidade(s) responsável(eis)	Outras entidades envolvidas
IV.1. Celebração de efemérides associadas à valorização do tema da interculturalidade e da presença de comunidades migrantes	Realização de sessões/atividades no Dia Mundial do Refugiado e no Dia Mundial do Migrante e Refugiado	N.º de sessões/atividades; N.º de eventos realizados; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de entidades parceiras envolvidas	CMT/CLAIM	FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo Paróquias de Tavira e outras congregações religiosas
IV.2. Desenvolvimento de atividades interculturais	Realização de 4 eventos desportivos e culturais	N.º de eventos realizados; N.º de participantes, N.º de Nacionalidades dos participantes	FIR CMT/ Desenvolvimento Sociocultural	Associações culturais e desportivas
IV.3. Semana da Juventude de Tavira – programação intercultural	Realização de 3 atividades gastronómicas e outros eventos de cariz intercultural no âmbito da “Semana da Juventude de Tavira”	N.º de atividades realizadas; N.º de participantes; N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas	CMT/Educação e Juventude	CMT/CLAIM, FIR, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, Restaurantes e estabelecimentos similares
IV.4. Desenvolvimento de um ciclo de cinema sobre migrações	Realização de ciclos de cinema sobre migrações	N.º de filmes; N.º de participantes; N.º de Nacionalidades dos participantes; N.º de espaços de exibição dos filmes	Cineclube de Tavira; Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo; CMT/ Desenvolvimento Sociocultural	Agrupamentos de Escolas (Clubes de Cinema) – sujeito a confirmação, FIR, Juntas de Freguesia; outros grupos informais de migrantes residentes em Tavira
IV.5. Reforço do Festival “Cenas na Rua” valorizando a programação “sem palavras”	Realização de 2 espetáculos “sem palavras” em cada edição do Festival “Cenas na Rua”	N.º de eventos realizados; N.º de participantes; N.º de Nacionalidades dos participantes	CMT/Desenvolvimento Sociocultural	CMT/CLAIM, Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo e outras associações locais (apoio à divulgação)
IV.6. Reforço da participação de crianças e jovens migrantes na oferta de ATL	Realização de atividades para crianças e jovens migrantes	N.º de atividades; N.º de crianças participantes; N.º de Nacionalidades das crianças participantes	FIR	Associação de Imigrantes Pegadas d'Acordo, Juntas de Freguesia

Medidas	Metas	Indicadores	Entidade(s) responsável(eis)	Outras entidades envolvidas
V.1. Sensibilização da comunidade educativa para os direitos humanos e a interculturalidade	Realização de 6 sessões de informação/ sensibilização e ações de capacitação sobre violência, discriminação e racismo	N.º de sessões de informação/sensibilização realizadas; N.º de entidades abrangidas; N.º de participantes; N.º de nacionalidades dos participantes	CMT/CLAIM; CMT/Juventude e Educação; APAV – Tavira	Agrupamento de Escolas
V.2. À descoberta das geografias e das culturas nos livros	Realização de 6 atividades ligadas à leitura	N.º de atividades realizadas; N.º de alunos participantes; N.º de familiares de alunos participantes; N.º de nacionalidades dos participantes; N.º de Escolas envolvidas; N.º de docentes envolvidos	CMT/Juventude e Educação; Rede de Bibliotecas Escolares	Agrupamentos Escolares (sujeito a confirmação)
V.3. Promoção de ações de formação e capacitação dos migrantes para o setor da hotelaria	Formação e capacitação de 30 migrantes que trabalham na restauração e hotelaria	N.º de sessões de formação; N.º de participantes; N.º de nacionalidades dos participantes; N.º de entidades envolvidas	Escola de Turismo de Vila Real de Santo António (Turismo de Portugal); CMT/Desenvolvimento Sociocultural.	Associação Baixa de Tavira; Hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares
V.4. Guia educativo de apoio às famílias migrantes	Elaboração e disseminação de um Guia Educativo de apoio às famílias migrantes	Nº de Guias elaborados; N.º de <i>downloads</i> do Guia; N.º de entidades envolvidas.	FIR	CMT/CLAIM, CLAS de Tavira, GTTM, Agrupamentos Escolares (sujeito a confirmação)

Quadro 7. Cronograma das Medidas do PMIM de Tavira

Medidas	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5	Semestre 6
I.1. Campanha de marketing social alusiva às questões do acolhimento/integração de migrantes						
I.2. Realização de um ciclo de ações de formação/capacitação dirigidas aos técnicos/entidades locais, públicas e privadas						
I.3. Realização de sessões descentralizadas de acolhimento e esclarecimento dirigidas aos cidadãos migrantes						
I.4. Conceção e divulgação de um Guia de Apoio ao Acolhimento e Integração de Migrantes no concelho de Tavira						
I.5. Criação de brochura de divulgação dos serviços do CLAIM						
I.6. Mediação laboral dirigida aos migrantes						
I.7. Criação de Prémio de responsabilidade social das empresas de Tavira no bom acolhimento de migrantes						
II.1. Levantamento das situações de habitação indigna de migrantes						
II.2. Desenvolvimento de propostas tendo em vista a definição de soluções habitacionais adequadas aos trabalhadores migrantes						
III.1. Realização de ações de capacitação/ formação dirigidas aos profissionais de saúde						
III.2. Realização de ações de formação e sensibilização na área da saúde dirigidas aos empregadores/entidades de saúde ocupacional						
III.3. Realização de ações de informação na área da saúde dirigidas às comunidades migrantes						
III.4. Realização de oficinas temáticas com enfoque nas questões da saúde mental e em outras áreas de interesse dos migrantes						
III.5. Produção de informação na área da saúde dirigida a migrantes						

Medidas	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4	Semestre 5	Semestre 6
IV.1. Celebração de efemérides associadas à valorização do tema da interculturalidade e da presença de comunidades migrantes						
IV.2. Desenvolvimento de atividades interculturais						
IV.3. Semana da Juventude de Tavira – programação intercultural						
IV.4. Desenvolvimento de um ciclo de cinema sobre migrações						
IV.5. Reforço do Festival “Cenas na Rua” valorizando a programação “sem palavras”						
IV.6. Reforço da participação de crianças e jovens migrantes na oferta de ATL						
V.1. Sensibilização da comunidade educativa para os direitos humanos e a interculturalidade						
V.2. À descoberta das geografias e das culturas nos livros						
V.3. Promoção de ações de formação e capacitação dos migrantes para o setor da hotelaria						
V.4. Guia educativo de apoio às famílias migrantes						

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO DO PLANO

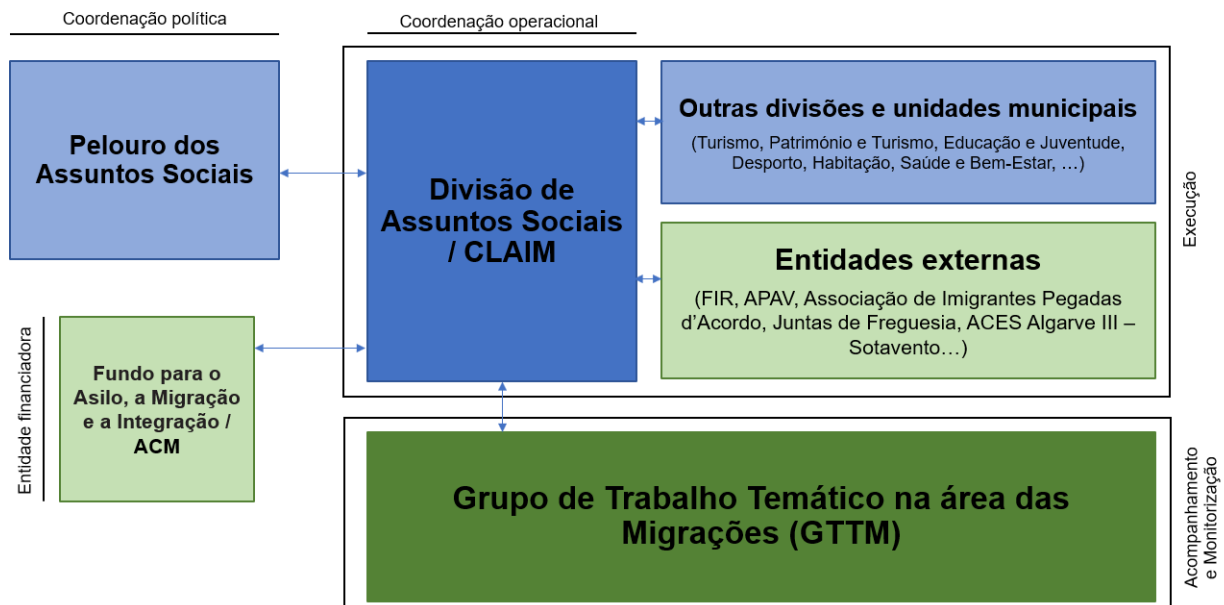
A conceção do PMIM de Tavira e a sua futura execução assentam numa parceria local alargada que envolve não só o Município de Tavira, mas um leque diversificado de outras entidades externas à autarquia, de âmbito local e distrital. Concretamente, pretende-se continuar a mobilizar na fase de implementação do Plano o CLAS da Rede Social de Tavira e, em especial, o GTTM, já constituído e que participou ativamente nas fases de elaboração do diagnóstico local e de conceção do PMIM. Salienta-se, neste quadro, a importância da constituição do GTTM, pois assume um carácter mais abrangente do que o CLAS da Rede Social de Tavira pelo conjunto de *stakeholders* que mobiliza, e que são as seguintes:

- Com carácter efetivo: Município de Tavira: Fundação Irene Rolo; Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – Tavira; Instituto de Segurança Social, I.P.; Administração Regional de Saúde, I.P.; ACES Sotavento; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Explorações Agrícolas.
- Com carácter consultivo: Juntas de freguesia; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Serviços de Estrangeiros e Fronteiras; Rede Algarve de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; Agrupamentos escolares; Autoridade para as Condições de Trabalho; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Outras entidades dependendo da problemática e área de intervenção.

No sentido de garantir dinamismo e flexibilidade, decorrente do próprio processo de implementação do PMIM, o Município de Tavira tem ainda a intenção de poder vir a abrir a participação no GTTM a outras entidades locais que se venha a verificar ser pertinente envolver.

Atendendo a estes aspetos, entendeu-se ser crucial definir um modelo de governação do Plano claro, simples e ágil, mas sobretudo adequado aos diferentes níveis de envolvimento destas várias entidades no quadro quer da execução, quer do acompanhamento e monitorização do PMIM. A figura seguinte procura traduzir, de forma sintética, o modelo de governação do Plano.

Figura 3. Modelo de Governação do PMIM de Tavira



No plano político, o Pelouro dos Assuntos Sociais da CMT assume a responsabilidade pela coordenação política do PMIM de Tavira, assegurando uma boa articulação com a presidência e com os outros pelouros, divisões municipais, unidades municipais e outros serviços dentro da Autarquia, mas também garantindo uma boa comunicação e articulação com entidades externas ao Município, sejam as que participam na parceria local (integrando o CLAS da Rede Social de Tavira e o GTTM), seja a entidade financiadora do PMIM, o ACM/FAMI.

A coordenação operacional do PMIM caberá à Divisão de Ação Social e, em particular, ao CLAIM, enquanto estrutura municipal que está tecnicamente preparada e vocacionada para trabalhar e articular com terceiros as questões relacionadas com o acolhimento e integração de cidadãos migrantes.

De um ponto de vista executivo, a Divisão de Ação Social e o CLAIM em particular terão de articular diretamente com as diversas entidades que têm responsabilidades diretas na execução do PMIM de Tavira, na medida em que participam de conceção e realização de algumas das Medidas previstas— e que incluem não só outros pelouros, divisões, unidades e serviços municipais (Turismo, Património e Turismo, Educação e Juventude, Desporto, Habitação, Saúde e Bem-Estar, etc.), mas também várias entidades externas à autarquia.

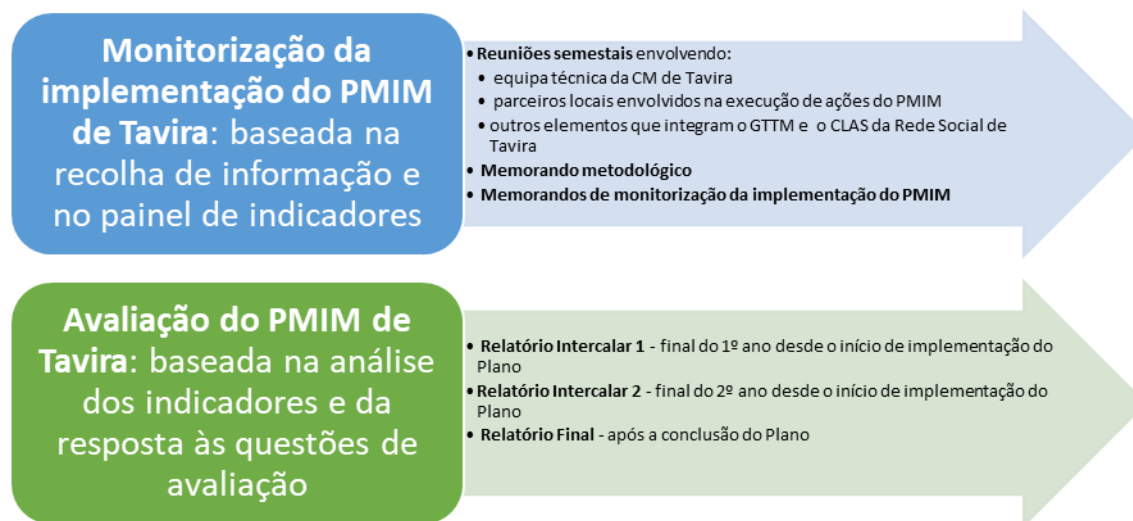
Num outro nível, caberá ainda à Divisão de Ação Social e ao CLAIM em particular dinamizar o processo de acompanhamento e monitorização do PMIM de Tavira. Neste âmbito será promovido o envolvimento ativo do GTTM, incluindo das entidades que não são responsáveis pela execução de medidas do Plano, mas que se pretende que acompanhem a sua execução. Conforme se detalha no capítulo seguinte, ao longo do período de execução do PMIM está previsto um conjunto de momentos de interação com o GTTM, tendo em vista o seu envolvimento na reflexão estratégica sobre os resultados alcançados e medidas de melhoria a implementar. Este envolvimento dos membros do GTTM terá, pois, níveis de intensidade diferenciados que passam, nalguns casos, por apenas ter conhecimento do trabalho em curso, através da partilha de memorandos semestrais, por exemplo, assegurando que possam acompanhar a evolução do Plano; sendo que, noutros momentos, se procurará recolher contributos mais específicos da parte das entidades que integram o GTTM, em matéria da apreciação crítica dos resultados alcançados pelo Plano e desafios que se perfilam para o futuro. Tecnicamente, a Divisão de Ação Social e o CLAIM em particular assegurarão o acompanhamento à monitorização e avaliação do Plano, de acordo com a metodologia que se explicita no capítulo seguinte.

Por fim, refira-se ainda que, do ponto de vista técnico, a Divisão de Ação Social terá a responsabilidade executiva de interagir tecnicamente com a entidade financiadora do PMIM, o ACM/FAMI, fornecendo atempadamente as informações técnicas e financeiras que sejam por esta solicitadas.

8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O modelo de monitorização e avaliação contempla duas vertentes distintas, conforme se pode verificar no esquema seguinte:

Figura 4. Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM de Tavira



O modelo de monitorização do PMIM assegurará o acompanhamento regular das diversas Medidas que constituem o Plano, sobretudo através dos indicadores definidos nas dimensões estratégica e operacional.

Este modelo de monitorização prevê a produção inicial de um **memorando metodológico**, onde serão elencados os indicadores que fazem parte do sistema de acompanhamento da execução do PMIM, bem como a respetiva fórmula de cálculo, indicando a fonte e a periodicidade de recolha de informação. O documento, em formato Word e Excel, deverá ser disponibilizado a todos os parceiros envolvidos na implementação das Medidas do PMIM, bem como aos demais *stakeholders* envolvidos no GTTM e no CLAS da Rede Social de Tavira, para facilitar o processo de acompanhamento e partilha de elementos.

Os pontos de situação da monitorização do PMIM deverão ter uma periodicidade semestral. Além do preenchimento do quadro de indicadores de acompanhamento da execução, serão realizadas **reuniões semestrais** com a equipa responsável pela coordenação da implementação do Plano e com os parceiros envolvidos na implementação de Medidas do PMIM. Nestas reuniões, além de se recolher dados relativamente aos indicadores previstos no PMIM junto das diferentes entidades envolvidas (informação coligida ao longo da implementação das atividades do PMIM), será recolhida informação qualitativa, nomeadamente para identificação de constrangimentos na implementação das Medidas e eventuais desvios à execução do Plano, com consequências do ponto de vista dos resultados e metas a alcançar.

A informação recolhida nas reuniões semestrais é essencial para a produção dos memorandos de monitorização que serão apresentados no final de cada semestre de implementação do PMIM. Os memorandos de monitorização são uma peça essencial no modelo de monitorização, pois permitirão realizar pontos de situação regulares do grau de implementação das Medidas do PMIM face ao previsto. Além de compilarem informação relativa ao quadro de indicadores de acompanhamento definido para a execução do PMIM, permitirão uma leitura crítica e contextualizada da evolução das Medidas que se vão realizando. No caso de se anteciparem necessidades de reajustamento das ações, os memorandos de monitorização deverão apresentar, com a devida antecipação, a sua justificação. Trata-se de documentos muito operativos e de síntese que deverão ser elaborados a partir de uma forte interação entre a equipa da CM de Tavira responsável pela implementação do Plano e as entidades que irão implementar Medidas do PMIM.

Entende-se que o processo de monitorização do PMIM de Tavira será de grande utilidade, face à natureza flexível e dinâmica da implementação do PMIM que se pretende, permitindo introduzir ajustamentos bem como integrar alterações no contexto socioeconómico do concelho que, eventualmente, podem vir a verificar-se. O modelo de avaliação prevê a produção de dois **Relatórios Intercalares**, que elaboram um balanço da monitorização do Plano, prevenindo eventuais desvios e que substituem os Memorandos semestrais, uma vez que integram os conteúdos daqueles.

O **Relatório Final** será apresentado no final de implementação do PMIM e terá por base a bateria de indicadores de acompanhamento da execução do PMIM definida para o sistema de monitorização e as informações, de carácter mais qualitativo, recolhidas junto dos demais *stakeholders* envolvidos no GTTM e no CLAS da Rede Social de Tavira. Para além de uma análise crítica da bateria de indicadores definidos no sistema de monitorização, deverá ser dada resposta a um conjunto de questões de avaliação para aferição dos principais resultados alcançados pelas Medidas do PMIM e produção de recomendações futuras relacionadas com os critérios da eficiência, eficácia, coerência, pertinência, entre outros, tendo em vista a preparação de uma segunda geração do Plano. A resposta às questões de avaliação basear-se-á em toda a informação, quantitativa e qualitativa, recolhida ao longo do período de implementação do PMIM – isto é, terá em linha de conta a bateria de indicadores e a informação recolhida nas reuniões semestrais a realizar com os parceiros e nas duas reuniões a realizar com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização. Atendendo ao contexto do PMIM de Tavira, para a avaliação do plano foram selecionados os seguintes critérios de avaliação e as seguintes questões de avaliação, tendo por base o *Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*:

Quadro 8. Critérios e questões de avaliação do PMIM de Tavira

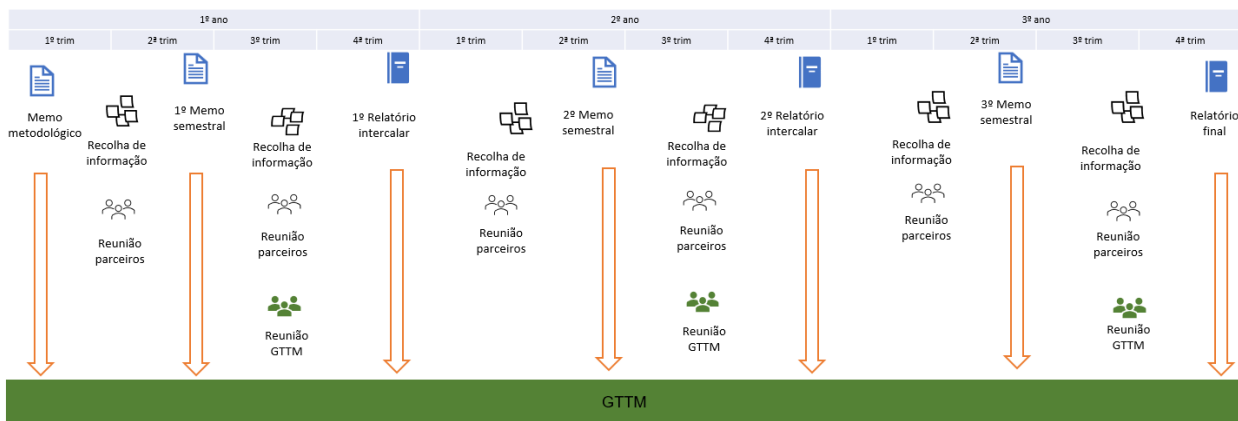
CRITÉRIO	QUESTÃO DE AVALIAÇÃO
Coerência	As ações que estão a ser implementadas são coerentes com as medidas e os objetivos inicialmente propostos? Há necessidade de reequacionar as ações ou as medidas para que os objetivos possam ser atingidos?
Pertinência/ Relevância	As ações implementadas respondem aos problemas identificados inicialmente? Se não, que mudanças devem ser equacionadas para que essa resposta possa ser dada?
Eficácia	Os objetivos e as metas inicialmente previstos foram alcançados? Se não estão a ser atingidos, o que deve ser feito para melhorar esses mesmos resultados?
Eficiência	Os objetivos e resultados do PMIM foram alcançados a um custo razoável? Os objetivos e resultados do PMIM foram alcançados utilizando recursos adequados?
Sustentabilidade	Os benefícios gerados pelo PMIM junto dos destinatários têm condições para se manterem após 2026? Existe motivação por parte das entidades parceiras para a continuidade dos benefícios gerados pelo PMIM após 2026?

Como referido antes, ao longo dos 36 meses de implementação do PMIM de Tavira, o GTTM constitui-se como estrutura-chave de acompanhamento. Estas entidades, para além de participarem nas reuniões que antecedem a elaboração dos dois Relatórios Intercalares e do Relatório Final e, nessa medida, envolverem-se ativamente no processo de monitorização e avaliação do plano, deverão receber os vários memorandos produzidos, podendo pronunciar-se sobre os mesmos.

Adicionalmente, recorde-se que, uma vez que algumas entidades que integram o GTTM serão diretamente responsáveis pela implementação de Medidas, também por esta via haverá uma participação ativa no processo de recolha de informação e nas reuniões de parceiros a realizar semestralmente, disponibilizando informação relativamente à execução das Medidas pelas quais são responsáveis.

O esquema seguinte sistematiza o modelo de monitorização e avaliação do PMIM de Tavira e o respetivo calendário.

Figura 5. Principais momentos e calendário da monitorização e avaliação do PMIM de Tavira





–
Matosinhos

Rua Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159

–
Lisboa

Rua Duque de Palmela, nº 25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201

–
geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt
